

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

MÔNICA VASCONCELO

O DEBATE SOBRE O FIM DA ESCRAVIDÃO E A AÇÃO
POLÍTICO-EDUCATIVA DA CAMPANHA ABOLICIONISTA DE
ÂNGELO AGOSTINI NA *REVISTA ILLUSTRADA* (1876-1888)

MÔNICA VASCONCELO

MARINGÁ

2017

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O DEBATE SOBRE O FIM DA ESCRAVIDÃO E A AÇÃO
POLÍTICO-EDUCATIVA DA CAMPANHA ABOLICIONISTA DE
ÂNGELO AGOSTINI NA *REVISTA ILLUSTRADA* (1876-1888)**

MÔNICA VASCONCELO

**MARINGÁ
2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O DEBATE SOBRE O FIM DA ESCRAVIDÃO E A AÇÃO POLÍTICO-
EDUCATIVA DA CAMPANHA ABOLICIONISTA DE ÂNGELO AGOSTINI NA
REVISTA ILLUSTRADA (1876-1888)**

Dissertação apresentada por MÔNICA VASCONCELO, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:
Prof^(a). Dr^(a): MARCÍLIA ROSA PERIOTTO

MARINGÁ
2017

MÔNICA VASCONCELO

**O DEBATE SOBRE O FIM DA ESCRAVIDÃO E A AÇÃO POLÍTICO-
EDUCATIVA DA CAMPANHA ABOLICIONISTA DE ÂNGELO AGOSTINI NA
REVISTA ILLUSTRADA (1876-1888)**

BANCA EXAMINADORA

Prof^(a). Dr^(a) Marcília Rosa Periotto (Orientadora) – UEM –
Maringá

Prof. Dr. Flávio Massami Martins Ruckstadter – UENP –
Jacarezinho

Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha – UEM – Maringá

Maringá, 30 de Março de 2017

Dedico este trabalho a minha mãe *Marilene*, ao meu pai *Lazaro* e a minha irmã *Vanessa*.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento recebido.

À Deus, sempre presente na minha vida.

Agradeço a minha mãe *Marilene Pereira Vasconcelo*, ao meu pai *Lázaro Vasconcelo Filho* e a minha irmã, *Vanessa Vasconcelo*, pelo incentivo e carinho.

À professora *Dra. Marcília Rosa Periotto* que, dotada de sabedoria e rigor metodológico me tornou uma pessoa mais reflexiva e humana. Nunca me esquecerei de sua conduta científica e da experiência de vida proporcionadas a mim. Muito obrigada!

Aos membros da Banca de Exame de Qualificação: *Prof. Dra. Ângela Mara de Barros Lara* (UEM), *Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha* (UEM), *Prof. Dr. Flávio Massami Martins Ruckstadter* (UENP) e *Prof. Dra. Vanessa Campos Mariano Ruckstadter* (UENP) pelos comentários e sugestões preciosos.

Aos membros da Banca Examinadora: *Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha* (UEM) e *Flávio Massami Martins Ruckstadter* (UENP) pela presença e pelo tempo dedicado à leitura e análise desse trabalho.

Aos professores da graduação em Pedagogia e da Pós-Graduação em Educação que muito contribuíram com a minha formação.

À minha vó *Josefa Ribeiro Pereira* que não tinha estudo, mas possuía a sabedoria da vida.

À Sandra Mayumi Mikuni, chefe da Diretoria de Assuntos Acadêmicos do setor de Pós-Graduação da UEM (DAA), pelo apoio e compreensão nos momentos em que tive que me ausentar por questões de estudo.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE-UEM), Hugo Alex da Silva e Márcia Galvão, pelo profissionalismo e cordialidade com que me atenderam nesses dois anos.

“O artista, não menos que o escritor, precisa ter um vocabulário antes de poder aventurar-se a uma ‘cópia’ da realidade”.

(GOMBRICH, 2007).

VASCONCELO, Mônica. **O DEBATE SOBRE O FIM DA ESCRAVIDÃO E A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DA CAMPANHA ABOLICIONISTA DE ÂNGELO AGOSTINI NA REVISTA ILLUSTRADA (1876-1888)**. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Marcília Rosa Periotto, Maringá, 2017.

RESUMO

O estudo é uma análise histórica das caricaturas de Ângelo Agostini (1843-1910), publicadas na *Revista Illustrada* (1876-1888) e editada na cidade do Rio de Janeiro. O propósito do estudo é compreender a ação político-educativa da *Revista*, cujas caricaturas estiveram relacionadas ao processo de abolição da escravatura no século XIX no Brasil. A circulação da *Revista Illustrada* circunscreveu-se ao período de decadência da escravidão, acentuada em razão do atraso econômico e social advindos de uma forma de produção da riqueza já contrária à lógica do capitalismo, na qual imperava a ausência do trabalho livre. O periódico, nesse contexto, agiu como formador da opinião pública no sentido de esclarecer a população sobre a inconveniência da escravidão diante de nações já amplamente modernas e civilizadas. O estudo fundamenta-se na perspectiva da Ciência da História, método que traz a totalidade social e histórica como eixo para a apreensão e compreensão das contradições presentes nos discursos sobre a escravidão e, sobretudo, os caracteres inseridos na ação político-educativa inerentes ao próprio discurso e aos interesses que os sombreavam. A participação de Ângelo Agostini nos embates sobre a abolição aparece já em seus primeiros periódicos - o jornal *Diabo Coxo* (1864-1865), *O Cabrião* (1866-1867), dedicados à crítica das condições sócio-políticas e aos políticos em particular, interpretes estes de uma forma de sociedade que não encontrava ressonância num mundo em modernização. A dissertação é um estudo de cunho bibliográfico e documental, no qual se analisa o debate em torno da abolição da escravidão por meio das caricaturas de Ângelo Agostini, denotando o embate entre conservadores e liberais a respeito da conveniência ou não de substituí-lo pelo trabalho livre. O estudo contribui com a História da Educação ao entender a educação um fenômeno que se realiza primeiramente no âmbito das relações sociais, ou seja, na prática cotidiana dos homens, no processo de produção da vida. A imprensa brasileira do século XIX, na relação que mantém com a educação e à sua história, fez-se depositária de ações que permitem compreender os processos de luta que conformaram a sociedade tal como hoje se encontra, colocando em evidência os processos educativos oriundos dos embates políticos, cujo escopo, no caso da *Revista Illustrada* com a abolição da escravatura, era a construção dos meios fundamentais ao desenvolvimento geral da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Imprensa; Educação; Ângelo Agostini; *Revista Illustrada*; Escravidão; Século XIX-Brasil.

VASCONCELO, Mônica. **DEBATE TO END SLAVERY AND THE POLITICAL AND EDUCATIONAL ACTIVITIES OF THE ABOLITIONIST CAMPAIGN BY ÂNGELO AGOSTINI IN THE REVISTA ILLUSTRADA (1876-1888)**. 181 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Marcília Rosa Periotto, Maringá, 2017.

ABSTRACT

A historical analysis of caricatures by Ângelo Agostini (1843-1910), published in the *Revista Ilustrada* (1876-1888), in Rio de Janeiro is provided. Current dissertation explains the political and educational activity of the *Revista Ilustrada* whose sketches were related to the process of the abolition of slavery in 19th century Brazil. The *Revista Ilustrada* was published within the period in which slavery was waning, due to the economic and social backwardness caused by a type of production opposed to the logic of capitalism where free labor was absent. In fact, the magazine actually formed public opinion since it made aware people on the inconvenience of slavery within the context of modern and civilized nations. The study is foregrounded on the Science of History, or rather, the method that convenes social and historical totality as an axis for the apprehension and understanding of contradictions in the discourse on slavery and, above all, on the characters inserted within the political and social activity inherent to discourse and to vested interests. Ângelo Agostini's participation in the discussions on the abolition of slavery was first extant in the magazines *Diabo Coxo* (1864-1865) and *O Cabrião* (1866-1867), devoted to a critique on social and political conditions and specifically on politics. The latter were the interpreters of a sort of society which was absent in a modernized world. Current bibliographical and documental dissertation analyzes the debate on the abolition of slavery through the caricatures of Ângelo Agostini, foregrounded on the discussions between Conservatives and Liberals on the convenience of replacing slavery by free labor. The study is a contribution towards the History of Education since education is a phenomenon performed within social relationships, or rather, within day-to-day practice and within the process of the production of life. In its relationship with education and history, the 19th century Brazilian press is a collection of activities that provides the comprehension of the struggle process that informs society as it currently finds itself. It evidences the educational processes derived from political struggles which aimed, as in the case of the *Revista Ilustrada*, at the abolition of slavery and the building of fundamental means for the general development of Brazilian society.

Keywords: The pressa; Education; Ângelo Agostini; *Revista Ilustrada*; Slavery; 19th century Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Caricatura da primeira edição da <i>Revista Ilustrada</i>	33
Figura 2: Ângelo Agostini e seus mariolas.....	36
Figura 3: Comemoração da Lei de 13 maio de 1888.....	114
Figura 4: Lei do Ventre Livre / 28 de Setembro de 1871.....	121
Figura 5: Crítica a Lei do Sexagenário.....	124
Figura 6: Partido Conservador X Questão Servil.....	127
Figura 7: O Coveiro dos Sexagenários.....	129
Figura 8: Quadros da atualidade! O ministro fazendeiro explicando seu projeto aos fazendeiros.....	132
Figura 9: A grande novidade política.....	134
Figura 10: A lei Saraiva e Cotegipe e o trem abolicionista.....	137
Figura 11: Cenas da escravidão patrocinadas pelo partido da Ordem sob o glorioso e sábio reinado do Senhor D. Pedro II o Grande.....	141
Figura 12: Atualidades!.....	147
Figura 13: A abolição da escravidão no Brasil.....	149
Figura 14: 13 de maio de 1888. Brasil.....	150

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A REVISTA ILLUSTRADA: CARACTERIZAÇÃO, FUNDADORES E COLABORADORES	18
2.1 IMPRENSA NO BRASIL NO SÉCULO XIX.....	19
2.2 CARACTERIZAÇÃO, FORMA DE DIVULGAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS SEÇÕES DA REVISTA ILLUSTRADA.....	26
2.3 O “LÁPIS DA ABOLIÇÃO”: ÂNGELO AGOSTINI, VIDA E OBRA.....	43
2.4 ÂNGELO AGOSTINI: CARICATURA E CRÍTICA POLÍTICA E SOCIAL.....	53
2.5 OS COLABORADORES DA REVISTA ILLUSTRADA.....	59
3 A AMBIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL DO SÉCULO XIX	66
3.1 O DEBATE POLÍTICO: CONSERVADORES E LIBERAIS.....	67
3.2 JORNAIS ABOLICIONISTAS NO SÉCULO XIX.....	72
3.3 O DEBATE SOBRE A ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS NO SÉCULO XIX.....	77
3.4 O DEBATE SOBRE O FIM DA ESCRAVIDÃO E TRABALHO LIVRE NO BRASIL.....	86
4 O CARÁTER EDUCATIVO DA CAMPANHA ABOLICIONISTA DE ÂNGELO AGOSTINI NA REVISTA ILLUSTRADA (1876-1888)	108
4.1 A CARICATURA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	109
4.2 EDUCAÇÃO E CAMPANHA ABOLICIONISTA NA REVISTA ILLUSTRADA (1876-1888).....	113
CONCLUSÃO	152
REFERÊNCIAS	156

ANEXOS

Anexo A: Febre amarela.....	174
Anexo B: A sujeira no Rio de Janeiro.....	175
Anexo C: José Ribeiro Dantas Júnior.....	176
Anexo D: Aspecto atual da questão servil.....	177
Anexo E: Os bispos e a escravidão.....	178
Anexo F: Direito Pátrio.....	179
Anexo G: A rosa de ouro.....	180
Anexo H: Adeus ao ano de 1888.....	181

1 INTRODUÇÃO

O estudo analisa as caricaturas de Ângelo Agostini (1843-1910) publicadas na *Revista Illustrada* (1876-1888), na província do Rio de Janeiro, com o objetivo de participar do debate sobre o fim da escravidão. O propósito do estudo é compreender a ação político-educativa da *Revista*, cujas caricaturas estiveram relacionadas ao processo de abolição da escravatura no século XIX no Brasil e foram utilizadas como arma política a favor da libertação dos escravos. Entende-se que a revista participou do processo de formação da opinião pública na província do Rio de Janeiro ao defender o fim da escravidão e a aplicação do trabalho livre. A análise das caricaturas visa determinar o caráter educativo com o qual o autor Agostini pretendeu instruir seus leitores sobre a necessidade do fim da escravatura como uma condição fundamental ao progresso material e social. A publicação da *Revista*, intencionalmente, coincidiu com o início do movimento republicano e abolicionista e nessas manifestações teve ampla participação.

As caricaturas de Agostini publicadas na *Revista Illustrada* permitem compreender a luta pela abolição do trabalho escravo já inadequado frente às novas demandas do capital nas antigas colônias e os moveis que deram significado à luta. Elas revelaram-se uma arma a favor de medidas modernizadoras e de melhorias materiais e sociais. Os textos que acompanhavam as imagens caricatas davam clareza ao corpo do debate e sentido à crítica, completando o teor das imagens.

O estudo evidencia o caráter político-educativo da *Revista Illustrada* e buscou afirmar as caricaturas portadoras de uma linguagem voltada à instrução política da opinião pública. Para se afirmar este caráter parte-se da compreensão de que a educação extrapola as instituições formais, é um fenômeno que se produz no âmbito das necessidades sociais, da classe que domina ou está em desenvolvimento. A dinâmica transformadora, presente no interior da sociedade, diante das determinações capitalistas cobrava mudanças aprofundadas na estrutura social a fim de ampliar os espaços essenciais à produção do lucro. Era, preciso, pois, ensinar aos indivíduos os conteúdos desse novo tempo e a

incorporar as novas regras sociais oriundas dessas transformações. A libertação dos escravos e a adoção do trabalho livre são sintomáticos a esta necessidade.

A *Revista Ilustrada* despontou no período imperial com o propósito de realizar crítica político-social contra as instituições imperiais e aos anacronismos que simbolizava. O sentido de modernidade que a revista protagonizou pôs-se num contraponto à sociedade já incapaz de apresentar solução aos impasses históricos enfrentados.

A condição de moderno dada à revista, em contraposição ao velho regime imperial, estava vinculada à defesa de uma sociedade moldada nos ideais da Revolução Francesa, nos princípios de Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Não sendo uma causa humanitária, mas de conformidade ao mais desenvolvido, a luta pela abolição eclodiu de forma objetiva e sistemática dando forma ao combate político-social na época. A *Revista Ilustrada* entendeu essa necessidade e fez dela o ponto alto de sua existência.

A ideia de liberdade, presente na frente de luta como reivindicação progressista, foi incorporada aos poucos nos debates sociais. A imprensa, canal de difusão dessas ideias ao longo dos oitocentos, sem dúvida cumpriu o papel de publicizar as incoerências históricas da manutenção do regime escravista e legitimar a causa da abolição.

As bases ideológicas em formação requeriam um processo de modelagem e aperfeiçoamento das ideias, nesse sentido, a *Revista Ilustrada* atuou como agente político ao objetivar um país moderno e civilizado. As divergências ideológicas evidenciadas na imprensa expressam as dificuldades encontradas para consolidar a hegemonia das ideias abolicionistas. A oposição das classes conservadoras, no entanto, não impediu que ideias progressistas se disseminassem. O embate travado entre conservadores e liberais permitiu uma maior discussão e análise dos motivos utilizados para justificar a permanência ou a abolição da escravidão.

O estudo, de caráter bibliográfico e documental, baseia-se em pressupostos teórico-metodológicos que consideram a luta de classes, históricas, portanto, como determinante nas relações sociais. Ao utilizar como método de investigação este eixo teórico a análise objetivou demonstrar que a necessidade

da escravidão para produção da riqueza e a necessidade da abolição da escravidão são questões inerentes ao movimento do capitalismo e à lógica do desenvolvimento e de manutenção da sua hegemonia.

A fonte primária utilizada foi a *Revista Illustrada*, disponibilizada aos pesquisadores pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro por via eletrônica. Ao todo, entre os anos de 1876 a 1898 foram levados ao público 739 edições. No entanto, foram estudadas as edições entre os anos de 1876 a 1888 que exaltavam o movimento abolicionista e representavam o fim da escravidão. O recorte temporal se justifica pelo fato de que durante o período estudado a *Revista* demonstrou-se mais atuante na causa da abolição devido à permanência da escravidão até o ano de 1888, quando foi promulgada a Lei Áurea, a qual estabeleceu o fim imediato e definitivo do trabalho escravo. A dissertação também contou com auxílio de obras que abordam o contexto geral do século XIX. Na revisão bibliográfica foram selecionados estudos que visam explicar o processo histórico ocorrido no período de vida do jornal e os que fornecem elementos teóricos para o desenvolvimento da análise sobre questões político-econômicas e sociais e traçam um panorama esclarecedor da época.

Para a revisão bibliográfica fêz-se um estudo exploratório de artigos, obras clássicas e teses ligadas ao problema de pesquisa, ou seja, quais as razões de ordem histórica que estimularam o debate sobre o fim da escravidão no Brasil? Fundamentadas nesse questionamento formularam-se questões que tiveram o objetivo de apresentar possíveis conclusões acerca da problemática discutida sem, no entanto, desconsiderar a ideia-força dessa pesquisa: a análise das críticas caricaturais de Agostini sobre a escravidão na *Revista Illustrada* (1876-1888), priorizando o seu caráter educativo e suas relações com o pensamento político imprimido à época.

Localizou-se um grande número de trabalhos que fazem referência à atuação e a influência de Ângelo Agostini na imprensa brasileira. Dentre esses trabalhos a tese de doutorado de Balaban (2005), intitulada “Poeta do Lápis: A trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial - São Paulo e Rio de Janeiro - 1864-1888”, é a mais completa por se tratar de uma biografia profissional do artista. Czyzewski (2015)¹, Barreiros (2009) e Ribeiro (1988) também dão a sua

1. A dissertação de Mestrado em Educação de Analice Czyzewski “O poeta do lápis”: o jornal Diabo Coxo e a ação educativa da imprensa nos anos de 1864-1865 constitui-se na primeira análise sobre a ação educativa das caricaturas de Ângelo Agostini no processo de formação da opinião pública.

contribuição. De forma geral, esses estudos reconhecem a militância política e a crítica do italiano ao desenhar as contradições da sociedade brasileira destacando-se como jornalista e caricaturista.

Verificou-se, também, a ausência de estudos sobre a relação entre a *Revista Ilustrada* e a ação educativa desempenhada em suas páginas por meio das caricaturas referentes ao processo de abolição da escravatura. Apesar dos trabalhos de Pereira (2010), Ribeiro (1988) e Balaban (2005) trazerem caricaturas eles não dão ênfase à questão do caráter educativo aplicado à *Revista Ilustrada* por meio da linguagem caricatural. Na dissertação de Pereira (2010), intitulada “O traço e a Pena: a campanha abolicionista de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada (1884-1888)” a descrição das imagens tomou um plano primário enquanto a discussão promovida por intelectuais e abolicionistas sobre o fim da escravidão ficou num plano secundário. Desse modo, faltava um debate a respeito dessa relação, que é o que esta dissertação se propôs realizar. Acerca dessa questão, Pereira deixa claro que as caricaturas são tidas como fonte de pesquisa. Neste trabalho elas também são utilizadas como fonte de pesquisa, mas principalmente são vistas como uma ação político-educativa de Agostini.

A dissertação de Ribeiro (1988) denomina os trabalhos de Agostini de arte-denúncia por delatar os maus-tratos sofridos pelos escravos e a falta de apoio político na causa da abolição. Em um capítulo específico, “Revista Ilustrada: síntese de uma época”, o título do estudo, ele destaca as principais características da *Revista* e analisa seu conteúdo discursivo. Embora apresente algumas imagens, seu foco está na análise do discurso escrito da *Revista*, e não nas imagens propriamente ditas. Já a tese de Balaban (2005) analisa a cobertura que Agostini fez de temas e acontecimentos políticos com o objetivo de estabelecer relações entre sátira e política.

O debate sobre o fim da escravidão, neste contexto, é utilizado como suporte à análise das caricaturas na quarta seção. Para isso, analisou-se o discurso de alguns periódicos abolicionistas da época, aproveitando-se também de autores clássicos que abordam o tema da abolição e da transição do trabalho escravo para o trabalho livre como Tocqueville (1994), Viotti (1982) e Couty (1988). A dissertação de Schelbauer (1997), “Idéias que não se realizam – o

debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914”, o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro e de Recife, ambos realizados no ano de 1878, bem como outros estudos, também ajudaram a compor a análise sobre as possíveis saídas para a substituição do trabalho servil no Brasil. Desse modo, para alcançar os objetivos propostos, este estudo está estruturado em três seções.

Na segunda seção, sob o título “A *REVISTA ILLUSTRADA*: CARACTERIZAÇÃO, FUNDADORES E COLABORADORES”, o objetivo é compreender o percurso de Ângelo Agostini e colaboradores, expondo elementos e fatos importantes da vida e obra dos mentores intelectuais da *Revista Illustrada*. Apresenta-se também uma breve análise sobre a história da imprensa no Brasil no século XIX, a caracterização da *Revista*, a composição dos temas tratados nas seções e, algumas considerações sobre a caricatura como crítica política e social.

A terceira seção “A AMBIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL DO SÉCULO XIX” apresenta o panorama político-social brasileiro no período, os debates sobre o fim da escravidão, como foi introduzido no Brasil, quais eram os defensores do fim da escravidão e os motivos alegados, quais aqueles que não defendiam o fim da escravidão e suas razões para ter essa posição.

Na quarta seção “O CARÁTER EDUCATIVO DA CAMPANHA ABOLICIONISTA DE ÂNGELO AGOSTINI NA *REVISTA ILLUSTRADA* (1876-1888)” apresenta-se a posição de Agostini sobre a causa da abolição. Por meio da análise de caricaturas objetiva-se compreender o pensamento sociopolítico do artista e a relevância das imagens para a formação da opinião pública determinando, a partir daí, o sentido educativo intrínseco às caricaturas e a ação político-educativa de seu autor.

2 A REVISTA ILLUSTRADA: CARACTERIZAÇÃO, FUNDADORES E COLABORADORES

A imprensa, desde a sua fundação, tem sido importante veículo de divulgação e informação das ideias vigentes nas sociedades locais. O século XIX no Brasil apresentava um ambiente favorável às lutas políticas e ideológicas, criando espaço na imprensa para manifestações de caráter político-social e de formação da opinião pública em momentos cruciais da sua história.

Na segunda metade do século XIX a imprensa passou por mudanças expressivas, abandonando o caráter panfletário expandido nas primeiras cinco décadas e assumindo uma condição de enfrentamento das querelas político-sociais influenciada, muitas vezes, na modernização das nações europeias. A *Revista Illustrada* surgiu num momento em que o pilar principal do império, a escravidão, passava a ser contestado. O diferencial dessa revista estava na utilização de caricaturas e na farta utilização das mesmas na condição de instrumento de crítica. O aumento da circulação de imagens fez surgir um público que se educava visualmente, permitindo uma comunicação mais direta e efetiva com o leitor e que, mediada pela ferramenta do humor, promovia uma comunicação imediata, ao mesmo tempo despertando o interesse do público pelos problemas políticos e sociais brasileiros.

A importância da imprensa no século XIX para os estudos de História da Educação, do papel que a *Revista Illustrada* desempenhou no período estudado, dos seus mentores intelectuais bem como da caricatura no contexto de crítica, são apresentados nesta seção por meio de uma análise sobre a história da imprensa no Brasil no século XIX, caracterização da *Revista* e da composição dos temas tratados nas seções compreendendo o percurso de Ângelo Agostini, expondo elementos e fatos importantes relacionados aos colaboradores da *Revista* e, por fim, apresentar algumas considerações sobre a caricatura como crítica política e social.

2.1 IMPRENSA NO BRASIL NO SÉCULO XIX

A administração colonial² impediu a tipografia e os jornais no Brasil até a chegada da Corte Portuguesa. Com a proibição total pretendia-se preservar o colonialismo, controlar a circulação de informações e de opiniões, impedir que movimentos revolucionários tomassem força e evitar a cobiça de outras nações sobre as riquezas brasileiras:

A metrópole portuguesa nunca vira com bons olhos a disseminação dos livros e jornais, considerados perigosos agentes de subversão. Desde o século XVI, a censura se abatera sobre Portugal e seus domínios, tendo como principal instrumento a Santa Inquisição³, que começou a censurar livros em 1539, três anos depois de instalada. Obras escritas sobre o Brasil enfrentavam severo controle, fosse como forma de impedir qualquer movimento autonomista que ameaçasse a perda da prospera colônia, fosse para evitar a cobiça de outras nações. Por esse motivo o livro do jesuíta italiano André João Andreoni, o Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas, com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar; plantar e beneficiar tabaco; tirar o ouro das minas; e descobrir as de prata; e dos grandes emolumentos, que esta conquista da América Meridional dá ao Reino de Portugal com estes, e outros gêneros, e contratos reais*, publicado em 1711, teve sua edição apreendida e destruída, por detalhar nossas riquezas. A obra foi reimpressa um século depois, em 1837, no Rio de Janeiro (COSTA, 2012, p. 68).

A nau Medusa trouxe a bordo a Família Real fugitiva das tropas napoleônicas e, com ela, Antônio de Araújo, futuro Conde da Barca, responsável pelo material gráfico comprado na Inglaterra para atender a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra; chegando ao Brasil instalou-a em sua

2. Antes da vinda da Família Real para o Brasil a impressão e a circulação de jornais ocorriam de forma clandestina. A proibição da imprensa era uma forma de dominação sobre o território brasileiro, evitando-se a divulgação de ideias e ideais contrários aos interesses da Coroa Portuguesa. De acordo com Bahia nos séculos XVII e XVIII a expressão dos conflitos entre colonizados e colonizadores se dava pelos novidadeiros de rua e de café (tabernas), pela “sátira poética, pelo panfleto, pela carta, pela gazeta manuscrita, pela canção” (1990, p. 33) como forma de reagir à opressão política e econômica portuguesa. Nessa época, Gregório de Matos e o padre Antônio Vieira deram significativa contribuição ao jornalismo oral e escrito por meio de sátiras panfletárias e da oratória clássica.

3. A Inquisição, ou Santa Inquisição foi uma espécie de tribunal religioso fundado pelo Papa Gregório IX na Idade Média com a finalidade de condenar quem era contra os dogmas pregados pela Igreja Católica. Nesse período milhares de pessoas consideradas hereges foram mortas na fogueira pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição ou levadas ao cárcere por praticarem bruxaria ou qualquer outro ato tido como heresia pela Igreja (SCHULZ, 2013).

casa na Rua Barbonos (SODRÉ, 1966, p. 22). Somente em 13 de maio de 1808 a imprensa foi permitida no Brasil numa iniciativa da coroa portuguesa que, por decreto, foi denominada Imprensa Régia, uma imprensa de publicação de documentos oficiais e diplomáticos a serviço da Corte:

Por decisão de 24 de junho, a administração da Imprensa Régia caberia a uma junta, composta de José Bernardes de Castro, oficial da Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, Mariano José Pereira da Fonseca, algum tempo atrás submetido aos rigores da justiça metropolitana, com seus companheiros da *Sociedade Literária*, por crime de ideia, e José da Silva Lisboa. Competia à junta, conforme regimento da mesma data, além da regência, “examinar os papeis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes” (SODRÉ, 1966, p. 23).

Com a Corte no Brasil, a censura permaneceu com o objetivo de “conservar incólume o depósito controle de seus interesses políticos e econômicos, deter pela força as aspirações de liberdade e justiça” que, para Bahia (1990, p. 11) era o que já determinava a Carta Régia de 1747, mecanismo de repressão, por meio do qual se fechavam tipografias, puniam-se os infratores com prisão, exílio e o sequestro de equipamentos.

A Imprensa Régia publicou a primeira edição da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821), na oficina instalada na Rua dos Barbonos, no Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1808. Dirigida pelo frade Tibúrcio José da Rocha⁴, o conteúdo do periódico se limitava a publicação de assuntos de interesse da corte portuguesa:

Seu perfil é de um órgão criado para informar sobre a vida administrativa e a movimentação social do Reino e que, por ser o único aqui editado, absorve a história de forma documental: editais e pequenos anúncios, leilões, perdidos e achados, atos

4. Tibúrcio José da Rocha (1778 – ?) nasceu no Porto (Portugal). Filho do negociante André Xavier da Rocha, abade do Santo Ofício e de Perpétua Rocha Margarida de Jesus, foi educado pelos pais na religião católica. Aos 16 anos, ingressa na Terceira Ordem de São Francisco no Colégio do Espírito Santo, em Évora. Fez noviciado e estudou Grego e Geometria. Em seguida, no Colégio de São Pedro da Universidade de Coimbra, estudou Filosofia Racional e Moral conforme o programa de estudos da Igreja. Em 1808 veio ao Brasil para integrar a Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra e, aos trinta anos, assume a função de redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*. DINIZ, Lilia. **O primeiro redator de jornais do Brasil**, 2009. Disponível em: < <http://observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/o-primeiro-redator-de-jornais-do-brasil/>>.

do governo. Às vezes registrava por via indireta um escândalo, como o rapto de D. Eugênia pelo Chalaça. Ambos, acusados de levar pratarias do Poço, são proibidos de circular em palácio por decisão do príncipe-regente (BAHIA, 1990, p. 18).

Considerada o órgão oficial do imperador, a *Gazeta do Rio de Janeiro* era uma réplica da Gazeta de Lisboa. Agia como uma espécie de diário oficial submetido ao espírito autoritário de Portugal em relação às informações circuladas no território brasileiro. O aspecto físico do jornal era rudimentar e simples:

Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa, de quatro páginas in 4º, poucas vezes mais, semanal de início, trissemanal, depois, custando a assinatura semestral 3\$800, e 80 réis o número avulso, encontrado na loja de Paul Martin Filho, mercador de livros (SODRÉ, 1966, p. 23).

A *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou até 31 de dezembro de 1821, quando Zéferino Vito de Meirelles⁵ recebe autorização para lançar seu próprio jornal, o *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878). Na Bahia surge o *Idade d'Ouro do Brasil* (1811-1823), o primeiro jornal impresso na província. D. João, em Carta Régia de 5 de fevereiro de 1811 enviada ao conde dos Arcos, governador da Bahia, autorizava a circulação do periódico (SILVA, 2006a, p. 155) que defendia o absolutismo monárquico português.

A imprensa livre do poder real e com opinião própria foi proclamada por meio do *Correio Braziliense*, jornal editado na Inglaterra por Hipólito José da Costa⁶:

5. Zeferino Vito de Meirelles foi um jornalista luso-brasileiro. Dirigiu o *Diário do Rio de Janeiro* de maneira deliberadamente omissa nas questões políticas; “foi, realmente, o primeiro jornal informativo a circular no Brasil. O *Diário* ocupava-se quase tão somente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informação (SODRÉ, 1966, p. 58). Desse modo, o periódico se encarregava de apenas informar notícias particulares e anúncios: “aquelas tratavam de furtos, assassinios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios, estes tratavam de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, alugueis e, desde novembro de 1821 preços e gêneros” (SODRÉ, 1966, p. 58).

6. Hipólito da Costa nasceu na Colônia do Sacramento (RS) no dia 13 de agosto de 1774. Filho do alferes Pereira da Costa Furtado de Mendonça e Ana Pereira da Costa Furtado de Mendonça, estudou o ensino primário e secundário na terra natal e no Rio de Janeiro. Formou-se em leis e Filosofia na Universidade de Coimbra nos fins do século XVIII. “Em 1798, por in -

Pouco antes, em junho e durante quase quinze anos, Hipólito da Costa edita o *Correio Brasiliense ou Armazém literário*, em Londres, onde vive como exilado. Seu jornal é moderno, dinâmico, crítico. Mensário, impõe-se pela opinião e pela informação política. Costa tornou-se o patrono da imprensa brasileira (BAHIA, 1990, p. 9).

O *Correio Brasiliense* trabalhou pela emancipação do país com um discurso a favor da aplicabilidade de leis que assegurassem princípios liberais e democráticos⁷. Hipólito da Costa produziu um jornal de destaque ao proporcionar a extensão do horizonte da imprensa diante do domínio português. Ininterruptamente, até dezembro de 1822, de forma clandestina, o jornal circulou pelo país.

Na história da imprensa brasileira a liberdade de expressão do pensamento chega ao ano de 1821 quando, em 28 de agosto, D. Pedro, príncipe-regente, “com o retorno de D. João VI a Portugal, decreta o fim da censura prévia a toda matéria escrita, tornando livre no Brasil a palavra impressa” (BAHIA, 1990, p. 17). A partir dessa data o número de jornais cresce significativamente. A imprensa se diversifica com o surgimento de jornais e suplementos críticos e literários. As províncias de São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Pará começam a aparecer no cenário jornalístico (PINTO JÚNIOR, 2008, p. 10):

Minas obtém seu primeiro jornal, *O Compilador*, em 1823. Cinco anos mais tarde circula em Ouro Preto o *Precursor das Eleições*. [...]. Em Olinda e Recife circula um órgão estudantil, *O Olindense*. O *Diário de Pernambuco*, também de 1823, se tornará o jornal mais antigo de circulação no país na América Latina (BAHIA, 1990, p. 37-38).

cumbência do governo português, realizou excursão pelos Estados Unidos. Em 1801, a serviço do mesmo governo esteve na Inglaterra. De volta ao Reino, no ano seguinte, denunciado como livre pensador e maçã, foi preso pelo Santo Ofício. Até 1805, jazeu nos cárceres de Lisboa, onde fugiu, pela porta principal da prisão, com auxílio da Maçonaria, para a Espanha, e dali para Londres, onde fixou residência” (MENEZES, 1978, p. 210). Hipólito da Costa morreu em Londres em 11 de setembro de 1823.

7. O prestígio de seu periódico se deve, em grande parte, pelo caráter crítico e bem informado. Com clareza e objetividade o jornalista publicava críticas ao sistema colonial, contrapondo-o a uma nova ordem político-social.

No Rio de Janeiro, em 1º de outubro de 1827 o *Jornal do Comércio*, fundado por Pierre René François Plancher de La Noé⁸, também de caráter conservador, como seu nome indica, abordava os interesses do comércio. A *Malagueta* (1821-1832), de Luís Augusto May⁹ e *A Aurora Fluminense* (1827-1835), de Evaristo Ferreira da Veiga¹⁰ ocuparam um espaço importante no cenário político. *A Malagueta* “tecia elogios à D. Pedro, mas não poupava os ministros, em especial José Bonifácio” (PINTO JÚNIOR, 2008, p. 10). Já o jornal *A Aurora*, defendia a modernização do pensamento e fazia um jornalismo eficaz no aperfeiçoamento das instituições rumo à democracia (BAHIA, 1990, p. 44).

Na província de São Paulo circulava *O Farol Paulistano* (1827-1831), de José da Costa de Carvalho e o *Observador Constitucional* (1829-1832) de Líbero Badaró (BAHIA, 1990, p. 41-42). Apesar das dificuldades e limitações no processo de formação e circulação dos jornais oriundas da forma artesanal com que a imprensa estava regida, a tipografia começava a definir-se como um meio eficaz de comunicação escrita:

8. O tipógrafo parisiense Pierre François René Plancher (1764 -1844) emigrou para o Brasil em 1824 “acompanhado por mestres de artes gráficas trazendo na bagagem livros, prelos de ferro, caixas de tipos e outros materiais tipográficos. Quando desembarcou no porto do Rio de Janeiro, o governo brasileiro, prevenido pela Legação da França, que o acusava de falsário, aguardava-o com um decreto de expulsão”, revogado pelo jornalista que provou sua inocência. Tornou-se amigo de D. Pedro I e instalou sua gráfica (A Imperial Tipografia — Impressor Imperial). Com o aval do imperador, inicialmente suas atividades concentravam-se na impressão de “folhinhas, leis, livros e papéis avulsos, comercializados na loja da casa, onde também vendia livros franceses”. Antes de lançar o *Jornal do Comércio*, Plancher lançou em 28 de junho de 1824 o jornal *O Espectador Brasileiro* que circulou até 23 de maio de 1827. LEAL, Carlos Eduardo; SANDRONI, Cícero. *Jornal do Comércio*. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Vol. 3.

9. Luís Augusto May nasceu em Lisboa, em 1782, e aos 16 anos alistou-se nas forças armadas portuguesas. “Foi seminarista em Coimbra e trabalhou na Secretaria da Legação Estrangeira, em Londres, ao tempo da ocupação francesa em Portugal. Chegou ao Brasil nos anos de 1810”. Em dezembro de 1821 fundou o periódico *A Malagueta*, em seguida elegeu-se como deputado pela província de Minas Gerais. Informações obtidas na nota de rodapé número 25 da página 69. ALVES, João Victor Caetano. O modelo inglês: gabinete de deputados e maioria parlamentar. In: **A câmara na coroa: ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827-1829)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, p. 29-88.

10. Evaristo da Veiga nasceu no Rio de Janeiro a 8 de outubro de 1799. Filho do mestre escola português Francisco Luís Saturnino da Veiga e da brasileira Francisca Xavier de Barros, até 12 anos o pai foi seu único professor, “transmitindo-lhe tudo quanto sabia, despertando-lhe o desejo de aprender e de tomar contato com outras línguas – latim, francês e inglês.” Desde cedo os assuntos políticos o preocupava. “Em 1830, o jovem livreiro da Rua dos Pescadores, graças às campanhas do violento jornal, se tornou conhecido no país inteiro. Eleito deputado de Minas Gerais, sem nunca ter ido lá”. Aos 38 anos, acometido de febre pernicioso, Veiga falece em 12 de maio de 1837 (MENEZES, 1978, p. 694).

Um balanço dessa época de revigoração intelectual, de reavaliação política e econômica, aponta 9 jornais no Rio e 22 nas províncias. A Tipografia é dispendiosa, material e financeiramente difícil. Mas obstáculos à sua posse vão sendo vencidos (BAHIA, 1990, p. 42).

O aumento do número de tipografias no Brasil a partir de 1821 reflete o avanço da circulação de jornais. De acordo com Rizzini (1988, p. 322) foram criadas duas tipografias no Rio de Janeiro, a *Nova Tipografia* e a *Tipografia de Moreira e Garcez*; em 1822, aparecem mais quatro: *Silva Porto e Cia.*, *Santos e Sousa* ou *Oficina dos Anais Fluminense*, *Diário* e a de *Torres e Costa*. Até a independência outras tipografias surgiram anunciando um momento de intensa atividade jornalística:

[...] a de Manuel Antônio da Silva Serva, na Bahia, 1811; a de Ricardo Rodrigues Catanho, no Recife, 1815, que só funcionou em 1817, durante a revolução, e após 1821; a instalada no Maranhão, 1821, pelo governador Bernardo da Silveira; a montada por Daniel Garção de Melo em Belém do Pará, 1821 por iniciativa de Filipe Patroni. [...]. Na Baía, a oficina de Silva Serva foi permitida por carta-régia de 5 de Janeiro de 1811 (RIZZINI, 1988, p. 322).

De forma geral, a imprensa no Brasil enfrentou obstáculos em sua trajetória. Era comum aos jornais abrirem portas e as fecharem entre os anos de 1830 e 1854. Porém, apesar das dificuldades para a atuação de uma imprensa livre e da tecnologia pouco desenvolvida, até a metade do século XIX, na maior parte das províncias já existiam jornais em circulação.

Na segunda metade do século XIX surge a imprensa ilustrada, um novo tipo de fazer jornalismo. De acordo com Sant'Anna (2011) a primeira revista com ilustrações foi a *Lanterna Mágica* (1844-1845), periódico de Rafael Mendes de Carvalho¹¹; no entanto, a autora não o considera uma publicação ilustrada, pois faltam elementos ao projeto editorial para caracterizá-la como tal:

11. Rafael Mendes de Carvalho Júnior nasceu em Laguna (SC) em 1817. Estudou na Escola de Arquitetos-Medidores de Niterói em 1841, no ano seguinte até 1845, na Academia Imperial de Belas Artes e, em paralelo, colaborava com a revista *Lanterna Mágica*. Entre os anos de 1850 a 1851 trabalhou como retratista e caricaturista em "Buenos Aires, Argentina, Montevideu e Uruguai". Ao retornar ao Brasil, de 1855 a 1857, ensina desenho e pintura num ateliê de Porto Alegre. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1870. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. Biografia de Rafael Mendes de Carvalho. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa24118/rafael>>. Acesso em: 18/11/2016.

Seu projeto editorial é menos audacioso que o das publicações do gênero ilustrado; além disso, a *Lanterna* não tem pretensões didáticas declaradas nem intenção informativa. É uma publicação com o intuito humorístico e filosófico (SANT'ANNA, 2011, p. 68).

Na *Lanterna Mágica* faltava o mesmo alento combativo característico das revistas ilustradas da época, eram poucas as ilustrações como as que existiam na revista *Ilustração Brasileira* (1854-1855) publicada por Ciro Cardoso de Meneses e considerada por Sant'Anna a primeira revista propriamente ilustrada brasileira. A *Lanterna* trazia em cada nova edição “uma única caricatura, que de modo geral, não retratava ninguém em particular” (SANT'ANNA, 2011, p. 69) e foi comedida em suas críticas, apenas noticiava eventos ou publicava informes à população. Desse modo, a revista *Ilustração Brasileira* caracteriza o nascimento da imprensa ilustrada no Brasil, englobava assuntos variados “como os costumes, a agricultura, o comércio, as leis, a política de interesse geral, a história política, a economia, as eloquências parlamentares e jurídicas, além da literatura, biografia e exames críticos de obras” (SANT'ANNA, 2011, p. 73); continha charges ilustradas, retratos de personalidades da época e várias gravuras.

Por fim, outras revistas ilustradas com alguma relevância durante o século XIX foram *O Brasil Ilustrado* (1855-1856), *A Semana Ilustrada* (1860-1876), *Ilustração do Brasil* (1876-1880), *O Besouro* (1878-1879), *A Nova Semana Ilustrada* (1880), *O Mequetrefe* (1875-1893), *O Mosquito* (1869-1877), entre outras.

A imprensa, utilizada como veículo para a propagação de ideias dos grupos em luta pelo poder político-econômico bem como das ideias referentes à causa da abolição, da monarquia e da república, mobilizava a intelectualidade da época. A história da imprensa brasileira, na segunda metade do século XIX, foi marcada pela divulgação e socialização das imagens e informações. É importante salientar que parte da imprensa conjugava a informação com uma preocupação de caráter educativo no sentido de instruir o público sobre posturas inovadoras diante das transformações sociais e econômicas necessárias ao desenvolvimento material e a modernização das relações sociais no Brasil.

2.2 CARACTERIZAÇÃO, FORMA DE DIVULGAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS SEÇÕES DA *REVISTA ILLUSTRADA*

Em 1876 o jornalista e caricaturista Ângelo Agostini lança o periódico *Revista Illustrada* que circulou no Rio de Janeiro até 1898. Inicialmente o empreendimento funcionou na Rua da Assembleia, n. 44, onde também foi instalada a tipografia denominada Oficial Litográfica a Vapor da *Revista Illustrada*, fato que permitiu abreviar o trabalho de impressão além de diminuir os custos:

O nome da empresa era 'Oficina Litográfica a Vapor da Revista Illustrada', segundo esclarece já o número inicial da folha. A presença de uma máquina movida a vapor para a impressão de imagens representou, ao meio jornalístico e artístico de então, sem dúvida, grande avanço. A impressão de um desenho em uma máquina de litografia manual requeria a utilização de pessoal treinado e um grande dispêndio de energia humana para se tirar cada cópia. A mecanização do processo, no entanto, barateou os custos de impressão, tornando a empresa mais lucrativa, já que se economizava com os gastos referentes à impressão da folha em uma firma litográfica especializada, a que normalmente se tinha que recorrer para a impressão de jornal artístico (RIBEIRO, 1988, p. 180-181).

A utilização de máquinas no processo de impressão representou um fator importante do ponto de vista técnico-artístico e financeiro, beneficiando o jornal de Agostini e também os outros de sua época por dar um passo em direção à modernidade e ao aperfeiçoamento da comunicação visual. A qualidade do trabalho desenvolvido destacava-se nas páginas da *Revista*.

Em 15 de novembro de 1881 a sede da *Revista Illustrada* transferiu-se para a Rua Gonçalves Dias, n. 65 e, em 1884, mudou novamente de endereço, passando para o n. 50 da mesma rua, ali permaneceu até setembro de 1897 quando noticia seu retorno para a Rua da Assembleia, instalando-se no número 61:

As ruas Gonçalves Dias e a do Ouvidor eram os locais nobres do comércio da cidade, onde se localizavam os cafés e as vitrinas mais elegantes com suas novidades francesas. Nesta

área, concentravam-se as redações dos principais jornais. A passagem da 'Revista Ilustrada' da Rua da Assembleia para a Rua Gonçalves Dias refletiu o progresso que ela vinha tendo, já que tal mudança acontece para um local mais nobre da cidade (RIBEIRO, 1988, p. 165).

Durante sua atuação Agostini se dedicou à luta pela abolição dos escravos por meio das ilustrações que abordavam a situação dos escravizados no Brasil. A campanha pela República teve seu desenvolvimento, sobretudo, no final de 1880, entretanto não mereceu do caricaturista o mesmo destaque dado ao movimento abolicionista:

Sua grande obra em prol da causa dos escravos estaria concentrada na Revista Ilustrada. Apesar das constantes ameaças, e das recorrentes investidas dos escravocratas, que teriam feito com que o número de assinantes do interior ficasse reduzido ao mínimo, ainda assim ele não esmoreceu e conseguiu sustentar sua folha apenas com os assinantes da capital, que não lhe garantiam lucro, mas custeavam as despesas para manter a publicação (BALABAN, 2005, p. 31).

A *Revista* possuiu duas fases distintas: a primeira, encerrada em meados de 1888, esteve sob a responsabilidade do artista italiano-brasileiro Ângelo Agostini, que imprimiu o sentido combativo do periódico em prol da Abolição. Na segunda, o semanal ficou aos cuidados do pernambucano Luís de Andrade¹² (1849-1912), editado com atuação política menos combativa:

Com a saída de Agostini, a revista perdeu muito de sua combatividade e originalidade. Em 1889, com o advento da tão conclamada República, a revista tornava-se parcial em relação ao novo regime, sempre atuando no sentido de aplaudir o novo governo sem tecer considerações críticas, ou muitas vezes se calando (SILVA, 2006c, p. 113).

12. Luís de Andrade iniciou seu trabalho na imprensa portuguesa junto a Bordalo Pinheiro no periódico *Lanterna Mágica*. Andrade também foi um dos redatores fixos da *Revista Ilustrada*, sob o pseudônimo de Julio Verim. "No final de 1888, Agostini teria se divorciado da portuguesa D. Maria Palha, sua primeira esposa, e partido para a Europa com sua ex-aluna Abigail de Andrade, filha de importante fazendeiro da região de Vassouras, reduto de conservadores e escravistas que foram duramente atacados por Agostini em sua revista. Abigail teve, aqui no Brasil, Angelina Agostini, após o que teria partido para Paris grávida novamente do artista, onde teria nascido um menino chamado Angelo, que logo teria morrido, seguido pela mãe. Angelo Agostini permaneceu na Europa até 1894, quando então retornou ao Brasil, não mais voltando para a Revista Ilustrada, que foi vendida para Luís de Andrade em novembro daquele mesmo ano" (SILVA, 2006c, p. 112-113).

Na Corte a assinatura anual da *Revista Illustrada* custava 16 mil-réis, a semestral, nove mil-réis e a trimestral, cinco mil-réis. Nas províncias somente era possível fazer assinaturas semestrais ou anuais, 11 mil-réis e 20 mil-réis, respectivamente. Pelo exemplar avulso pagavam-se quinhentos réis até o final de 1885. No ano seguinte, cada número da *Revista* passaria a custar o dobro: 1\$000. “Em 1897, o valor da assinatura anual passaria de 16\$000 para 25\$000, na Capital, e de 20\$000 para 25\$000 nos estados” (RIBEIRO, 1988, p. 166). A publicação era composta por 8 páginas, no formato 36,4 X 27,7 cm:

Era um jornal (*Revista Illustrada*) de prazer, um jornal das classes elevadas, um jornal caro. Os seus assinantes eram todas pessoas mais ou menos ligadas, por grandes interesses, à sorte da escravidão. Pois bem, este jornalista intrépido (Ângelo Agostini), guiado pelo seu coração e pelo seu caráter, desde o primeiro dia, tomou a si a defesa da causa do escravo, publicando na *Revista Illustrada* páginas que ficarão históricas, e que produziam o efeito de um ferro em brasa. Sobranceiro aos prejuízos que isso lhe dava, pois os assinantes despediam-se às centenas, ele continuava a fulminar a escravidão com seus quadros impressionantes. Ninguém, como ele, viu rugir sobre sua cabeça mais cóleras, mais ódios, mais ameaças. Outrossim, ninguém mostrou por esses desabafos, um mais soberano desprezo (*REVISTA ILLUSTRADA*, 1888, n. 512, ano 13, p. 2)¹³.

Além da escravidão, o principal tema discutido, as inferências sobre os males que afligiam a cidade do Rio de Janeiro, bem como outros assuntos eram recorrentes nas páginas da *Revista*. Sant’Anna (2011, p. 216-217) em seu livro intitulado “D’o Brasil Ilustrado (1855-1856) à *Revista Illustrada* (1876-1898)” destaca a folha do dia 3 de fevereiro de 1876 que fazia referência à sujeira da cidade e a folha do dia 4 de março, na qual critica o surto de febre amarela chamando a atenção do público para a falta de soluções eficazes e para o descaso do governo com os problemas referentes a higiene pública. De acordo com Sant’Anna:

[...] mostrar o descaso com a cidade era ao mesmo tempo fragilizar o governo diante da população e, conseqüentemente, aludir, ainda que implicitamente, à necessidade de mudanças, que só poderiam ocorrer, segundo defendia a *Revista Illustrada* e seus redatores, após a emancipação dos escravos e a

13. Optou-se por não manter a escrita original por dificuldade de leitura, exceto o nome da Revista – *Revista Illustrada*.

proclamação da República no Brasil (SANT'ANNA, 2011, p. 220).

Criticar os problemas relacionados a higiene pública no Rio de Janeiro era uma forma de requerer melhorias, possíveis soluções que contribuíssem para a modernização urbana. A libertação dos escravos e a proclamação da República representavam a chave para a solução desses problemas, uma tarefa desempenhada objetivamente pela revista e a conformava num periódico semanal, o que conseguiu ser, com certa regularidade, até 1882:

Os dois anos seguintes foram marcados por alguns atrasos e falhas em sua regularidade, ingressando no ano de 1885 com periodicidade equivalente à de uma folha quinzenal. Até meados de outubro de 1887, o jornal de Agostini chegava às casas de seus assinantes pelo menos duas vezes por mês. A partir de então, a folha volta a ser semanal, assim permanece até o início de 1890. Quinzenalmente sua distribuição é instável até outubro de 1893¹⁴. Neste ponto, a folha interrompe sua publicação, ressurgindo em novembro do ano seguinte e prometendo retornar sua feição de hebdomadário, o que se consegue ao longo de 1895, se bem que apresentando algumas falhas. Sua irregularidade acentua-se no ano seguinte e ainda mais no outro, quando Pereira Neto, redator principal da folha, afasta-se da 'Revista' por motivos de saúde, causando a suspensão do mesmo até setembro do mesmo ano (RIBEIRO, 1988, p. 178).

Em 1897 foram apenas oito números publicados pela *Revista*. Esse número reduziu no ano seguinte a apenas cinco, quando em agosto encerrou suas atividades. Entregadores contratados pelo jornal distribuíam a *Revista* aos assinantes na cidade do Rio de Janeiro e, possivelmente, em Niterói. "Os números avulsos eram vendidos ao público na própria redação da 'Revista', na livraria B.L. Garnier e na Rua dos Ourives n. 107. A folha era vendida nas ruas" (RIBEIRO, 1988, p. 178-179):

Nas províncias, a 'Revista' era enviada pelo correio, devendo os assinantes remeterem, adiantado, o valor da assinatura através de Carta registrada no correio e com o valor declarado. Com o tempo, à medida que a folha foi se tornando mais lida

14. Em outubro desse ano a *Revista* sofre a sua primeira interrupção, durante a fase de turbulência política provocada pela Revolta Armada (1893-1894) (NASCIMENTO, s/d, p. 5). Esse movimento foi uma forma de represália liderada pela marinha brasileira, insatisfeita com o governo de Marechal Deodoro da Fonseca e seu vice Marechal Floriano Peixoto.

em toda extensão do País, a 'Revista' nomearia representantes em diversas cidades (RIBEIRO, 1988, p. 179).

Além dos entregadores regulares a *Revista* “possuía uma administração, um corpo de redatores fixos, técnicos de impressão” e representantes do jornal em outras províncias (RIBEIRO, 1988, p. 179). A divisão de trabalho, bem como a hierarquia de responsabilidades e a boa coordenação contribuíram para modernizar e propagar o periódico.

A *Revista* manteve-se como um jornal independente, tirando seus proventos da venda dos números que editava. Durante a época em que estava à frente da publicação, Agostini não permitiu um único anúncio em suas páginas (BARREIROS, 2006, p. 3). O dinheiro arrecadado da venda de seus exemplares era a única fonte de renda do periódico:

A Revista iria dizer o que pensava ser certo, sem defender partidos ou pessoas, mas princípios. Daí a importância da sua independência, o motivo de ter a 'verdade' como programa e a razão de o produto de seu trabalho ser nada menos que a história da pátria, contada em fascículos ilustrados e divertidos (BALABAN, 2005, p. 260).

Esta determinação foi implantada por Agostini e, somente após sua ausência, quando da viagem do artista a Europa, em outubro de 1888, é que a propaganda passou a fazer parte da publicação. De acordo com Ribeiro (1988, p. 173), a *Revista* se inspirava na conhecida máxima francesa da Revolução de 1879, procurando “atuar com maior liberdade do que as outras de seu período”:

A feição renovadora na arte de Agostini, no entanto, ocorre pela maneira sistemática e independente com que exerce sua crítica, sempre conduzidas, é importante que se ressalte, num estilo denunciador, criativo e, sobretudo, construtivo. Não houve na obra de Agostini a crítica pela crítica. Todas elas possuíam um objetivo específico, uma intenção latente de transformar e melhorar o mundo que o cercava (RIBEIRO, 1988, p. 183).

A *Revista Ilustrada* chegou a ter quatro mil tiragens por edição, tornando-se, no final do século XIX, a revista ilustrada mais vendida da América do Sul (SODRÉ, 1966, p. 249). A forma combativa na abordagem de questões polêmicas discutidas na época, como era o caso da escravidão, e o fato de utilizar caricaturas para retratar o momento vivido deram maior visibilidade a *Revista*. O primeiro número apareceu em 1º de janeiro de 1876 e trazia na segunda página o objetivo do periódico:

Abram caminho! Abram-no bem franco! É mais um campeão, que se apresenta na área, de lápis em riste, pronto a combater os abusos, de onde quer que eles venham, e a distribuir justiça com a hombridade de um Salomão. Abram caminho! E notem bem que não sou nenhum calouro que pretenda entrar com pés de lã na contenda jornalística para afinar a sua voz pelo diapásão da grande orquestra da imprensa humorística da corte. Sou, pelo contrário, um veterano, já muito calejado nas lides semanais, que tendo se recolhido temporariamente nos bastidores, volta agora refogado á cena e mais decidido do que nunca a não deixar de dar a Cesar o que é de João Fernandes. Abram caminho! O meu programa e dos mais simples e pode ser resumido nestas poucas palavras: 'Falar a verdade, sempre a verdade, ainda que por isso me caia um dente'. Quem se zangar comigo, fique certo que perde o seu latim. Estão prevenidos? (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 1, n. 1, 1876, p. 2).

A atuação de Agostini na *Revista Ilustrada* se pautava por uma assumida experiência na área dos jornais semanais, tais como os jornais por ele inaugurados e pode ser considerada a fase embrionária de sua atuação, mas que já mostrava o ardor combativo do artista por questões políticas e sociais de seu tempo. Ao propor um programa que falaria sempre a verdade, ficava demonstrado o caráter da *Revista* de não ser parceira das injustiças e mentiras, mas vigilante e crítica com a realidade tal como ela era: "Não basta dizer: o meu programa é falar a verdade, a verdade sempre. Convém pôr mais os pontos nos ii é isso o que vou ver se consigo conseguir" (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 1, n.1, 1876, p. 2).

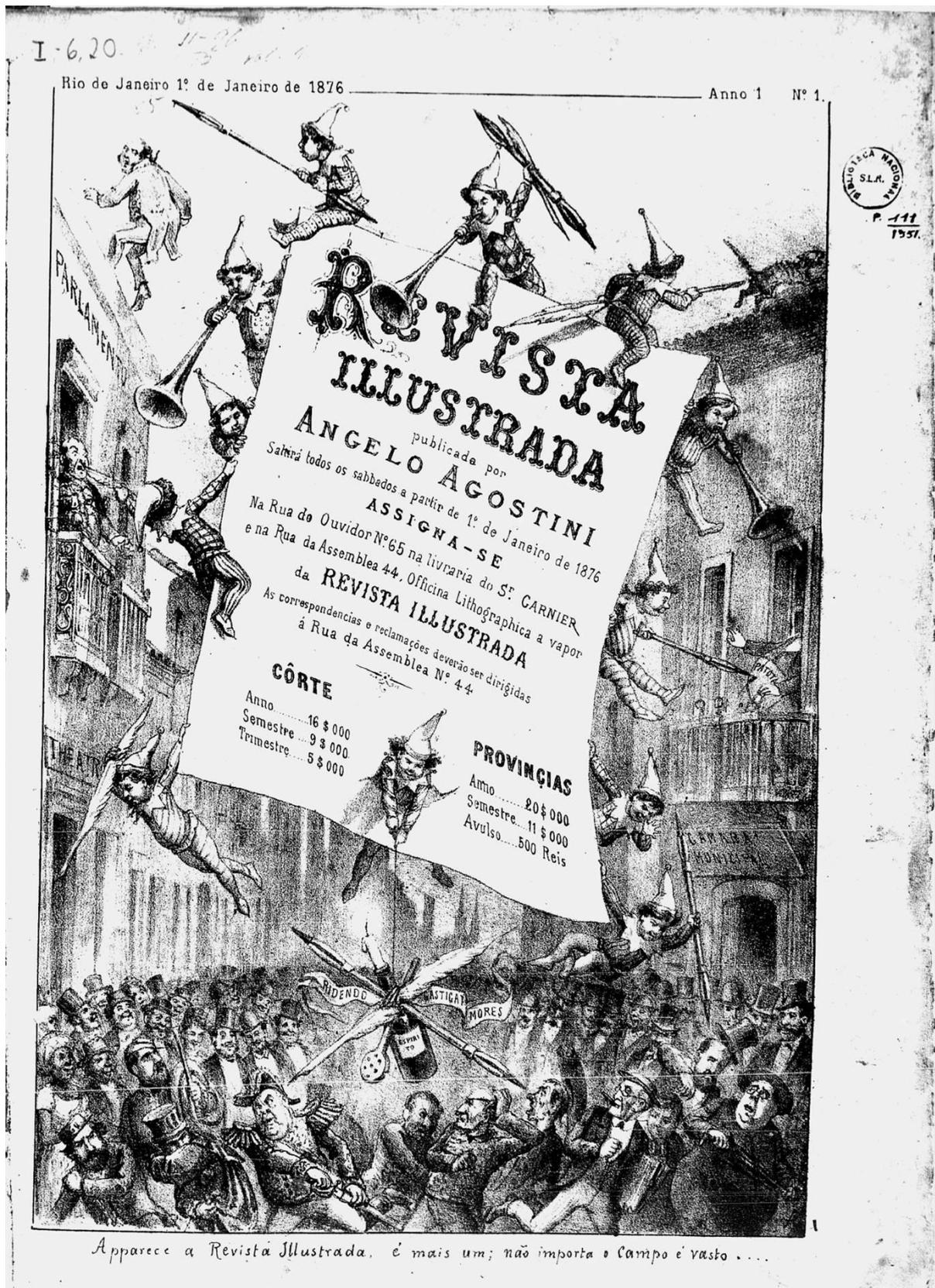
A imagem com qual inaugura a *Revista Ilustrada* (Fig. 1) apresenta uma imensa folha aos moldes de um pôster despencando sobre a cidade do Rio de Janeiro, carregada por doze duendes. Três seguram uma pena, quatro os

crayons e três deles tocam trombetas anunciando a chegada da revista ao público fluminense. Na folha havia as seguintes informações:

Revista Ilustrada, publicada por Ângelo Agostini. Sairá todos os sábados a partir de 1º de janeiro de 1876. Assina-se na Rua do Ouvidor n. 65 na Livraria do Sr. Garnier e na Rua da Assembleia 44. Oficina Litográfica a vapor da Revista Ilustrada. As correspondências e reclamações deverão ser dirigidas à Rua da Assembleia n. 44 (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 1, n. 1, 1876, p. 1.).

A seguir apresenta os preços da assinatura: 16\$000 anual; 9\$000 semestral; 5\$000 trimestral. Nas províncias, o preço sobe para 20\$000 anual; 11\$000 semestral; e 500 réis o número avulso. Na parte inferior do desenho existe tumulto e uma multidão composta por militares, homens de negócios, cônegos e aparentemente uma mulher do lado esquerdo com expressão de susto, “todos evitam ser atingidos por uma espécie de bólido composto por uma garrafa (no rótulo a palavra ‘espírito’, numa visível polissemia) com uma vela acesa no gargalo, que leva atada uma pena e o crayon” (COSTA, 2012, p. 330). Na amarração, numa faixa estão os dizeres: “Ridendo castigat mores”¹⁵. Há também uma palmatória que faz parte do conjunto, sugerindo uma das funções morais do semanário: “castigar aqueles que se comportassem mal”. E no pé da página, a legenda: “Aparece a Revista Ilustrada, é mais um; não importa, o campo é vasto” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 1, n. 1, 1876, p. 1).

15. Locução latina que significa "rindo, corrige os costumes". Essa expressão era amplamente utilizada por jornais de caricatura do período, sendo uma espécie de marca de identificação comum.

Figura 1: Caricatura da primeira edição da *Revista Illustrada*

Fonte: *Revista Illustrada*, ano 1, n. 1, 1876, p. 1.

Na página 4 (Fig. 2) dessa mesma edição Agostini aparece ladeado pelos mesmos doze meninos duendes chamados de “mariolas”. Na parte superior do desenho o caricaturista posiciona-se ao centro do grupo dos mariolas, com o crayon e papeis na mão, sugerindo a submissão destes aos mandos do artista que detem os meios para desenhar, mas também por ter uma estatura maior, o que pode sugerir, do mesmo modo, sua autoridade intelectual diante dos mariolas. Na legenda Agostini apresenta a si e seus ajudantes:

Permite que me apresente perante vós, respeitável e ilustradíssimo público (estilo de quem precisa de assinantes). Estou encarregado pela ‘REVISTA’ de ilustrar as suas paginas; chamam-me Dom Beltrano, minha família é bastante conhecida: Sou filho de Dom Fulano e irmão gênio de Dom Cicrano. Estes mariolas são meus repórteres, meninos um tanto malcriados, mas muito ladinos. Feita esta apresentação, tenho a pedir ao bom público, antes de começar minha tarefa, que releve qualquer graça que achar sem graça e que não fique mal comigo quando eu for demais engraçado. No mais tenho a honra de os cumprimentar. (safa! Que tirada!) (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 1, n. 1, 1876, p. 4).

Na parte inferior da página o artista instrui aos mariolas: “Vão, corram, observem bem o que se passa por aí e voltam a dar-me notícias de tudo quanto viram. O público fluminense é muito curioso e quer novidades mesmo quando não as há” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 1, n. 1, 1876, p. 4). Os mariolas eram uma espécie de repórter que traziam os acontecimentos registrados nas ruas do Rio de Janeiro:

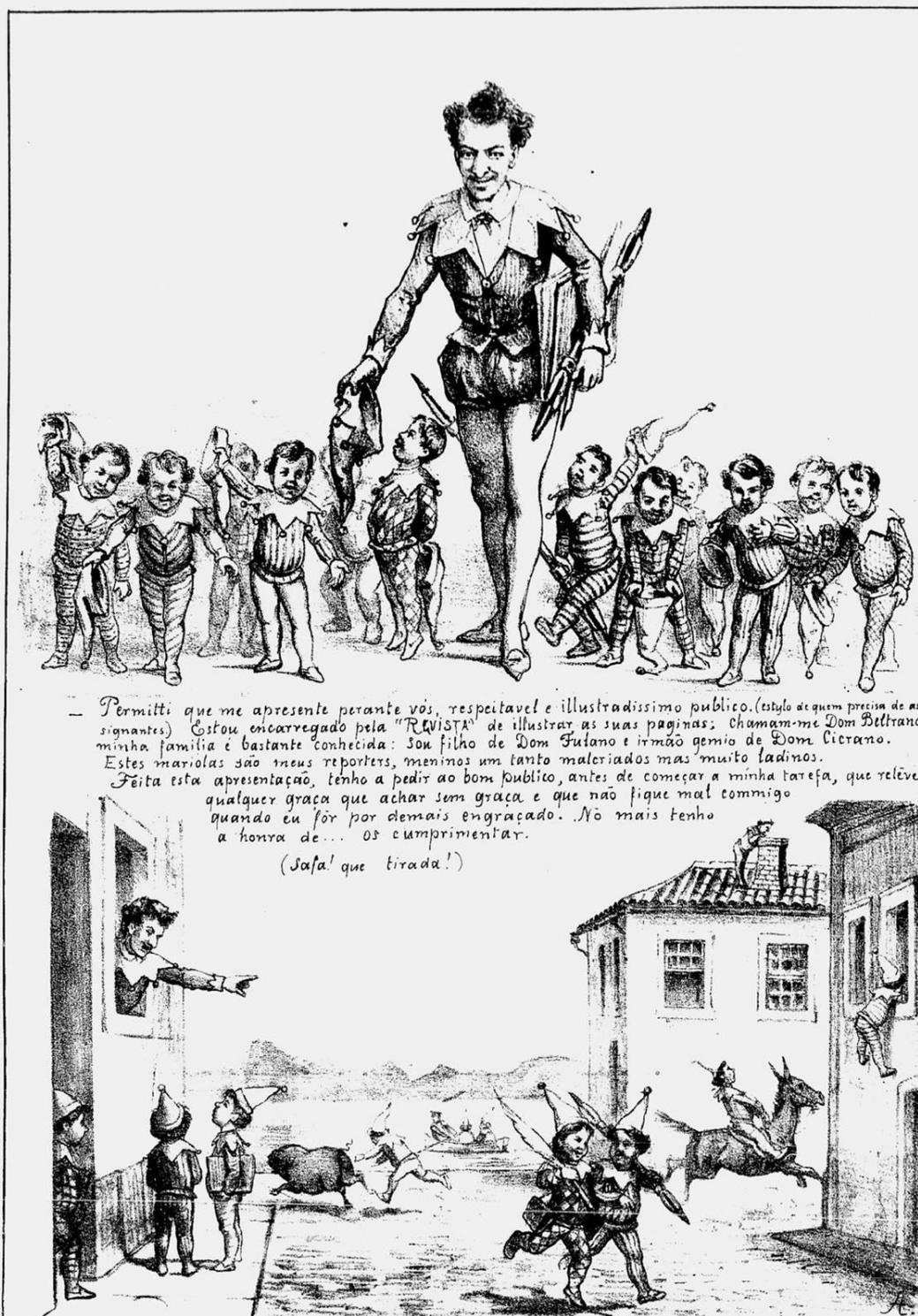
A eles cabia a responsabilidade de ir às ruas colher notícias, que seriam trabalhadas por Don Beltrano. O que define esta peculiar equipe é justamente a união entre um sujeito indeterminado, um fulano qualquer, um anônimo, com um grupo de pequenos buscadores de notícias, que apesar de serem ‘meninos um tanto malcriados’, característica fundamental para qualquer bom repórter moderno, eram ‘muito ladinos’. Assim, a esperteza e impertinência dos jovens repórteres da Revista aliada a visão neutra do seu desenhista formava o ponto de vista do semanário. Apresentava-se desse modo como uma verdadeira empresa jornalística. Bem mais do que seguir as linhas mestras do gênero de imprensa ao qual fazia parte, buscava ser um tipo ideal desse gênero, o que fica evidente pelo nome escolhido para a folha: Revista Ilustrada.

Não pretendia ser mais um jornal de caricaturas, mas uma espécie de síntese de um tipo de jornalismo que há mais de uma década já conquistara o público. Este era o diferencial que apresentava e era esta a estratégia para fazer da folha um sucesso, que de fato foi plenamente alcançado (BALABAN, 2005, p. 264).

Apesar de a *Revista* atribuir às publicações a Don Beltrano essa figura em pouco tempo desaparece, dando lugar ao verdadeiro autor dos desenhos e à orientação da própria folha. Agostini assume a autoria do periódico, deixa de usar a figura de uma personagem-narrador, chamando para si todas as responsabilidades e rixas advindas de suas publicações. Nesse aspecto:

Os repórteres, no caso, eram meros agentes que auxiliavam a colher notícias e fazer a folha com base no que determinava Agostini, que não raras vezes aparecia como um 'personagem' do semanário. Ou seja, desde seu começo, ele fez questão de deixar claro que ele era o responsável pelo jornal, que ele definia sua linha editorial (BALABAN, 2005, p. 272).

Figura 2: Ângelo Agostini e seus mariolas



A *Revista* dispunha de seções artísticas e literárias que abordavam assuntos variados como uma forma de se aproximar dos diferentes leitores (BARREIROS, 2009, p. 46). Na parte escrita observam-se seções que permaneceram constantes ao longo do tempo em que esteve em circulação, podendo variar de autoria; e aquelas que tiveram uma existência efêmera. Das mais importantes e constantes seções que figuraram na *Revista Ilustrada*, serão apresentadas algumas, a seguir, já que foram numerosas nos quase 23 anos de publicação do periódico.

Dentre as seções mais irregulares destaca-se “Belas Artes”, “que aparecia somente para tecer comentários sobre alguma exposição específica ou para dar notícia de algum artista” (BARREIROS, 2009, p. 47). Já a seção “Livro da Porta” apareceu também sob o nome de “Livros a ler” e acompanhou a *Revista* por quase todo seu trajeto, “contendo sob a forma de tópicos a resposta a algumas correspondências encaminhadas à folha” (BARREIROS, 2009, p. 47):

[...] o Livro da Porta era uma seção bastante reduzida, que não opinava nem elaborava qualquer tipo de comentário. Não tinha no conjunto de trabalhos publicados pela ‘Revista’ maior importância, restringindo-se a espaço de respostas às correspondências e aos agradecimentos pelas publicações encaminhadas àquela redação. Esta seção não era assinada (RIBEIRO, 1988, p. 209).

Nessa seção comentavam-se as obras e autores julgados relevantes e na qual os redatores agradeciam as obras enviadas à revista. Era publicada na página dois e foi também um espaço utilizado para divulgar e valorizar diversos livros, dentre eles, determinados romances (BARREIROS, 2009, p. 59), exercendo um papel significativo no reconhecimento e divulgação das obras literárias de então. No fragmento abaixo se observa o feitio divulgador de escritores e obras característico da *Revista*:

Livro da Porta

Inocência, o mimoso livro do Sr. Escragnolle Taunay, se não é a sua melhor obra, é pelo menos o mais aplaudido de todos os seus romances.
É o primeiro, creio, que acaba de alcançar o sucesso de uma segunda edição.

O que entre nós não é de certo muito comum.
 E eu mesmo acho n'este livro o Sr. Taunay muito diferenciado que é nos outro.
 Não sei se é consequência do assunto, se pela forma de tratá-lo; mas nunca em nenhum outro, ele é tão natural e tão interessante. A narração corre fluente e leve, e as paisagens realmente pitorescas.
 Esta nova edição, que é trabalho dos Srs. Leusinger e Filhos, está nitidamente impressa (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 9, n. 381, 1884, p. 3).

A estratégia de proporcionar interatividade entre autor e leitor era um meio utilizado pela *Revista* a fim de ampliar seu público. A seção era organizada e um espaço literário de referência e incentivo à leitura, com acesso a informações sobre o autor da obra, o assunto, sua relevância e localização. Outra seção bastante recorrente foi “Resenha Teatral”:

[...] baseada no próprio nome, era responsável pelos comentários acerca das apresentações e espetáculos encenados na cidade carioca. Não se limitava somente a anunciar estes espetáculos, questionava-se a atuação dos atores, a qualidade da produção, a resposta do público, entre outras discussões propostas pela coluna (BARREIROS, 2009, p. 48).

A seção não tinha redator fixo. Por vezes era Agostini que redigia o trabalho assinando-o com a letra “X”, outras vezes ficava ao encargo do colaborador Dantas Júnior. Irônicas, as críticas direcionadas aos autores, atores e apresentações eram contundentes; por meio delas o debate crítico era estimulado com o objetivo de melhorar a qualidade da dramaturgia carioca, ainda em desenvolvimento e buscavam atingir a opinião do público:

As notícias teatrais desta semana a bem pouco ficaram resumidas, se se quisesse tratar unicamente daquilo que de bom nos deram as empresas.
 Se é que de bom as empresas nos deram alguma coisa.
 A companhia lírica francesa, essa, coitadinha! Fez fiasco!
 Tem ela dançado algumas operas, mas com geral desagrado.
 Aqueles que têm tido animo de assistir às suas representações saem de lá mais convencidos do que o Sr. Tinoco do *Jornal Comercio* é um bom dançarino, e o colega do *Fígaro* um ótimo barítono.

Nem se quer nas pernas das dançarinas encontram motivo para aplausos!
Olhem que é caiporismo!
Vir de tão longe, fazer-se perceber de tamanha fama, e cair assim!... (REVISTA ILLUSTRADA, ano 1, n. 44, 1876, p. 3).

Nessa mesma edição a *Revista* fazia críticas à companhia lírica francesa e apresentava considerações sobre o teatro dramático carioca e seus personagens. Desse modo, os colaboradores ao classificarem e definirem as apresentações e personagens cooperavam para compor a impressão dos leitores em relação à dramaturgia.

A “Crônica Fluminense”, seção iniciada em 1880, opinava em diversas áreas, desenvolvida com humor tratava “com igual importância, de assuntos políticos, sociais e culturais” (RIBEIRO, 1988, p. 213). No número 232, saudava o verão e as mudanças chegadas a partir daquela estação do ano:

- Ah! Que calor!
Mudanças de temperaturas, mudanças de clima e de costumes...Preparem-se as malas para a partida e refazem-se os guarda-roupas. As modistas já não trabalham senão em linho e não vendem senão chapéus de palha, de grossa palha ordinária, a cinco mil réis...
- Nada mais barato!
Dizia-se uma devota da moda, mandando enfeitar o seu com laço de doze, um passarinho de quinze, um alfinete de vinte e uma pluma de trinta; total: oitenta e dois mil réis... E elas acham meio de ficar belas por tão pouco!
São adoráveis, as mulheres! (REVISTA ILLUSTRADA, ano 5, n. 232, 1880, p. 2).

Essa parte da *Revista* geralmente começava com um assunto comum e corriqueiro, para só depois chegar a uma discussão maior: “Mas trataremos dos que ficam... Parece que vamos ter uma associação de homens de letras” (REVISTA ILLUSTRADA, ano 5, n. 232, 1880, p. 2). Além do deboche com que tratava os “homens de letras” que assumiam cargos importantes no Império a *Revista* expunha o descrédito no surgimento de uma classe de intelectuais brasileiros, já que era difícil “[...] achar esses homens de letras num país que vive do curso literário, cuja imprensa se alimenta de traduções industriais e em cujos teatros é (sic) tudo estrangeiro” (REVISTA ILLUSTRADA, ano 5, n. 232, 1880, p. 2). Referências à reforma eleitoral e ao trabalho como forma de

honestidade podem ser observadas na seção bem como a não linearidade nos temas tratados, eles aparecem em sequência diferenciada por dois traços verticais ou três asteriscos.

A seção “Efemeride”, criada com o fim de divertir seus leitores surgiu no ano de 1877, onde fazia glosa às datas comemorativas de eventos históricos, principalmente do Brasil sem abrir mão do estilo jocoso. A publicação de 18 de maio de 1878, por exemplo, ressaltava o feito em que Napoleão se tornou Imperador:

Efeméride = 18 de maio de 1804

Bonaparte feito Napoleão I

O Senatus-consulto-organico francês, vendo que seu país dava-se muito mal com os reis e imperadores, que foram sempre uns sanguessugas, conferiu o título de imperador ao primeiro cônsul general Bonaparte, com o título de Napoleão I, que foi o ovo dos napoleões posteriores. Bons patriotas até ali, aqueles franceses! (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 3, n. 112, 1878, p. 2).

O evento retratado se refere a uma expressão popular - “ovo de Colombo”, uma metáfora usada para afirmar que qualquer um poderia realizar o feito. Depois da descoberta do Novo Mundo Colombo foi homenageado em um banquete na Espanha. Alguns presentes menosprezaram o feito e afirmaram que qualquer navegador poderia realizá-lo. Então, Colombo desafiou-os dizendo-lhes para colocar um ovo em pé. Ninguém conseguiu, então, Colombo bateu o ovo sobre a mesa, quebrando uma das extremidades e o colocou de pé e acrescentou que qualquer um poderia conseguir, mas antes foi necessário que alguém tivesse a ideia para que depois outra pessoa a colocasse em prática (CUNHA e PARADA, 2010, p. 141-142).

Outra seção sem redação fixa era o “Folhetim”. Entre 29 de julho e 19 de agosto de 1876 a *Revista* publicou o folhetim “Manoela”, de autoria desconhecida, já que seu autor assinava com o pseudônimo “p****” e, ao longo de quase todo o ano de 1888 o folhetim “Babilônia” foi publicado por Luís de Andrade, assinando-o com o pseudônimo Júlio Verim (RIBEIRO, 1988, p. 209).

“Ricochetes”, seção assinada por Júnio (J. R. Dantas Jr), abordava temas referentes à imprensa carioca e nacional “fazendo comentários genéricos ou respondendo a alguma questão que envolvesse a ‘Revista

Ilustrada” (RIBEIRO, 1988, p. 209). No ano de 1879, na edição de número 150, Júnio defendia que o periódico de Agostini era o mais lido no Brasil se comparado aos outros jornais da época:

A *Gazeta de Notícias* tem uma corda sensível: a sua tiragem, a sua grande circulação; e sempre que pode meter os outros jornais à bulha está ela a clamar:

- Qual o jornal de maior tiragem?

- A *Gazeta de Notícias*, e quem quiser venha ver os livros da casa e examinar o registro da maquina.

E o que é verdade é que o *Jornal Comércio* mete viola no saco, e o *Cruzeiro* também não quer discussão sobre o assunto.

Isto compreende-se. O grande órgão tira doze mil exemplares e o *Cruzeiro* três mil e quinhentos, dos quase mil por simples vaidade.

A *Gazeta de Notícias* falava só na sua tiragem, e eu deixava falar.

Esta semana, porém, ela discutiu não a sua grande tiragem, mas a sua maior circulação; é, pois a ocasião da *Revista Ilustrada* apresentar-se em campo a fazer valer os seus direitos, porque se o número de lei, tores e não tiragem, como quer a *Gazeta* é que regula a circulação...a *Revista* é o jornal mais lido.

E quem quiser, pode contar o número dos nossos leitores.

[...] (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 4, n. 150, 1879, p. 6)

De modo geral a seção fornecia informações sobre outros periódicos, inclusive da própria *Revista*. Com linguagem clara, direta e objetiva, característica do jornal e que pode ser percebida em todo o periódico, a *Revista* fazia referências a fontes e exemplos demonstrando considerações concretas e reais sobre a imprensa nacional.

A pluralidade de seções se revela ao longo de toda a existência da *Revista Ilustrada* e demonstra uma ação não de toda homogênea, caracterizando fases distintas de maior ou menor repercussão do periódico. As seções analisadas e o período em que foram publicadas estão dispostos no quadro abaixo:

TÍTULO DA SEÇÃO	DURAÇÃO	ASSUNTO
BELAS ARTES	1882-1892 ¹⁶	Comentários sobre alguma exposição específica ou dava notícia de algum artista.
CRÔNICA FLUMINENSE	1880 – 1883	Opinava em assuntos políticos, sociais e culturais.
EFEMÉRIDE	1877 -1879	Comentários em tom jocoso referentes a datas comemorativas de algum evento da história.
FOLHETIM	1876 e 1888	Narrativa literária: Manoela (1876) e Babilônia (1888).
LIVRO DA PORTA ou LIVROS A LER	1879-1897	Contém a resposta a algumas correspondências encaminhadas à revista e comentários sobre obras e autores que julgava relevantes.
RESENHA TEATRAL	1876-1880	Comentários acerca das apresentações e espetáculos encenados na cidade carioca.
RICOCHETES	1876-1880	Tratava de assuntos referentes à imprensa carioca e nacional.

Fonte: Dados da *Revista Ilustrada* (1876-1898) sistematizados pela autora.

As seções sociopolíticas “Resenha Teatral”, “Ricochetes” e “Crônica Fluminense” comprovam que o teor crítico da *Revista* não se restringia ao uso das caricaturas e a questão da escravidão, perseguindo dois fins: explicar a obra ou determinado contexto para depois julgá-los. Nesse aspecto, a crítica passa a assumir um caráter inovador no sentido de que antes de julgar é necessário compreender e essa qualidade tornou-se indispensável para formar

16. Em 1885, 1887, 1889 e 1891 a seção Belas Artes não foi publicada. Além disso, nos anos de sua publicação constituiu-se em uma das seções mais irregular da *Revista*, a qual delongava períodos de tempo de até cinquenta dias para a próxima publicação.

“uma cadeia de críticos máximos que atravessa o século XIX” (BONET, 1969, p. 38)

Na *Revista Illustrada* a crítica é pensada não mais como mera interpretação ou julgamento, mas como intervenção e disseminação de ideias complementares ou opostas ao modo existente. Ao examinar a realidade de forma consciente, a *Revista* procurou acompanhar o espírito de seu tempo, sobretudo o exercício de contraposição a um panorama geral da sociedade infeliz diante de possibilidades de progresso material e social.

2.3 O “LÁPIS DA ABOLIÇÃO”: ÂNGELO AGOSTINI, VIDA E OBRA

O “lápiz da abolição”, expressão cunhada por Mucio Leão (*A Manhã* de 1943, vol. 10, n. 19, p. 2) se referia a atuação de Agostini no processo que culminou na libertação dos escravos. O artista, nascido além mar, chegou ao Brasil ainda jovem e aqui construiu uma carreira respeitável na imprensa, mas ficou conhecido pela excelência das caricaturas com as quais a classe dominante, ou a elite, foi impiedosamente criticada tanto por seus excessos quanto pelo que se negava a realizar.

Agostini era filho de Ângelo Agostini e Rachelle Agostini. Nasceu em Vercelli (província de Alessandria, no Piemonte), Itália, em oito de abril de 1843¹⁷, onde permaneceu aproximadamente por apenas três anos. Sua mãe, viúva, partiu para a capital francesa em companhia da irmã Ercilia e do filho, “tentando encontrar melhores condições para o desenvolvimento de sua carreira de cantora lírica”¹⁸ (RIBEIRO, 1988, p. 188). Em Paris, Agostini passou sua infância e adolescência e lá aprendeu a arte do desenho litográfico.

Por mais de dez anos Agostini viveu na França e acompanhou as transformações que modernizaram a capital francesa, considerada, no período, o centro cultural europeu. Essa influência pode ser nitidamente percebida em suas obras ao longo da vida jornalística. No livro “História da Caricatura no Brasil”, Herman Lima destaca as qualidades no artista:

17. SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Informações obtidas na nota de rodapé número 144 da página 252.

18. “Agostini permanece em Paris na companhia de sua avó materna Ana Agostini, viúva de um violinista, enquanto sua mãe e sua tia excursionavam pela Europa” (RIBEIRO, 1988, p. 188).

Realmente, o caricaturista italiano se distinguia de todos os demais artistas do mesmo gênero, até então aparecidos entre nós, não somente pela perfeição e originalidade de suas charges, nas quais o trabalho litográfico ia de par com o desenho, como por uma verve especial, um acento satírico nunca visto no jornalismo brasileiro (LIMA, 1963a, p. 872).

Czyzewski (2015) afirma que Agostini desde cedo demonstrou pendor para as artes: “[...] vê-se que aprendeu o ofício após conhecer um velho pintor morador na mesma rua do convento onde vivia, contudo, não há registro sobre o nome da pessoa que o acolheu e lhe ensinou a arte da caricatura” (CZYZEWSKI, 2015, p. 31). Também não há documentos ou relatos do artista que comprovem essas informações.

Em 1859¹⁹, aos 16 anos de idade Agostini veio com a mãe, viúva, para o Brasil. Na capital do Império a mãe contrairia segunda núpcias com o jornalista português Antônio Pedro Marques de Almeida, onde moraram por aproximadamente três meses (PEREIRA, 2010, p. 11). Após a curta estadia migraram para São Paulo²⁰:

Sobre os primeiros anos de Agostini em São Paulo não sabemos muito. Há uma informação, não confirmada em documentos, de que teria sido capataz na construção de uma estrada de rodagem, que ligava o terminal da ferrovia Mauá-Raiz da Serra à cidade mineira de Juiz de Fora. Se tomou (sic) nesse trabalho, nele não prosperou, nem deixou marcas (SILVA, 2005, p. 16).

A atividade de Agostini na luta abolicionista se deu por meio da imprensa e com participação em diversos periódicos. Em São Paulo Agostini fundou em 02 de outubro de 1864 o *Diabo Coxo*, jornal de oito páginas, quatro eram de caricaturas: “a revista era redigida por Luis Gama, ex-escravo, abolicionista e liberal, com a colaboração de Sizenando Nabuco – irmão mais novo do defensor da causa abolicionista Joaquim Nabuco – e, é claro, Ângelo Agostini” (SILVA, 2006c, p. 111). O *Diabo Coxo* é considerado o primeiro periódico

19. Na *Revista Ilustrada* de 05 de fevereiro de 1876 Agostini afirma: “Quanto a mim, estando do Brasil desde 1859, não tenho tido senão este público para julgar dos meus trabalhos, e estou muito reconhecido pelo bom acolhimento que me tem sempre dispensado. Estou certo porém, que se eu seguisse o conselho do ilustre folhetinista e fosse para Paris, encontraria talvez a mesma aceitação. Não vejo porque razão o público de lá deva ser melhor do que o d’aqui” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 1, n. 6, 1876, p. 2).

20. A mãe de Agostini atuava como cantora lírica e estava em turnê pelo país.

ilustrado fundado e editado na cidade de São Paulo. Nele as ideias de Agostini começaram a tomar força. Seus parceiros de escrita, Luís Gama²¹ e Sizenando Barreto Nabuco de Araújo, participaram do periódico até a última edição. Com curta duração, o semanário cessou suas atividades em dezembro de 1865. Esse jornal foi uma “experiência tímida de um jornal e de um artista ainda não na plena posse de seus recursos completos” (LEÃO, 1943, p. 1); nesse periódico, Agostini ainda estava longe de iluminar-se no brilhantismo que teria em sua fase na *Revista Illustrada*. Segundo Pereira (2010):

O cenário social, econômico cultural e político que Ângelo Agostini encontrou no Brasil era muito diferente daquele em que havia convivido na França. O artista se deparou com um país de fortes traços de colonização portuguesa, com cidades sem saneamento básico adequado, os problemas no abastecimento de água, as epidemias, as enchentes, a política bi partidária que se alternava no poder e a escravidão (PEREIRA, 2010, p. 11-12).

No dia 30 de setembro de 1866, Agostini, juntamente com Américo de Campos e Antônio Manuel do Reis fundaram o *Cabrião*²², dando continuidade à orientação abolicionista, liberal e com sinais de ideias republicanas, sendo, de acordo com Délio Freire dos Santos (2000), o mais conhecido periódico humorístico e de caricaturas editado em São Paulo durante o Império. Caracterizado pela oposição à situação política provincial, o periódico era da mesma linha anterior, o humor e a caricatura era o traço marcante que tinha a função de informar e divertir. Suas atividades foram encerradas por problemas financeiros em 29 de setembro de 1867. Nele Agostini lutava pela mudança do regime ao lado de nomes como Campos Sales²³, Prudente de Moraes²⁴, Bernardino de Campos²⁵ e Antônio Prado²⁶: “O Cabrião. Este era um órgão combativo que defendia ideias e expunha fatos, dando-se a campanhas

21. “Luís Gama, tendo sentido na pele a escravidão, embora fosse filho de um branco português, tão logo obteve sua liberdade em 1848 passou a lutar em favor da libertação dos negros. Era também o mais velho do grupo, com 34 anos, homem com experiência política e social suficiente para plantar junto a jovens como Agostini os germes do abolicionismo e do liberalismo” (SILVA, 2006a, p. 111).

22. “A sede do periódico chegou a ser depredada devido às manifestações constantes de Agostini contra o clero e as elites escravocratas paulistas” (SANT’ANNA, 2011, p. 212).

23. Manoel Ferraz de Campos Sales nasceu na cidade de Campinas (SP) no dia 13 dias de fevereiro de 1841. Foi “presidente do Brasil de 1898 a 1902, formou-se em direito na década de sessenta do século XIX, período considerado como apogeu do liberalismo, atuou profissionalmente nas hostes liberais, foi parlamentar dos mais atuantes, governou o estado de

destemidas. S.Paulo não suportou a audácia do jornalista e Agostini se transferiu para o Rio de Janeiro” (LEÃO, 1943, p. 1).

No Rio de Janeiro Agostini ficou à vontade para tratar de temas políticos pelo fato de ter adquirido experiência com os periódicos publicados em São Paulo e também por haver um grande número de jornais críticos em circulação, tendo em vista que a arte litográfica já estava consolidada. De acordo com Gilberto Maringoni de Oliveira (2006, p. 78), a chegada do artista ao Rio contribuiu com a consolidação da arte caricatural. Aliado a isso, a cidade carioca passava por mudanças no cenário político:

No Rio de Janeiro, capital da Corte, o caricaturista amadureceu a sua técnica litográfica, ganhando espaço na imprensa local. Os temas trabalhados nas caricaturas de Agostini, em São Paulo, foram recorrentes, nas Revistas que Agostini ilustrou na Corte, como O Arlequim, que mudou para Vida Fluminense; a Revista O Mosquito e a Revista Ilustrada (PEREIRA, 2010, p. 16).

São Paulo, foi ministro da Justiça do Governo Provisório, encabeçado pelo Marechal Deodoro da Fonseca” (CORRÊA, 2009, p. 142); atuou também como jornalista estudantil e político da “Bucha”, organização secreta de estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Faleceu no dia 28 de junho de 1913, na cidade de Santos (SP).

24. Prudente José de Moraes Barros nasceu na cidade de Itu, no interior da Província de São Paulo, em 4 de outubro de 1841. “Forma-se em Direito, em 1863, pela Faculdade de Direito da Cidade de S. Paulo 6 (Faculdade de Direito da USP, no Largo do São Francisco) na cidade de São Paulo. Alguns de seus companheiros na faculdade foram: Manoel Ferraz de Campos Sales, Francisco Rangel Pestana, Bernardino José de Campos Júnior, que anos mais tarde fizeram trajetórias políticas ou atuaram nos bastidores na Província de São Paulo. Foram personagens marcantes na vida pública brasileira no período conhecido como República Velha, que vai de 1889 até 1930. Sendo que Prudente de Moraes e Campos Sales chegariam ao posto mais alto da vida política nacional, a Presidência da República” (QUEIROZ e ROMANINI, 2006, p. 5-6). Iniciou na vida política como vereador na Vila Nova da Constituição (Piracicaba) em 1864, com 23 anos de idade, filiado ao Partido Liberal (PL). Por três vezes governou Piracicaba; foi Deputado Provincial; Deputado Geral (Deputado Federal); Governador da Província de São Paulo; Senador e, por fim, Presidente da República. Faleceu em 3 de dezembro de 1902 em Piracicaba.

25. Bernardino José de Campos nasceu em Pouso Alegre (MG) no dia 06 de setembro de 1841 e faleceu em São Paulo (SP) em 18 de janeiro de 1915. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, ocupou por duas vezes a Presidência da Província. Foi Ministro da Justiça, Jornalista liberal militante e Senador Federal. In: BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Bernardino José de Campos**. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/bernardino-jose-de-campos>>.

26. Antônio da Silva Prado nasceu na cidade de São Paulo em 25 de fevereiro de 1840. Estudou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde se iniciou no jornalismo na imprensa acadêmica; formou-se em ciências jurídicas e sociais em 1861. “Antes mesmo de se formar foi eleito deputado provincial para a legislatura 1860-1861, mas sua eleição foi anulada por não ter a idade mínima exigida” (RIBEIRO, s/d, p. 1). Em 15 de outubro de 1865 foi eleito pela primeira vez Deputado Provincial em São Paulo pelo Partido Conservador, sendo reeleito cinco vezes seguidas (1866 a 1889). Em 1868 foi eleito Deputado Geral e em 1876 vereador à

No início de sua atividade Agostini colaborou no periódico *Semana Ilustrada* (1860-1875), de Henrique Fleiuss. Logo depois, no mesmo ano em que cessou a publicação de *Cabrião*, trabalhou no periódico *Arlequim* (1867-1868) que mudara de nome várias vezes e de responsabilidade do desenhista francês Joseph Mill:

Nasceu como *Bazar Volante* e assim foi chamado de 1863 a 1867, ano em que passa a chamar-se *O Arlequim*, onde os caricaturistas Joseph Mill, V. Mola e Flumen Junius, todos colegas de trabalho de Angelo Agostini, trabalharam. Em 1868, passa a chamar-se *Vida Fluminense*, quando Agostini assume a direção artística. [...]. Em 1876 a *Vida Fluminense* passou a ser chamada *O Fígaro* e, em 1878, recebeu o nome de *A Lanterna*, encerrando suas atividades naquele mesmo ano (SILVA, 2006c, p. 112).

Em 1868 Agostini funda a *Vida Fluminense* (1868-1875), tendo como desenhista auxiliares C. A. Faria e Borgomainerio. Em 1869, trabalhou em outro jornal, o *Mosquito* (1869-1877). Esse periódico de críticas e caricaturas pertenceu a Manoel Rodrigues Carneiro Jr., fundador da *Gazeta de Notícias* (1875-1942) e “é nessa revista que apareceram as primeiras caricaturas de Agostini comentando a Exposição de Belas Artes da Academia de 1872” (SILVA, 2006c, p. 112); desenhos de obras expostas com comentários acerca dos trabalhos eram produzidos pelo artista.

No ano de 1876 Agostini fundou a *Revista Ilustrada*, uma publicação política, abolicionista e republicana eivada de sátira e ironia em relação as questões sociopolíticas. Quatro das páginas eram constituídas de caricaturas e o restante compreendia artigos expressivos do ideal do artista. Joaquim Nabuco a chamou de “bíblia abolicionista dos que não sabem ler”²⁷. Na época, o perfil do público leitor constituía-se em sua maioria por analfabetos, o que reafirma a importância das imagens veiculadas na *Revista Ilustrada*, pois não havia a necessidade de ser alfabetizado para compreender a mensagem que as caricaturas traziam. O primeiro recenseamento nacional no país, o qual

Câmara Municipal de São Paulo (1877 a 1881). Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de abril de 1929. Ver: RIBEIRO, Antônio Sérgio. **Antônio Prado**. s/d, p. 1-11. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>>.

27. *Jornal do Comércio*, 08/abr/1943, p. 03.

recebeu o nome de Recenseamento da População do Império do Brasil realizado em 1872, corrobora essa assertiva:

Nesse ano, a taxa de analfabetismo para o conjunto do País é de 82,3% para as pessoas de 5 anos ou mais, situação esta que se mantém inalterada pelo menos até o segundo Censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República. Tais taxas valeram ao Brasil, na época, a pecha de campeão mundial do analfabetismo (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p. 182).

O número expressivo de analfabetos comprova a necessidade de imagens para instruir o povo. De acordo com Balaban “as imagens publicadas no semanário de Agostini não buscariam estabelecer um debate, mas apresentar uma verdade. Esta seria sua força. Seriam absorvidas sem questionamento, como as palavras da Bíblia” (2005, p. 47). O objetivo era fazer com que os leitores aderissem à causa da abolição, sem, contudo, criticar a ação político-educativa desempenhada pela *Revista*.

O texto escrito aparece como obstáculo à interpretação, cenário que pode ser alterado em parte pelo uso da imagem nas publicações impressas, já que elas permitem ao seu autor preenchê-las de significados, ideologias e valores. Agostini dizia, na sexta edição da *Revista Ilustrada*, em 1876, que “a caricatura não é uma arte que requeira grandes conhecimentos especiais para poder ser compreendida e apreciada” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 1, n. 6, 1876, p. 2).

O artista, vinculado a um projeto político-social republicano e liberal, implantou na *Revista* um debate sobre as questões nacionais denunciando os responsáveis pela decadência material do Brasil. A *Revista* seria um registro dos acontecimentos, “um grande e divertido arquivo da história política do período” que une história e política nos 12 volumes do periódico (BALABAN, 2005, p. 29).

Desse modo, para o referido autor a *Revista* assume o caráter de documento histórico. Nesse tocante verifica-se que Agostini adota uma posição importante no interior da luta pela modernização pelo fato de atuar como porta-voz dos interesses da classe que apresentava um projeto específico de sociedade, podendo ser enquadrado na categoria de *intelectual orgânico*,

descrita por Gramsci. Sua participação ativa na luta pela abolição torna-se o referencial e a justificativa de sua ação, colocando em questão a dominação e supremacia do sistema escravocrata:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político: o empresário capitalista cria consigo técnicos da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (GRAMSCI, 2001, p. 16).

Desse modo, o caricaturista apresentava um conhecimento maior de seu papel bem como de sua ação transformadora na sociedade. Aproveitando-se desse conhecimento Agostini atuava no campo ideológico formando a opinião pública a fim de combater as propostas e práticas conservadoras, identificadas por ele e seu grupo como retrógradas e incapazes de promover a República e a libertação dos escravos.

O conceito de opinião pública, nesse tocante, pode ser compreendido a partir de diferentes perspectivas conceituais. Em Hobbes²⁸ o conceito de opinião é qualquer proposição que admitimos como verdade por erro de raciocínio ou por confiança em outros homens. Para Locke²⁹ a opinião é um raciocínio incerto, por oposição ao conhecimento verdadeiro que caracteriza a ciência. Para ele, a opinião se distingue como um movimento do espírito para a aceitação de proposições como verdadeiras, sem uma base segura. Há outro sentido para a opinião. Podemos considerá-la como reputação, ou seja, o olhar do outro, a estigma público. A opinião, nesse sentido, será sempre a opinião do outro. Sobre isso, Locke fala da lei da opinião ou da reputação que age como árbitro da virtude e do vício, percorrendo dois caminhos: o louvor e a reprovação. É a lei do costume e está compreendida na lei da natureza (NASCIMENTO, 1989).

28. HOBBS, Thomas. **A Natureza Humana**. (Trad. João Aloisio Lopes), Lisboa: FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

29. LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1999.

Já em Rousseau³⁰, o conceito de opinião pública aparece em 1870 e tem o sentido de um estímulo racional que controla os costumes que não podem ser modificados pela força e violência. Nesse aspecto, a censura desempenha um papel importante, visto que administra a opinião pública que seria uma espécie de lei não escrita com a função de impedir infrações contra as normas morais estabelecidas. A opinião pública para Rousseau é entendida como o conjunto das tradições e dos costumes de determinada sociedade. Desse modo, o autor conclui que não se pode tomar a opinião como verdade, pois ela não merece confiança e que em Rousseau não encontramos a figura do intelectual portador da verdade e que deve transmiti-la a homens ignorantes (NASCIMENTO, 1989).

Aproveitando-se de conceitos de Rousseau o *Círculo Social*³¹ modificou o conceito de opinião pública, incluindo neste processo o papel dos intelectuais. De modo geral, verifica-se que ao longo da história existiram diferentes formas de se conceber a opinião pública; entretanto, neste trabalho, adotou-se a concepção gramsciana. Para o referido autor, a hegemonia do grupo dominante exerce influência em toda a sociedade (GRAMSCI, 2001, p. 21). Essa hegemonia determina a direção intelectual e moral, isto é, a direção ideológica que a classe dominante exerce sobre as outras classes sociais. Por sua vez, a concepção de mundo formulada pelo grupo dominante é incorporada pela ação dos intelectuais orgânicos ao senso comum. Gramsci confere a esses intelectuais grande relevância na estrutura social já que possuem uma percepção mais elaborada da ideologia de determinada classe.

A ideologia³², ao se colocar em contato com o senso comum por meio da ação política “pode transformar a vontade coletiva e conformá-la aos padrões e anseios do grupo social que tenha invocado para si a função diretiva” (BASTOS JÚNIOR, s/d, p. 5). Assim, os intelectuais organizam e

30. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Contrato social**. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Os Pensadores).

31. O *Círculo Social* constituía-se de um “grupo de intelectuais revolucionários que elaborou uma teoria da opinião pública e do papel dos intelectuais no correr de uma revolução, na qualidade de preceptores do povo para esclarecê-lo com as luzes da razão e guiá-lo na derrubada da tirania para que exerça a soberania, sob a forma da vigilância pública, particularmente através da imprensa” (NASCIMENTO, 1989, p. 13).

32. De acordo com os pressupostos materialistas histórico empregamos a definição de ideologia proclamada por Karl Marx, o qual demonstra que a ideologia é determinada pelas relações de dominação entre as classes sociais advinda das relações econômicas, a base de qualquer sociedade. Ao se referir à ideologia burguesa, Marx entende que as ideias e representações sociais predominantes numa sociedade capitalista são produtos da dominação

unificam grupos e classes por meio de um conjunto de ideias propagadas pelos mesmos mecanismos utilizados pelo grupo hegemônico.

O fato é que o ar zombeteiro na discussão de questões polêmicas presente à época, como era o caso da escravidão, acompanhou as caricaturas da *Revista* nos seus quase vinte e três anos de existência. Enquanto formador da opinião pública, Agostini dava a sua contribuição na preparação ideológica de seus leitores a favor do processo de abolição do trabalho escravo. O encerramento da primeira fase da *Revista Ilustrada* deu-se em 6 de outubro de 1888 quando Agostini parte para a Europa³³. Um dos motivos de sua partida se deu em razão de relacionamento amoroso com sua aluna de desenho, Abigail:

Sendo professor de pintura e desenho, mantendo um pequeno ateliê particular, Agostini ministrava cursos a alguns alunos, dentre os quais Abigail de Andrade, jovem de tradicional família vassourense, que viera para o Rio de Janeiro, acompanhada de uma tia (Rosa), a estudar pintura (RIBEIRO, 1988, p. 192-193).

Há poucos estudos publicados sobre a vida e obra de Abigail. Nos livros de história da arte, praticamente, seu nome é inexistente. Entretanto sabe-se que em 1882, aos 18 anos, iniciou os estudos no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro onde participava de uma exposição. No ano de 1884 foi a primeira mulher a conquistar uma medalha de ouro, na 26ª Exposição Geral de Belas Artes na seção pintura e, em 1886 realizou duas exposições individuais no Rio de Janeiro; mas é certo que sua biografia é lembrada pelo trágico envolvimento amoroso com Agostini, na época homem casado, renomado e respeitado artista³⁴. Diz Álvaro de Moya (1993):

de uma classe social (a burguesa) sobre a classe dominada (o proletariado). “Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer ideologia, assim como as formas de consciência que elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não tem história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar” (MARX ; ENGELS, 1989, p. 37). O filósofo marxista Antonio Gramsci (2001) argumenta que embora haja conflito ideológico entre as classes, pois os trabalhadores também produzem sua própria compreensão da realidade, a ideologia burguesa é hegemônica; nesse sentido, a ideologia proletária seria menos expressiva, teria menos visibilidade em função do controle das instituições por parte do grupo dominante.

33. Durante os seis anos em que permaneceu na Europa Agostini deixou o substituto litográfico Antonio Bernardes Pereira Netto. Ele assumiu “a edição e a parte artística da revista, que, sob sua direção, passou a aceitar anúncios” (NASCIMENTO, s/d, p. 4).

34. Ver: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. Abigail de Andrade. Disponível em: < <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22147/abigail-de-andrade> >.

Em 1888, após conseguir a cidadania brasileira³⁵, enamorou-se de uma aluna, Abigail, a quem engravidou. Angelo era casado e tinha dois filhos. Foi um escândalo na época, principalmente porque ele criticava muito os políticos e a Igreja nas suas charges. Teve de vender sua revista e partir para a França, onde nasceu Angelina, sua filha (MOYA, 1993, p. 25).

O real motivo de sua partida não foi revelado ao público da *Revista*. O periódico apenas a data da partida de Agostini para a Europa a bordo do vapor *Portugal* e que um dos objetivos da viagem era descansar e “conhecer um dos melhoramentos e progressos que a arte do desenho e das ilustrações tem feito, para aplicá-los aqui” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 13, n. 518, 1888, p. 2).

Agostini permaneceu em Paris por seis anos (até 1894), retorna em 1895 e funda em 25 de janeiro a revista *Dom Quixote* (1895-1903), “à qual se dedicaria nos dez anos seguintes, além de uma breve passagem pelo jornal *Gazeta de Notícias*, em 1904” (VERGUEIRO, 2011, p. 45). De acordo com Ribeiro (1988) em *Dom Quixote* Agostini retoma o alento combativo ausente na *Revista Illustrada* após sua partida para a Europa:

Voltando ao País em que se naturalizara e encontrando-o sob as inquietações políticas à época da ditadura Florianista, com seus reflexos ainda no governo de Prudente de Moraes, Agostini, logo no primeiro número da revista, deixa claro sua posição de jornalista e artista independente. [...]. *Dom Quixote* observa, com ares de indignação a revolta, os acontecimentos de natureza política que vinham abalando a Nação há tempos, como os movimentos do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, a violenta repressão política e as agitações urbanas (RIBEIRO, 1988, p. 193).

As publicações de *Dom Quixote* perduraram até 14 de fevereiro de 1903 quando Agostini procurar emprego na redação da revista *O Malho* (1902-1931), periódico fundado por Luís Bartolomeu. Nele Agostini elabora o logotipo do primeiro número e se responsabiliza por várias seções, numa atuação que persistiu até seu falecimento em 1910 (VERGUEIRO, 2011, p. 45):

‘O Malho’ era uma revista de característica inteiramente diversa daquelas atuantes a época imperial. A começar pelas técnicas de impressão utilizadas para as reproduções de imagens, dispensando o uso custoso da litografia e já adotando, com

35. Agostini deu entrada ao pedido de naturalização no dia 26 de setembro e foi deferido em 6 de outubro (BALABAN, 2005, p. 50).

pleno sucesso, o clichê fotográfico. Medindo 30 x 22 cm, com um número de páginas que, em 1904, era em torno de 38, apresentava ao público, um volume de textos e ilustrações abundante. Em um só exemplar, apareciam diversos colaboradores artísticos, que assinavam seus trabalhos, espalhados entre textos literários, pautas musicais, anúncios ilustrados e coloridos, resenhas teatrais, fotografias, críticas teatrais etc. Cada número do hebdomadário, funcionando na rua do Ouvidor n. 7 e 9, trazia, na capa, uma caricatura colorida de um artista (RIBEIRO, 1988, p. 195).

Nos seus últimos anos de vida Agostini dedicou-se as artes e participou das Exposições Gerais de Belas Artes. Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de janeiro de 1910. Apesar de sua biografia indicar um romance velado e proibido aos olhos da sociedade, o artista ainda hoje é lembrado e reverenciado pelo seu trabalho combativo desenvolvido com caricaturas. Elas tornaram-se uma das principais armas abolicionistas da época, pois atuavam de forma crítica no processo de libertação dos negros, denunciando o horror da tortura aos escravos. Por meio delas, o caricaturista ilustra a incompatibilidade entre o regime escravista e o trabalho livre, ao mesmo tempo em que conscientiza os leitores sobre os males da escravidão tanto para os escravos quanto para o desenvolvimento material do país.

2.4 ÂNGELO AGOSTINI: CARICATURA E CRÍTICA POLÍTICA E SOCIAL

A caricatura dava força ao pensamento político de Agostini, revelando-se ser fonte de uma arte significativa e altamente substancial que, por fim, educa o olhar para os horizontes da vida social. Por meio delas o artista molda uma nova percepção da realidade com o objetivo de chegar a uma sociedade pautada por princípios liberais:

Ângelo Agostini não é um cronista. Porém, narra, através do traço, o cotidiano social e político que o cercava na época. O artista transmite, nos seus desenhos, suas opiniões e ideologia. Através da caricatura, ele propagava implicitamente seu posicionamento sobre um assunto, tentando convencer o leitor a compartilhar a sua opinião (BALABAN, 2005, p. 17).

As imagens da *Revista Illustrada* refletiam o duelo travado na província carioca entre progresso e atraso, demonstrando a fragilidade e decadência de um modelo social e político que não encontrava mais respaldo nas determinações gerais da sociedade capitalista e se sustentava no Brasil à custa de muito esforço social e prejuízo material. Agostini vivenciou um desafio, pois as condições apresentadas pelo momento histórico não estavam em conformidade com o modelo de sociedade desejado. O Brasil, no século XIX, era um país agrário e escravocrata, o que dificultava a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, porém, mesmo com essas condições, aos poucos, ao ritmo de vida foi acrescido novas formas de se relacionar, convergindo na dicotomia entre o velho e o novo, seja pelo comércio, seja pelos novos ambientes e ideias surgidas no contexto da modernidade.

Essas mudanças trouxeram experiência e crescimento ao indivíduo, transformação de si mesmo e daquilo que está à sua volta, mas também o sujeitou às incertezas e insegurança daquilo que lhe é desconhecido (BERMAN, 1986, p. 10). Apesar da forte mentalidade conservadora dominante e a existência de estilos de vida tradicionais, o progresso era requisito na vida social. Ser moderno, portanto, é:

[...] encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (BERMAN, 1986, p. 9).

As aflições da vida moderna fizeram com que os mais conservadores se refugassem num estilo de vida tradicional (GIDDENS, 2002, p. 79). Apesar da resistência por parte de parlamentares e da imprensa Agostini não esmoreceu e continuou a sua luta, enfrentando as tentativas de propagação do trabalho escravo. Em Berman (1986, p. 94) algumas características do ser moderno de Agostini podem ser destacadas, além de sobreviver à modernidade, assumiu “[...] a fluidez e a forma aberta desta sociedade”, não lamentou as relações fixas e foi em busca de mudanças, procurou-as de maneira ativa, levando-a a diante. Desse modo, o artista vivenciou a modernidade com suas possibilidades de desenvolvimento intelectual e material.

A modernidade não impõe barreiras, é dinâmica e atua no sentido de anular a subjetividade e os modos de vida considerados inadequados aos tempos modernos. O modo de produção e as relações sociais advindas do trabalho escravo representavam o atraso do Brasil, a corrupção dos costumes morais da sociedade. Era preciso extingui-la para que o país rumasse ao progresso; em outras palavras, fazia-se necessário deixar o passado para que o presente e o futuro fossem vivenciados. Eliminar a escravidão, nesse contexto, era sinônimo de um progresso que só viria por meio do trabalho livre:

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: elas nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia (BERMAN, 1986, p. 15).

Para Le Goff (1994, p. 169) o progresso é uma característica intrínseca desse modelo social baseado no jogo dialético do “moderno e a consciência da modernidade” nascidos do sentimento de ruptura com o passado, no entanto, (1994, p. 168) “a modernidade pode camuflar-se ou exprimir-se sob as cores do passado”. Desse modo, para o autor, antigo e moderno se relacionam e seguem um processo evolutivo, mas que varia segundo as condições materiais de cada sociedade.

Agostini influenciou-se pelo movimento de modernidade, feito refletido nas suas caricaturas. Nelas o artista foge de um estilo de vida tradicional, dando forma à configuração de uma nova realidade. Em seu desenho litográfico predominava a técnica do esfuminho – “resultado da ação do lápis gorduroso sobre a pedra - afeita às nuances e aos modelados” (LUSTOSA, 1998, p. 74). Para Sodré, um dos fatores do sucesso da revista eram as inovações técnicas das ilustrações de Agostini que representavam a crítica ao contexto sociopolítico da época:

Não se tratava, evidentemente, de proporcionar gravuras bem feitas, ou não se tratava apenas disso: era fundamental que elas estivessem ligadas à realidade nacional, que o público se

revisse nelas, encontrasse aquilo que desejava e que o interessava. Numa fase de agitação crescente, surgindo as grandes questões que abalariam o regime, discutindo-se problemas essenciais ou importantes, era preciso estender a influencia e não limitá-la ao elemento culto, intelectualizado, afortunado (SODRÈ, 1966, p. 255).

As caricaturas tratavam de forma chistosa temas sociais e políticos, especialmente do Rio de Janeiro. Nota-se que a repercussão do trabalho de Agostini se deu pela associação entre realidade nacional e retratos muito bem elaborados, segundo técnicas litográficas avançadas para a época. De acordo com Herman Lima (1963b), as caricaturas de Agostini:

[...] eram quase sempre magníficos retratos. O que constituiria seu padrão de glória mais alta haveria de ser o instantâneo da composição, a segurança e a beleza do modelado, o tumultuoso rebuliço de certas cenas, o teor da vida concentrado em qualquer detalhe e, acima de tudo, a admirável harmonia do conjunto que nunca se desequilibrava, por mais compacta a alegoria, na impressiva caracterização duma figura ou duma situação (LIMA, 1963b, p. 786).

As caricaturas de Agostini atuavam como retratos, revelando os traços de personalidades influentes da época, marcando também seu posicionamento na causa abolicionista. Ressalta-se o fato de virem sempre acompanhados de pequenas legendas com comentários por vezes divertidos, irônicos ou mesmo ácidos.

A palavra caricatura vem do italiano *caricature* e quer dizer carregar ou exagerar em aspectos estéticos. Como retrato satírico ela surge no final do século XVI a partir da obra de Agostino Carracci³⁶. Hermes (2012, p. 4) afirma que o interesse por personagens populares teria levado ao surgimento da caricatura. Ela desperta o riso do leitor tanto pela forma desproporcional das imagens quanto por retratar de forma cômica uma situação importante e formal, geralmente associada a alguma questão política ou personalidade pública. Filippo Baldinucci adota a palavra caricatura como a arte do retrato de zombaria. Em seu dicionário de significados artísticos ele explica:

36. Agostino Carracci nasceu na Bolonha em 16 de agosto de 1557 e faleceu em Parma no dia 22 de março de 1602. Pintor e gravador italiano renomado, junto aos seus irmãos fundou a *Accademia degli Incamminati*, que mais tarde transformou-se na Escola de Bolonha.

[...] a palavra significa um método de fazer retratos no qual se procura o máximo de semelhança com o conjunto da pessoa retratada, enquanto, por brincadeira e às vezes zombaria, os defeitos dos traços copiados são exagerados e acentuados desproporcionalmente, de modo que, no todo, o retrato é do modelo enquanto seus componentes são mudados (BALDINUCCI, 1681 apud GOMBRICH, 2007, p. 290).

Por meio do humor visual, a caricatura apresenta-se com feições ligadas a estética e a outra crítica. Tende a ser uma síntese formal sobre determinada realidade, procurando maior liberdade no estilo. A comunicação com o público se dá por uma imagem que desperta a atenção ao ser desenhada de maneira desproporcional, sem, no entanto, esquecer o objetivo principal, a mensagem que deve proporcionar um pensamento reflexivo.

“O artista, não menos que o escritor, precisa ter um vocabulário antes de poder aventurar-se a uma ‘cópia’ da realidade” (GOMBRICH, 2007, p. 75). O caricaturista retrata com zombaria, exaltando características físicas de forma exagerada e desproporcional. Entretanto, busca, ao máximo, a semelhança entre ilustração e o ilustrado. Tida como uma produção humorística de mero entretenimento, a caricatura também exerce uma função social importante por levar aos leitores uma mensagem crítica e reflexiva sobre situações do cotidiano. É um termo que “foi e continua sendo utilizado genericamente para descrever a arte de ironizar” (SILVA, 2006b, p. 278):

A charge³⁷ de cunho político e social difundiu-se somente no início do século XIX, graças à invenção da litografia, técnica que possibilitou as grandes tiragens. Naquela época, a introdução das ilustrações nos jornais e revistas adquiriu grande importância pelo fato de conciliar a linguagem textual com as imagens de personagens e das situações do cotidiano, facilitando assim a absorção das mensagens veiculadas. No Brasil, tal gênero teve sua propulsora a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo com os trabalhos de Ângelo Agostini – ‘o repórter do lápis’ -, responsável pela publicação de vários periódicos do gênero (SILVA, 2006b, p. 278-279).

37. A caricatura é a representação exagerada de características físicas e hábitos pessoais. Enquanto a charge tem o propósito de mostrar descontentamento e indignação com a situação vigente por meio de críticas sarcásticas de acontecimentos, geralmente relacionados com questões políticas. Ambas as formas de ilustração utilizam o humor como estratégia para alcançar determinado fim. Além disso, a charge, na maioria das vezes, vale-se da caricatura para delinear os personagens.

Há no dicionário *Houaiss* três definições para o termo caricatura: a primeira se refere ao desenho em que se exageram os traços de uma pessoa ou situação para dar um tom jocoso ou grotesco; a segunda a define com uma reprodução deformada de alguma coisa; e a terceira a define como um indivíduo de aparência ou modos ridículos. Embora existam diversos sentidos e significados relacionados ao termo é consenso que há na caricatura o caráter político-social representado em tom satírico.

As caricaturas apresentavam um componente humorístico na discussão de problemas sociais, políticos e econômicos. Elas “foram feitas em momentos determinados, com intenções particulares, por pessoas preocupadas em participar dos sempre insuspeitados, e imprevisíveis movimentos do devir” (BALABAN, 2005, p. 5). Havia intencionalidade na imagem uma vez que ela carregava a interpretação de seu produtor e quando aparecia direcionava o leitor a ver o que se queria mostrar. De acordo com Silva (2009):

Compreender esses desenhos implica em pensar vários aspectos que os envolvem como o contexto histórico em que foram produzidos, o humor, a técnica, a sátira, a associação imagem e texto, o público, além da crítica de arte ali presente. Essas imagens apresentam uma riqueza de significados e reflexões que colocam o leitor em contato direto com uma época e suas representações (SILVA, 2009, p. 2671).

A partir da segunda metade do século XIX no Brasil os artistas passaram a se utilizar de revistas ilustradas, a sátira e o humor serviam como instrumento para representar crítica as pessoas e aos acontecimentos socioeconômicos da época. A obra de Agostini e as caricaturas publicadas nos jornais que dirigiu, anunciavam “os abusos do Estado monárquico, esclarecendo a população sobre o posicionamento dos homens públicos frente aos problemas de interesse comum” (CZYZEWKI, 2015, p. 74):

[...] de acordo com essa perspectiva de compreensão do alcance e influência da obra de Agostini, que ela contribuiu para desvelar as contradições e ambiguidades da política, nominou os responsáveis pelo fracasso e pelo sucesso do país, enquadrando se no conceito de caricatura política (CZYZEWKI, 2015, p. 74).

Na caricatura política extrapola-se a imagem humana, isto é, temas nacionais ou internacionais estão fortemente relacionados a questões políticas (MALAGÓN, 2002, p. 15 apud GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 13). Desse modo, para além do desenho de uma personalidade “deformada”, a caricatura também apresenta uma situação política e social maior:

A caricatura tem sido através da história, voz contundente e impiedosa que, mesmo sob as condições severas da censura, usando a linguagem metafórica, subversiva e velada da ironia, da sátira, do sarcasmo e do trocadilho, denuncia e reivindica os sofrimentos dos oprimidos. A caricatura é, portanto, arma aguçada que o povo aplaude ao ver ridicularizadas nela a força, o despotismo, o autoritarismo, a intolerância, a injustiça (FONSECA, 1999, p. 13).

Agostini deu nome e forma aos indivíduos que atrasavam material e socialmente o país; sobre eles deveriam recair todas as queixas e críticas. Mais do que simples desenhos, elas apresentavam uma verdade com poder evocativo próprio e característico da *Revista*. Ele soube captar com perfeição a realidade do negro, como ninguém retratou a complexidade das relações de poder na qual o Brasil do século XIX estava inserido, demonstrando ser um agente político influente na luta pela liberdade dos escravos. Suas críticas perpassam toda a sua obra e revelam uma grande inquietação com o arranjo social suavizada pelo humor e aguçada pelo desconforto em não se conformar com uma sociedade ainda escravocrata e agrária.

2.5 OS COLABORADORES DA REVISTA ILLUSTRADA

Os colaboradores da *Revista Illustrada* eram, em geral, intelectuais literários nacionais e locais. Luís de Andrade, redator da *Revista* após a ida de Agostini à Europa, assim como outros colaboradores foram escolhidos para compor o rol de jornalistas da *Revista*. Nasceu no Recife em 20 de novembro de 1849. Filho de Joaquim Santos Andrade e Amália Rodrigues de Andrade era conhecido pelo pseudônimo de Júlio Verim:

Embarcou menino para Portugal e fez o curso superior de Letras, estudando matemática e filosofia em Coimbra, não chegando a formar-se. Manteve em Lisboa o periódico *A Lanterna Mágica*, com Guerra Junqueiro, Bordalo Pinheiro e Guilherme Azevedo. Em 1890, voltou ao Brasil e foi deputado à Assembleia Constituinte Republicana. Colaborou no *Mosquito* e na *Revista Ilustrada*, de Angelo Agostini. Em 1898, nomeado bibliotecário do Senado Federal (MENEZES, 1978, p. 50).

No Brasil, Luís de Andrade dedicou-se ao jornalismo atuando como redator ou colaborador do *Diário Popular* (1890-1899), do *Cruzeiro* (1870-1879), da *Revista Ilustrada* (1876-1898), da *Gazeta da Tarde* (1880-1909), do *Diário de Notícias* (1850-1959) e de *A Semana* (1885-1895) (LEÃO, 1949, p. 175). Não se sabe ao certo a época do retorno desse jornalista ao Brasil, apenas que assinava artigos regularmente na *Revista Ilustrada* desde o ano 1885 (RIBEIRO, 1988, p. 198). Na política ingressou em 15 de novembro de 1890 quando assumiu uma cadeira na Assembleia Constituinte republicana como deputado de Pernambuco:

A 'Revista', durante os meses de agosto e setembro de 1890, publica algumas matérias sobre sua campanha, fazendo do coro ao 'Diário de Notícias', folha da qual se tornaria acionista, junto com Antônio Azeredo, conforme nota publicada na "Revista Ilustrada" de 6 de setembro de 1890 (RIBEIRO, 1988, p. 198).

Em 1894 foi reeleito e cumpriu o mandato até dezembro de 1896. Redator principal da *Revista Ilustrada*, Luís de Andrade, também foi vice-presidente da Confederação Abolicionista³⁸, entidade com significativa importância para o movimento presidida por João Clapp³⁹ (BARATA, 1988, p. 21). Por 17 anos acompanhou Agostini na *Revista Ilustrada*:

38. A Confederação Abolicionista foi criada em 11 de agosto de 1883 e congregou diversos clubes, sociedades e escolas abolicionistas do Rio de Janeiro e Niterói. Ver: **Manifestação da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Da Gazeta Nacional, 1883.

39. João Clapp nasceu no Rio Grande do Sul em 1 de março de 1840. É considerado um dos maiores representantes da causa abolicionista. Atuou por mais de dez anos como Presidente da Confederação Abolicionista e em 1880 criou o Clube dos Libertos de Niterói onde funcionava uma escola noturna para escravos e libertos "que ensinava letras e ativismo político" (ALONSO, 2010, p. 26). Faleceu em Petrópolis no dia 11 de dezembro de 1902.

Foi um dos gigantes que ladearam José do Patrocínio na *Gazeta da Tarde*. Foi, igualmente, um dos redatores mais prestantes do *Diário de Notícias*, quando Rui ali fazia a campanha pela Federação das Províncias, a campanha que resultou na propaganda da ideia da República (LEÃO, 1949, p. 175)

Ao se tornar proprietário da *Revista Illustrada* em novembro de 1894, Luís de Andrade não demonstrou o mesmo vigor de jornalista independente que teve quando começou a atuar ao lado de Agostini. Além de sua participação na imprensa e na política, o jornalista foi autor de alguns livros, dentre os quais podem ser destacados: “Caricaturas em Prosa” (Porto, 1876) e “Quadros de Ontem e de Hoje” (Rio de Janeiro, 1885), este uma coletânea de artigos seus elaborados na imprensa (LEÃO, 1949, p. 175). Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 28 de setembro de 1912:

Entre os vários jornalistas atuantes no Brasil à época da propaganda da Abolição, Luíz de Andrade não era elemento de grande destaque. A preferência do público pela ‘Revista Illustrada’ era maior em razão do grande fascínio exercido pelo lápis de Agostini e não propriamente pelos artigos doutrinários da pena do literato pernambucano (RIBEIRO, 1988, p. 199).

José Ribeiro Dantas Júnior foi outro colaborador regular da folha de Agostini, assinava suas crônicas com pseudônimos Júnio e A. Gil. Natural do Rio Grande do Norte, Dantas Júnior era filho de abastado negociante, veio para o Rio de Janeiro e matriculou-se na Escola Politécnica, da qual só cursaria até o segundo ano. Seguiu para Europa, estando em Bruxelas, Londres e, por último em Paris, ali se matriculou na escola de medicina, mas sem completar o curso (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 11, n. 428, 1886, p. 2):

De volta ao Brasil, colaborou nos jornais ‘A Nação’, ‘Estação’, e ‘Cruzeiro’. Foi um dos fundadores do ‘Mefistófeles’, indo juntar-se a Ângelo Agostini logo no primeiro ano da ‘Revista Illustrada’, quando saiu demitido da folha ‘Cruzeiro’ (RIBEIRO, 1988, p. 199).

Dantas Júnior era um comentarista da *Revista Illustrada*. Comentava e fazia crítica aos costumes da época, trabalhando também na seção que fazia a

resenha teatral da semana. Além de registrar o cotidiano da cidade, o jornalista também comentava sobre assuntos internacionais. Por exemplo:

É de a gente morrer de rir-se!

Bismark, o príncipe que ontem lutou com os padres e que agora beija todos os pés de Leão XIII, fez ultimamente um discurso contra o socialismo, em que, dirigindo-se ao povo e às nações, disse:

“O Perigo é comum; comum deve ser a defesa. Unamo-os pois etc e tal...

O Perigo é comum, de acordo; mas ao povo?!...

Não, tem paciência, meu Bismark; mas do socialismo só pode vir algum susto aos reis. O povo, esse nada tem a recear, mesmo porque, graças a Deus, não é do bem estar dos Guilhermes que depende a felicidade do universo.

Nós pelo menos continuamos a passar muito bem, apesar de suas dores de cabeça (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 4, n. 144, 1879, p. 2)

Por nove anos seguidos Dantas Júnior colaborou na *Revista Illustrada*, até que ficou doente e abandonou o jornal, indo para São Paulo no ano de 1885 e de lá para o Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, onde morreu devido a uma congestão cerebral em 1886 (RIBEIRO, 1988, p. 200). Na capa da *Revista* do dia 23 de fevereiro de 1886, Agostini homenageia por meio de uma ilustração o antigo colaborador⁴⁰.

Os assuntos tratados por Dantas Júnior eram do cotidiano da população carioca, em grande parte relacionados aos espetáculos teatrais; mas também, observa-se em suas crônicas críticas aos jornais da corte. Luís de Andrade nessa mesma edição diz que Dantas Júnior deixa um vácuo, difícil de ser preenchido nas páginas do periódico:

Não tendo grande predileção pela política ocupava-se, de preferência, com os acontecimentos que interessavam o maior número, (c)riado com uma efusão sem mordacidade, do que via, e comunicando a sua inesgotável verve a todos os que o liam.

Escreveu crônicas muito graciosas, e nas quais cintilava um espírito verdadeiramente parisiense.

O batalhador caiu, mas a sua memória perdurará, afetosamente, entre todos os que o conheceram! (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 11, n. 428, 1886, p. 2).

40. Ver anexo C: José Ribeiro Dantas Júnior dessa dissertação.

O médico Brício Filho, do mesmo modo, teve relevante participação no jornal de Agostini. Nasceu em Belém do Pará a 30 de junho de 1865 indo para Salvador estudar medicina, de lá seguiu para o Rio de Janeiro onde se especializou cirurgião; movido pelo ideal abolicionista se junta à causa, indo colaborar também na *Gazeta da Tarde* (RIBEIRO, 1988, p. 201):

Após o 13 de Maio, participou ativamente da propaganda republicana, defendendo, mais tarde, o período de consolidação da República, sob o governo de Floriano Peixoto, do qual se tornaria um dos mais ardorosos defensores (RIBEIRO, 1988, p. 202).

No ano de 1888, no “Tópico do dia”, Brício Filho em comemoração ao dia 13 de maio, expressa a importância do feito: “Acaba de morrer a escravidão, acaba de nascer a Pátria (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 13, n. 498, 1888, p. 7). Atuou também na *Gazeta da Tarde* (1880-1909), no *Correio da Manhã* (1901-1974) e no *Diário de Notícias* como correspondente. Em 1900 elegeu-se deputado federal pelo estado de Pernambuco, continuou por mais um mandato e pouco tempo depois de sua saída do parlamento, em 1906, fundou o periódico *O Século* (1906-1908) ingressando, mais adiante, na redação do *Jornal do Brasil* (1891-2010), onde presidiu o periódico a partir de 1930 (RIBEIRO, 1988, p. 202).

Arthur de Miranda Ribeiro foi outro colaborador a dar sua contribuição ao periódico na ausência de Luís de Andrade no período de campanha eleitoral para Assembleia Constituinte, deixando de assinar artigos a partir de 30 de agosto de 1890 (RIBEIRO, 1988, p. 202). Nessa ocasião Arthur de Miranda torna-se o principal redator da parte escrita da *Revista*. Nascido em 9 de agosto de 1869, mineiro de Rio Preto, veio menino para o Rio de Janeiro, onde se formou em 1869 na Escola Politécnica: “Além da ‘Revista Ilustrada’, Arthur de Miranda participaria das redações dos jornais ‘O País’, ‘Diário de Notícias’ e ‘Novidades’. Ao lado do poeta e ilustrador Maurício Jubim, fundaria a ‘Crônica Ilustrada’” (RIBEIRO, 1988, p. 202). A folha do dia 6 de setembro de 1890 saúda a entrada de Arthur de Miranda na redação do periódico:

Arthur de Miranda

Faz parte de nossa redação, desde hoje, o estimado e distinto escritor Arthur de Miranda, que já, por mais de uma vez, tem formado nas colunas da *Revista Ilustrada* trabalhos literários de bastante mérito.

Creemos que os nossos leitores não de ter frequentes ocasiões de nos aplaudir pela escolha feita (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 15, n. 601, 1890, p. 2)

Farfarelo era o pseudônimo usado por Arthur de Miranda. A maior parte de seus editoriais faziam propaganda das ideias republicanas e criticavam os movimentos políticos monarquistas:

O trabalho de Arthur de Miranda na “*Revista Ilustrada*” procurou acentuar, na população, o sentimento de defesa dos ideais republicanos, fazendo frente aos movimentos monarquistas, chamados, então, de sebastianistas. Faz críticas aos ex-ministros da época monárquica Lafaiete, João Alfredo e Afonso Celso (RIBEIRO, 1988, p. 203).

Apesar da dedicação e eficiência de Agostini ter rendido maior destaque ao quadro de funcionários da *Revista* no período em que era responsável pela direção do periódico, em novembro de 1894 Arthur de Miranda perde seu posto de redator principal quando Luís de Andrade retorna a redação, porém continua escrevendo diversos trabalhos, a saber, poesias e crônicas literárias.

Luís Murat também aparece como colaborador, mas no período final da *Revista*, no ano de 1896. Luís Norton Barreto Murat nasceu em Itaguaí em 4 de maio de 1861. Seu discurso político no periódico, em formato de poemas e crônicas, era a favor do Governo. Murat morreu no Rio de Janeiro em 3 de julho de 1929.

Dentre outros colaboradores que fizeram contribuições literárias cita-se como autores não regulares da *Revista* Osório Duque Estrada, Olavo Bilac, Guerra Junqueiro, Cruz e Souza, Raimundo Correa, Silva Ramos, Valentim Magalhães e Emílio de Menezes⁴¹ (RIBEIRO, 1988, p. 204). De modo geral, em comum, os colaboradores buscavam construir conhecimento por meio dos

41. Osório Duque Estrada: 12 de janeiro de 1889

Olavo Bilac: 22 de dezembro de 1888 e setembro de 1895 (n.696)

Guerra Junqueiro: 11 de janeiro de 1879 e a 9 de fevereiro de 1889

Cruz e Souza: Maio de 1891 (n. 621)

Raimundo Correa: Dezembro de 1891 (n.653)

Silva Ramos: Novembro de 1895 (n.700)

Emílio de Menezes: julho de 1898 (n. 737) (RIBEIRO, 1899, p.204)

vários temas abordados pela *Revista* como a imprensa, a dramaturgia, a república, a escravidão, a higiene pública no sentido de esclarecer os problemas nomeando os responsáveis e buscando soluções que impediavam um desenvolvimento mais consequente do Rio de Janeiro, assim como do Brasil. A *Revista*, nesse aspecto, chamava a atenção e a colaboração do público leitor para construir um país moderno nos moldes europeus da época.

3 A AMBIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Na primeira década do reinado de Pedro II as revoltas populares e político-sociais que haviam abalado todo o período regencial findaram, inaugurando um período denominado de conciliação entre conservadores e liberais no início da segunda metade do século XIX. O governo que iniciara em 1842 soube duramente debelá-las e criar um modelo de administração previamente delineado pela Constituição de 1824. No entanto, as disputas entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, novamente em pauta após um curto tempo de paz, refletiam a instabilidade social e política da época. Como forma de expor e defender suas ideias cada partido político utilizava a imprensa, influenciando assim os rumos da sociedade Imperial e o funcionamento do Estado brasileiro.

Esta seção analisa a ambiência política do Brasil e os debates sobre o fim da escravidão, quando a imprensa passou a advogar a causa e a forma de fazê-lo, os signatários da abolição e as justificativas apontadas sobre a necessidade de finalizar o trabalho escravo. Os discursos da oposição conservadora serão também apresentados bem como as razões que explicitam a defesa do regime escravista.

3.1 O DEBATE POLÍTICO: CONSERVADORES E LIBERAIS

D. Pedro I abdicou do Império brasileiro quando seu filho Pedro contava com cinco anos de idade. A partir de 1831 o Brasil passou a ser governado por regentes até que o herdeiro atingisse a maioria para assumir o trono, o que aconteceu com o golpe dos liberais em defesa da assunção de Pedro como imperador quando contava com apenas 14 anos e oficializada em 23 de julho de 1840. O período Regencial⁴², marcado por grande instabilidade política gerada pelas disputas entre liberais e conservadores se caracterizou por eclodir diversas revoltas nas províncias, as quais eram apaziguadas pelo Exército Imperial brasileiro. Dentre as revoltas destacam-se a Cabanagem (1835 – 1840: Grão-Pará), Balaiada (1838 – 1841: Maranhão), Sabinada (1837 – 1838: Bahia), Guerra dos Farrapos (1835 – 1845: Rio Grande do Sul), Revolta dos Malês (1835: Salvador).

A Revolta Praieira, acontecida em Recife no ano de 1848 foi o último grande conflito de natureza política entre conservadores e liberais no findar dos anos cinquenta do século XIX. Partidários do governo de Chichorro da Gama, considerado um governante faccioso e promotor de um tempo de dificuldades na província pernambucana, os liberais foram levados pela pressão popular ao enfrentamento armado, sacudindo a capital da província e o interior da Paraíba (QUINTAS, 1967)

As revoltas continuaram por alguns anos após o golpe da maioria. Entretanto, apesar do conflito declarado entre liberais e conservadores “até 1837 não se pode falar em partidos políticos no Brasil” (CARVALHO, 1996, p. 184), as organizações políticas que precedem a Independência eram do tipo sociedade secreta, “a maioria sob influencia maçônica”, sendo que após a

42. Inicialmente elegeu-se uma Regência Provisória (abril a junho de 1831); os membros do Parlamento para compô-la escolheram os Senadores Marques de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos), Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva que tiveram como função principal realizar eleições para eleger uma Regência Permanente; aos 17 dias do mês de junho a Regência Tríplice Permanente foi eleita: Costa Carvalho, João Braúlio Muniz e o general Lima e Silva governaram até 1835 quando em 07 de abril desse ano o Padre Diogo Antônio Feijó foi eleito, e a 12 de outubro tomou posse devido à reforma constitucional, a qual determinava a substituição da Regência Tríplice por uma Regência Una. Nesse período, de muitas revoltas, Feijó não conseguiu contê-las, renunciando em 1837. O último Regente foi Araújo Lima, governou de 1837 a 1840, ano do golpe da maioria e início do Segundo Reinado. Ver: CALÓGERAS, Pandiá. Regências. Sucessão. Levantes. Maioridade de D. Pedro II. In: _____. **Formação Histórica do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, (Edições do Senado Federal; v. 118), 2009, p. 134-176.

abdição de D. Pedro I formaram-se sociedades mais abertas como a Sociedade Defensora, a Sociedade Conservadora e a Sociedade Militar. Desse modo, passada a fase da independência, os partidos políticos assumem uma função institucional. As duas agremiações, o Partido Conservador (Saquarema) e o Partido Liberal (Luzias) conduziram a política até o fim do Império:

As consequências da descentralização pelo Código de Processo Criminal de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais da Regência é que iriam, ao final da década, possibilitar a formação dos dois grandes partidos [...]. O Partido Conservador surgiu de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores sob liderança do ex-campeão liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos e propunha a reforma das leis de descentralização, um movimento chamado pelo próprio Vasconcelos de Regresso. Os defensores das leis de descentralização se organizaram então no que passou a ser chamado Partido Liberal (CARVALHO, 1996, p. 184).

O Partido Conservador originava-se de uma coalizão de burocratas proprietários de terras, enquanto o Partido Liberal vinha de uma coalizão de profissionais liberais e donos de terras (CARVALHO, 1996, p. 192). No decorrer do século XIX ambos os partidos se aproveitavam da fraude eleitoral e de manobras políticas para manter-se no poder (COSTA, 1999, p. 161). Essa era uma prática recorrente entre a elite da época.

Logo nas primeiras eleições legislativas, ocorridas em 13 de outubro de 1840 os liberais, para defender seus interesses, usaram de fraude e violência. Pagaram capangas para espancar, roubar e modificar os resultados vencendo as eleições que ficaram conhecidas como “eleições do cacete” devido ao uso de violência. O Conselho de Ministros, composto em sua maioria por políticos conservadores reivindicou a D. Pedro II que exercesse o Poder Moderador⁴³ e anulasse os votos das eleições; assim em 1842 a Assembleia Geral dos liberais foi dissolvida e o Gabinete Conservador assumiu o poder. Os liderais

43. O Poder Moderador foi instituído pela Constituição de 1824 e pela Carta Constitucional portuguesa de 1826. Era exercido exclusivamente pelo imperador e se sobrepõe aos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, cabendo ao seu detentor força coerciva sobre os demais poderes conforme dispunha o artigo 98 da Constituição de 1824: “O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos” (Lei de 25 de Março de 1824).

descontentes com essa decisão reagiram à dissolução da Assembleia por meio das Revoltas Liberais de 1842, iniciada primeiramente na província de São Paulo com a direção de Padre Feijó e depois em Minas Gerais, onde era encabeçada por Teófilo Benedito Ottoni. Os liberais alegavam que a política conservadora era autoritária e contrária aos princípios liberais e democráticos.

Os conservadores propunham um regime forte, com autoridade concentrada no poder monárquico e pouca liberdade cedida às províncias. Agiam em nome da “tradição” na busca por um governo de imposição e repressor em detrimento das manifestações e anseios populares, justificando assim as relações de domínio dos senhores sobre seus escravos:

[...] lutava pela unidade nacional e considerava como instrumento adequado o conjunto de instituições consubstanciadas na Constituição de 25 de março de 1824. Os conservadores admitiam que o sistema político, vigente no Brasil, sobre ser legítimo, era útil e vantajoso [...]. Os “saquaremas” tinham como dogma fundamental que a liberdade está devidamente protegida se encontra o apoio de uma autoridade forte e imparcial (TORRES, 1968, p. 9 -10).

Nesse quadro a manutenção do *status quo*, protegido e guiado por instituições como a monarquia e a igreja, serviam como meios impeditivos à pretensão de um país com horizonte democrático. Nesse ponto, vale distinguir os dois conceitos de democracia que são proclamados por Torres (1968, p. 11-12) - O primeiro deles se refere à democracia individualista, “o homem faz a sua própria lei; nada há acima do indivíduo”, desse modo, o Estado assegura a soberania e os direitos dos indivíduos em uma eleição decidida pelos eleitores acerca de seus interesses: “o sujeito da soberania é a nação”, composta por indivíduos livres com existência própria. Esta é a democracia Liberal, a democracia Conservadora também considera os direitos dos homens, sujeita à ordem social e política:

A nação compõe-se de cidadãos, de homens livres, com direitos naturais, civis e políticos, alguns anteriores (ontológica, se não cronologicamente) ao corpo político e ao Estado. Mas ela, a nação, existe, com direitos próprios, distintos de todos os demais e, principalmente, com uma realidade própria (TORRES, 1968, p. 12).

A mentalidade conservadora não contém predisposição para “divagar sobre as situações em que se encontram os homens naturalmente ajustados” (MERCADANTE, 1972, p. 217); são despidos de inquietações em seu estado de espírito, aceitando com passividade a ordem natural das coisas.

Os liberais, por sua vez, pregavam o fortalecimento do parlamento, defendiam a descentralização do poder imperial, isto é, autonomia às províncias. Apesar de ambos os partidos serem simpáticos à manutenção do regime escravista, os liberais eram mais contrários ao trabalho escravo, distinguindo-se por entenderem que sua supressão deveria ser conduzida por um processo gradual que levaria a abolição definitiva. Nos principais programas dos liberais, entre os anos de 1868 e 1870, Nabuco de Araújo (1979, p. 44) advertia que “do falseamento da eleição derivam-se todas as nossas dificuldades políticas, bem como do trabalho escravo todos os nossos atrasos industriais”. Para os liberais era urgente regenerar o sistema representativo, a eleição direta e a abolição da escravidão dariam respaldo à constituição de uma nação moderna e civilizada. O Manifesto do Centro Liberal deixa claro seu programa de governo: 1. Reforma eleitoral; 2. Reforma policial e judiciária; 3. Abolição do recrutamento; 4. Abolição da Guarda Nacional; 5. Emancipação dos escravos (ARAÚJO, 1979, p. 106).

Squaremas e Luzias representavam organizações distintas, as quais dispunham de ideias e princípios que inspiravam a ação de cada partido que, de modo geral, não tinha uma atuação de toda homogênea. Emília Viotti da Costa na obra “Da Monarquia à República” sintetiza as causas defendidas por ambos, corroborando assim as diferenças ideológicas:

Os liberais eram federalistas, favoreciam a autonomia local, exigiam a abolição do Poder Moderador e do Conselho de Estado, opunham-se à vitaliciedade do Senado e à intromissão do governo na economia, eram favoráveis ao comércio livre, à liberdade de expressão e de culto. Defendiam o princípio de que o rei reina, mas não governa. Os conservadores defendiam a posição oposta: a centralização, o Poder Moderador, o Conselho de Estado, a vitalidade do Senado, a religião católica como religião de Estado e o princípio de que o rei reina e governa (COSTA, 1999, p. 157).

A ideologia representa um divisor de águas no que se refere à caracterização dos partidos. Porém o posicionamento de alguns liberais e conservadores evidenciava incoerência. Devido aos jogos de interesse dos diversos setores do Parlamento, tantos conservadores quanto liberais, apesar das diferenças entre si, possuíam o mesmo objetivo, o poder, o que na maior parte das vezes dava vazão para que princípios ideológicos de ambos os partidos fossem traídos. Desse modo, a falta de lealdade em relação às ideias defendidas era um dos elementos que enfraqueciam Luzias e Saquaremas a ponto de Oliveira Vianna, um jornalista e escritor do século XIX, afirmar: “Nada mais conservador que um liberal no poder. Nada mais liberal que um conservador na oposição”:

Era comum encontrar liberais apoiando causas conservadoras e vice-versa, principalmente quando os assuntos em discussão eram altamente controversos, como a Questão Religiosa ou a Abolição da escravidão. Quando um projeto-lei propondo a emancipação das crianças nascidas de mãe escrava foi discutido no Parlamento, houve liberais e conservadores de ambos os lados, tanto a favor quanto contra. O mesmo sucedeu mais tarde quando se votou um projeto-lei que libertava os escravos que tivessem atingido a idade de sessenta anos (COSTA, 1999, p. 159).

O comprometimento ideológico não era regra. O fato de ambas as agremiações possuírem proprietários de terra e o sistema de clientela e patronato dificultavam a determinação das linhas de conflito e companheirismo entre os partidos (COSTA, 1999, p. 157). Apesar dessas contradições, era na imprensa que a transmissão de ideias, propostas e visões de mundo se solidificavam, dando forma ao pensamento político de liberais e conservadores. Nela existiam dois projetos de Brasil, duas visões opostas que dividiam a opinião pública da época. As discussões proporcionadas por ambos os partidos sobre a causa da abolição deram força a projetos e propostas educativas, atuando esse debate como o agente fomentador das ideias abolicionistas. A partir dessa realidade, emergiram os desafios que a sociedade deveria enfrentar para alcançar as transformações necessárias a um país moderno e civilizado.

3.2 JORNAIS ABOLICIONISTAS NO SÉCULO XIX

A imprensa acompanhou todo o processo de abolição da escravatura. Após 1880 o número de jornais abolicionistas aumentou, mas eram minoria se comparado aos jornais defensores da escravidão e indiferentes à causa. Na *Gazeta da Tarde*⁴⁴ (1880-1901), periódico fundado por José do Patrocínio no Rio de Janeiro, um dos meios utilizados para persuadir os leitores a aderir aos casos de escravos alforriados, mencionando o nome dos senhores como se fossem benfeitores da humanidade. Na coluna “Crônica do Bem” o foco da atenção voltava-se para a atitude nobre de cidadãos que souberam valorizar a liberdade, considerada por Patrocínio um direito natural. Para ele o homem nasce livre e torna-se escravo por outros homens:

Ontem o ilustre cidadão, conselheiro Silveira da Motta, querendo comemorar solenemente o aniversário natalício de sua filha a Exma. Sra. D. Bem vinda Silveira da Motta, restituiu à liberdade, sem ônus algum a todos os escravos que possuía [...] O Sr. João Lourenço de Seixas, restituiu á liberdade, sem ônus algum, a sua escrava Isabel. A carta de liberdade foi registrada no livro 7 de novembro, em 29 de dezembro de (1889); e ficou em mão do presidente da Confederação Abolicionista, para ser entregue á libertanda no dia do aniversário do casamento do mesmo senhor [...] (GAZETA DA TARDE, ano 5, n. 5, 1884, p. 1).

Era uma prática comum restituir a liberdade em datas comemorativas nos anos finais do século XIX. Ao retratar essa conquista o jornalista pretendia alcançar mais adeptos para a causa abolicionista, evidenciando que a libertação era uma atitude nobre e representava uma conquista tão grandiosa quanto a Independência do Brasil.

No jornal *Cidade do Rio* (1887-1893), Patrocínio discorreu sobre as influências da escravidão na compreensão do indivíduo escravizado. Intelectuais e políticos da época defendiam a ideia de que a escravidão corrompia os bons costumes e, portanto, prejudicava a sociedade e o progresso. No jornal, a escravidão é tida como uma mácula na sociedade:

44. Inicialmente a *Gazeta da Tarde* foi publicada pelo advogado e jornalista José Ferreira de Menezes, no Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1880. Com sua morte, em junho de 1881, seu amigo José do Patrocínio liderou até 1887, quando fundou a *Cidade do Rio*.

A nuvem negra, que a escravidão estendeu no céu de nossa pátria, logo que Pedro Álvares Cabral a descobriu e nela plantou como emblema da conquista, a bandeira das quinas portuguesas, tem o poder fatal de empanar até os olhos dotados de mais fina perspicácia e as inteligências dotadas de faculdades superiores e do mais alto espírito de observação. Perniciosa influência do meio social em que vivemos e dos preconceitos, que nos dominam, transmitidos à atual geração pelas que a procederam! (*CIDADE DO RIO*, ano II, n. 35, 1888, p. 2).

A *Gazeta da Tarde e Cidade do Rio*, jornais de atuação de José do Patrocínio lutaram incessantemente pela libertação dos escravos colocando-se como porta voz daqueles que viviam às margens da sociedade, sem poder e sem voz para reivindicar liberdade. Por meio de artigos obstinados sobre a abolição, alegavam a vitimização dos escravos pelos senhores e também ajudava os negros na fuga e na compra de alforria. A denúncia das violências cometidas contra os escravos e a divulgação de eventos beneficentes com a finalidade de arrecar fundos para compra de alforria eram elementos de destaque nos jornais.

O jornal *O Libertador* (1881-1884), sob a liderança de Francisco José Alves⁴⁵ circulou em Aracajú e substituiu o periódico *Descrido* (1881-1882). Na primeira edição o redator explica a mudança de nome e anuncia a defesa da liberdade para todos os homens, uma causa considerada “justa e santa” pelo periódico:

Tivemos razão de sobra para naquela ocasião dar o nome que demos – Descrido – porque defendendo uma causa justa e santa, o direito de liberdade do homem, muitas vezes fomos injustiçados por diversos juizes desta província, e pelas primeiras autoridades dela, que faziam causa comum com os escravocratas. É verdade que nunca esmorecemos; e quando os escravocratas nos julgarão de todo perdido, nós ressurgimos fortes e vigorosos e encetávamos a luta; e assim apesar de tudo, temos conseguido quebrar os grilhões do cativo, a noventa e cinco infelizes de 28 de setembro de 1871 até hoje (*O LIBERTADOR*, ano II, n. 25, 1882, p. 1).

45. Francisco José Alves é considerado o principal abolicionista da província de Sergipe. Nasceu em Itaporanga em 12 de janeiro de 1825. Foi jornalista abolicionista, tenente da Guarda Nacional e ex-combatente da Guerra do Paraguai. Dos seus setenta e um anos de vida, dezesseis foram dedicados à luta pela libertação dos escravos. Faleceu em Estância (SE) no dia 10 de abril de 1896.

Um dos programas do periódico era “defender todas as liberdades, em qualquer parte que a queiram oprimir” (*O LIBERTADOR*, ano II, n. 25, 1882, p.1), tendo por objetivo principal proteger e cobrar a aplicabilidade da Lei do Ventre Livre (1871) e a de 1831, a qual proibia o tráfico de escravos. O jornal *O Abolicionista* (1880-1881), dirigido por Joaquim Nabuco na cidade do Rio de Janeiro, foi uma iniciativa da “Sociedade Brasileira Contra a Escravidão”⁴⁶ e contribuiu com notícias a favor do movimento abolicionista brasileiro. O periódico, na sua primeira aparição, faz referência ao progresso da consciência pública em relação ao tema da escravidão, critica os políticos que apoiavam a causa e pondera o atraso material do país causado pelo trabalho escravo:

A aparição deste jornal na imprensa brasileira significa o progresso que tem feito a consciência pública, relativamente à escravidão. A responsabilidade do domínio aumenta, e a sociedade começa a pedir contas aqueles, homens e mulheres, que antes açoitavam e suplicavam seus escravos no meio da indiferença e até da cumplicidade dos estranhos. A escravidão também, protegida pelo governo e acobertada pela câmara dos deputados com respeito filial, está desmascarada publicamente como sendo a redução de pessoas livres ao cativo; porquanto os atuais escravos são os filhos dos importados, ou os próprios africanos que a lei, a quarenta e nove anos, declarou livres. Estudando a nossa produção, vê-se que o trabalho escravo é a causa única do atraso industrial e econômico no país. O nosso território está coberto de latifúndios, onde da casa senhorial saem às ordens para o governo das centenas de animais humanos que enriquecem o proprietário. Ali, nem religião, nem instrução, nem moralidade, nem família! [...]. É para lutar com a escravidão que este jornal aparece; é para denunciar-lhes o abuso e os tristes episódios; é para formar o arquivo histórico, em que no futuro as gerações, que nos sucedem, possam ver a degradação do nosso tempo, e odiar para sempre o estigma impresso na fronte da nação Brasileira pelo tráfico de escravos que ela tolera em pleno século XIX (*O ABOLICIONISTA*, 1º nov. de 1880, p. 1).

Nesses jornais o combate à escravidão aparecia como um projeto de modernidade para o Brasil. Os abolicionistas consideravam que sem liberdade individual não se podia ter civilização, tampouco sólida riqueza, pois esse

46. Em 7 de setembro de 1880 Joaquim Nabuco funda A Sociedade Brasileira Contra a Escravidão em uma reunião na sua casa. Com base no Manifesto da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão a Sociedade promoveu ações segundo dois pressupostos: o parco desenvolvimento econômico do Brasil era fruto da escravidão e a propaganda abolicionista seria o carro-chefe do processo de libertação dos cativos.

sistema arruinava economicamente o país, além de impedir o aparecimento das indústrias, já presentes nos países desenvolvidos da Europa.

Verifica-se que a evolução das ideias sobre o tema da escravidão nos jornais só foi possível devido às transformações que se operavam no Rio de Janeiro, relacionadas à expansão do capitalismo e ao processo de urbanização. A sociedade, ainda escravocrata, cada vez mais convivia com os acordos mercantis e o trabalho assalariado. No centro da cidade, em especial a Rua do Ouvidor, se encontravam as lojas que exibiam as últimas tendências da moda européia: “Os trajes masculinos acompanhavam o rigor da moda inglesa, enquanto as mulheres se deliciavam com os ornamentos encontrados nas lojas de comerciantes franceses” (MACHADO, 2003, p. 1). Assim, os hábitos da nova sociedade contrastavam com a vida colonial.

De um lado a incorporação das “modernidades” europeias e das ideias de progresso e civilidade, do outro uma sociedade agrária e escravocrata que resistia à nova ordem social. Apesar da permanência do trabalho escravo, a cidade do Rio de Janeiro era uma das mais cosmopolita e moderna, se destacando no cenário nacional. As famílias mais ricas no começo da década de 1860 dispunham de ligações a gás em suas casas:

[...] A água encanada e o sistema subterrâneo de esgotos possibilitaram um fornecimento de água reforçado e mais confiável e, combinados a uma rede de transportes públicos, alteraram gradualmente a natureza do serviço doméstico e, a partir daí do trabalho exigido dos criados. Serviços urbanos aperfeiçoados apareceram pouco a pouco durante o espaço de várias décadas. As famílias mais ricas, ou as que viviam em subúrbios mais espaçosos e de povoação mais recente, desfrutavam esses serviços primeiro; outros somente mais tarde, e alguns nunca. No entanto, pode-se dizer que um espírito de mudança e renovação caracterizou o Rio de Janeiro nas décadas de 1860, e sobretudo, 1870. Na década de 1880, modificações substanciais eram amplamente visíveis. Casas com água dentro e gás ou com um quintal espaçoso e com tanque e repuxo [...] com abundância d'água encanada podiam ser obtidas já em 1875, ao passo que dez anos mais tarde até os criados podiam contar com um banheiro para uso próprio. (GRAHAM, 1992, p. 69).

Devido às condições de desenvolvimento esse foi o palco escolhido para a campanha abolicionista. Nesse contexto, a imprensa acompanhou o

movimento de modernização da cidade a ponto de ser considerado um quarto poder por influenciar a população. Por ela, a liberdade, era reconhecida como a melhor forma de se conviver na sociedade se devidamente cultivada:

Profundamente ligado à expansão do capitalismo e das indústrias estava o avanço tecnológico dos meios de comunicação, as prensas se tornaram mais modernas e permitiram reproduções em maior escala, houve também a melhora na reprodução das imagens com novas invenções como a fotogravura em 1851. A defesa dos ideais libertários, da liberdade de expressão e dos direitos humanos repercutiu nos jornais que conseguiam naquele momento maior autonomia e constituíram-se como meio delator das mazelas sociais (ARTIGA; MARINHO; DIAS, 2014, p. 3).

A circulação de jornais, especialmente na década de 1880, foi fundamental na disseminação de ideias abolicionistas, atuando no sentido de formar novos valores e comportamentos. Em pouco tempo, assuntos políticos ganharam as ruas. Em tom denunciador e de revolta os jornais abolicionistas do século XIX alertavam sobre os males da escravidão para o progresso material do país. Na tentativa de convencer os eleitores os abolicionistas conciliavam sentimento humanitário e interesse econômico. Mesmo enfrentando forte oposição, adquiriam adeptos e simpatizantes que engrossaram a causa da abolição. Os jornais *Gazeta do Norte* (1881-1882), *Gazeta de Notícias* (1875-1979), *A Tribuna Livre* (1878-1884), *O Publicador Goyano* (1885-1889), *Tribuna Liberal* (1888-1889), entre outros, compõe o panorama de luta contra a escravidão e indicavam os meios utilizados para efetivar a emancipação plena dos escravizados.

3.3 O DEBATE SOBRE A ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS NO SÉCULO XIX

A crescente demanda de café no mercado exterior⁴⁷ acarretou o tráfico de escravos mais intenso e direcionado a concentrar nas áreas cafeeiras expressivo número de cativos. Em 1830, período em que a produção cafeeira superou a do açúcar, o café tornou-se o principal produto de exportação do Império. Entretanto, já em 1831, a Inglaterra pressionava o Brasil com a primeira lei antiescravista que proibia o tráfico. E, embora as pressões britânicas levassem o governo brasileiro a proibir a importação de escravos, a medida não foi muito eficaz para colocar fim a escravidão, porém alguns navios chegaram a ser vistoriados e interceptados:

Foi para evitar o constrangimento de novas pressões que o governo brasileiro tratou de formular uma lei para por fim a esta velha questão. A aprovação da lei de 07 de novembro de 1831 foi facilitada pelo clima político liberal e reformista vigente no Brasil desde a forçada abdicação de D. Pedro I e, mais importante ainda, por uma temporária queda na procura de escravos motivada pelo aumento das importações que se seguiram ao tratado aprovado em 1826 (SILVA, 2008, p. 5)⁴⁸.

A emancipação dos escravos nas antigas colônias atendia as conveniências do capital “pois ao mesmo tempo em que absorvia o contingente de trabalhadores assalariados, que o aperfeiçoamento da máquina havia dispensado do processo produtivo, amplia o mercado consumidor” (SCHELBAUER, 1997, p. 23). A Inglaterra, nesse contexto, determina a escravidão não mais necessária às suas colônias, buscando convencer as demais metrópoles que empregavam o mesmo sistema a acompanhá-la. No

47. O café no século XIX deu grande expressão à agricultura brasileira no mercado internacional. “No século XVIII tornou-se a bebida da moda e o principal alimento de luxo nos países do Ocidente”; desse modo, sua progressiva demanda fez com que os cafezais se alastrassem com rapidez e em 1830 já sobrepunha o açúcar na pauta de exportação (QUEIROZ, 1987, p. 24).

48. “Elaborada por Felisberto Caldeira Brant (Marquês de Barbacena), que por ocasião do reconhecimento da independência já havia sido intermediário nas negociações para a supressão do tráfico, a lei declarava taxativamente em seu artigo primeiro que todos os escravos africanos que entrassem no Brasil após aquela data seriam livres. Estipulava ainda que os culpados pela importação de escravos seriam punidos conforme o Código Criminal (1830) pelo crime de reduzir pessoa livre à escravidão e impunha multas de 200 mil réis por cada escravo importado ilegalmente, mais o custo de seu embarque de volta à África.” (SILVA, 2008, p. 5-6)

dizer de Tocqueville, a escravidão havia se tornado um opróbrio à sociedade burguesa:

Este grande acontecimento é produto do movimento geral do século, [...]. Ele é produto do espírito do tempo. As ideias, as paixões, os hábitos de todas as sociedades europeias há 50 anos que o empurram nessa direção. Desde que, no mundo cristão e civilizado, as raças se confundiram e as classes se aproximaram e se mesclaram entre os homens livres, como pode a instituição da escravidão se manter? (TOCQUEVILLE, 1994, p. 80).

A Inglaterra enfrentava o aumento da produção de mercadorias na medida em que se aplicavam novas técnicas no processo produtivo, que ficavam em estoque prejudicando a obtenção dos lucros. Lutar contra a escravidão nas colônias significava a ampliação do consumo e dos mercados para os manufaturados ingleses e o conseqüente predomínio de seus interesses. A economia europeia passava por “transformações desde a segunda metade do século XVIII, com o desenvolvimento do capitalismo e a subsequente crise do Sistema Colonial” (SILVA, 2008, p. 1). De acordo com Emília Viotti da Costa, no prefácio da segunda edição de seu livro “Da senzala à Colônia”:

[...] a acumulação capitalista, a revolução nos meios de transporte e no sistema de produção, assim como o crescimento da população na Europa e a crescente divisão do trabalho acarretaram a expansão do mercado internacional, tornando impossível a manutenção dos quadros rígidos do sistema colonial tradicional (COSTA, 1998, p. 27).

As novas condições materiais tornaram a escravidão um sistema de trabalho cada vez mais inoperante diante das transformações modernizadoras, as quais a situaram como alvo de grupos sociais desvinculados dos ideais escravocratas e, nesse cenário, a cessação do tráfico e a abolição da escravatura tornaram-se temas políticos na luta pelo poder nas metrópoles e nas colônias (COSTA, 1998).

O desenvolvimento do capitalismo na Europa teve como consequência imediata uma crise de superprodução e desempregos que fez emergir a luta

operária, desencadeando intensas disputas entre as nações por novos mercados consumidores; num quadro social em ebulição a humanidade presenciou longos processos de locomoção humana, onde imigrantes europeus se dirigiam a América com o objetivo de “reproduzir aqui as relações agrárias que lá estavam se desfazendo e, em muitos casos, na esperança de tornarem-se proprietários” (SCHELBAUER, 1997, p. 22).

A sociedade colonial não possuía as “condições essenciais da ordem, da prosperidade e do comércio [...]” (TOCQUEVILLE, 1994, p. 81). No entanto, no Brasil, a necessidade de suprir com mão de obra as lavouras de café em desenvolvimento ocasionou a continuação do tráfico sob a forma de contrabando até 1850 quando nova legislação veio interrompê-lo tornando a Lei Eusébio de Queiróz⁴⁹ uma realidade (COSTA, 1998, p. 32). Mesmo estas legislações serem um passo importante para o processo de libertação dos escravizados e conseqüentemente para o desenvolvimento material do país, o contrabando se fortalecia com a defesa da escravidão:

Dizia-se que a escravidão era benéfica para o negro, pois que o retirava da barbárie em que vivia para introduzi-lo no mundo cristão e civilizado. Afirmava-se que o negro não era capaz de sobreviver em liberdade. Alguns, embora reconhecessem que a escravidão fosse condenável em termos morais, argumentavam que ela era um mal necessário, pois a economia nacional não poderia funcionar sem o escravo. A abolição da escravidão, diziam eles, seria a ruína do País. Essa foi a opinião que acabou por predominar entre as elites, por isso, enquanto os representantes da Nação declamavam na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Provinciais e no Senado o ideário liberal, continuava-se a importar escravos da África em número crescente, afim de atender à crescente demanda de mão-de-obra (COSTA, 1982, p. 21).

A busca pela destruição do antigo regime fez com que a burguesia europeia criasse conceitos novos que colocaram em dúvida a ideia de que a ordem social era expressão dos desígnios divinos e, portanto passível de questionamento ou

49. O nome da lei, promulgada em 04 de setembro de 1850, é uma referência ao seu autor, o senador e então ministro da Justiça do Brasil Eusébio de Queiroz Coitinho Mattoso Câmara. A lei de 07 de novembro de 1831 teve pouca eficácia sobre a escravidão. Em 1837 o tráfico havia atingido proporções ainda maiores. Desse modo, a Lei Euzébio de Queiroz veio reafirmar o acordo de 1831 ao determina em seu primeiro artigo que “as embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e um, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos” (Lei nº 581, de 04 de setembro, de 1850).

oposição. Defendidos na Revolução Francesa (1789), os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade revolucionaram o modo de pensar, influenciando na campanha de libertação dos escravizados nos territórios coloniais e, no caso do Brasil, no período pós-libertação da metrópole portuguesa:

Acreditava-se que era a vontade de Deus que alguns nascessem nobres, outros vilões, uns ricos, outros pobres, uns livres, outros escravos. De acordo com essa teoria, não cabia aos homens modificar a ordem social. Assim justificada pela religião e sancionada pela Igreja e pelo Estado – representantes de Deus na terra –, a escravidão não era questionada. A Igreja limitava-se a recomendar paciência aos escravos e benevolência aos senhores (COSTA, 1982, p. 17).

Desse modo, ao pensamento revolucionário do século XVIII afluiu a ideia de que a escravidão não era fruto dos desígnios divinos, mas criação de vontade dos homens, “portanto transitória e revogável”; logo, a defesa da abolição incluía a moral e a religião como forma de justificar a libertação dos escravos (COSTA, 1982, p. 18). Os europeus, principalmente os ingleses tiveram categórica influência na constituição dos novos ideais que abalaram os dogmas religiosos; os privilégios e direitos de nascença como ser rei e escravo começaram a ser questionados. “Descobriu-se que o cristianismo era incompatível com a escravidão; o trabalho escravo menos produtivo que o livre; e a escravidão uma instituição corrupta da moral e dos costumes” (COSTA, 1982, p. 8). Aliado a isso, a ideia de que a escravidão impedia o desenvolvimento da indústria representou um dos sustentáculos na defesa da abolição:

Escravidão e indústria são termos que se excluíram sempre, como escravidão e colonização. O espírito da primeira, espalhando-se por um país, mata cada uma das faculdades humanas, de que provem a indústria: a iniciativa, a invenção, a energia individual; e cada um dos elementos de que ela precisa: a associação de capitais, a abundância de trabalho, a educação técnica dos operários, a confiança no futuro. No Brasil, a indústria agrícola é a única que tem florescido em mãos nacionais. O comércio só tem prosperado nas de estrangeiros. Mesmo assim, veja-se qual é o estado da lavoura, como adiante a descrevo. Está, pois, singularmente retardado em nosso país o período industrial, no qual vamos apenas agora entrando (NABUCO, 2000, p. 126).

A escravidão, segundo os abolicionistas, precisava ser extinta por ser a causa do atraso do Brasil e sustentáculo do sistema monárquico. Foi nesse contexto de reformulação dos conceitos e de luta pelo desenvolvimento da indústria e também em razão das pressões da Inglaterra que as leis de 1831 e a de 1850 foram aprovadas:

[...] uma vez que esse país, possuidor da mais importante esquadra do mundo, vinha abordando navios com a bandeira brasileira, confiscando cargas de escravos e prendendo súditos do País. E sua ação era feita tanto em alto-mar como na costa, pouco distante dos portos principais. Não tempo forças para enfrentar a poderosa potência imperialista e evitando maiores desrespeitos a soberania brasileira, restava ao Governo abolir o tráfico (ANDRADE, 1987, p. 16).

No mercado africano os escravos eram vendidos a preços baixos e havia possibilidades de altos lucros aos traficantes, mesmo para os que realizavam operações simples (SILVA, 2008, p. 7). Além disso, as autoridades encarregadas de fiscalizar o contrabando ao invés de fazer cumprir o que determinava a lei aceitavam facilmente os subornos oferecidos pelos traficantes. Os ingleses, contudo, por vezes cobravam o execução da lei de 1831 e apreendiam navios negreiros brasileiros e, em agosto de 1845, o parlamento britânico aprova a lei *Bill Aberdeen* autorizando-os a capturar navios suspeitos de transportar escravos no oceano Atlântico⁵⁰:

A visão de que a interferência inglesa era uma afronta à soberania nacional, vislumbra sempre que uma solução para o problema do comércio negreiro deveria partir do país. A partir do *Bill Aberdeen* e da conseqüente perseguição dos navios negreiros nas costas brasileiras, a necessidade de se buscar uma solução nacional para o problema aumentava. O objetivo era buscar uma saída adequada aos interesses dos escravistas, garantindo a honra e a dignidade nacionais (COSENTINO, 2010, p. 11).

A bandeira abolicionista, empunhada pela Inglaterra, não esteve voltada a sentimentos filantrópicos, mas aos interesses do capital. Tocqueville, na obra “A

50. “Entre 1849 e 1851 foram apreendidas pelos ingleses nada menos que noventa embarcações suspeitas de contrabando” (COSTA, 1982, p. 28-29). As reclamações e queixas de que havia comerciantes de escravos na Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão – as maiores praças negreiras do Brasil – chegavam aos tribunais ingleses; além disso, aconteciam capturas fora das rotas africanas, “a exemplo do Falção, que ia da Bahia para Havana e foi aprisionado pela marinha inglesa na altura de Porto Rico” fazendo reexportação de 387 escravos (TAVARES, 1988, p.16-17). Para mais informações sobre o comércio de escravos no Brasil ver: TAVARES, Luís Henrique Dias. **Comércio proibido de escravos**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

emancipação dos escravos” (1843), destaca a astúcia dos ingleses empregada para convencer as demais metrópoles a abolir o tráfico de escravos:

É bem verdade que uma vez decidida e proclamada a abolição, os estadistas ingleses empregaram toda sua arte para que as nações estrangeiras aproveitassem o menos possível da revolução que eles acabavam de operar nas suas colônias. Seguramente não foi por filantropia que eles manifestaram este ardor infatigável para obstar o tráfico em todos os mares e prejudicar, desta maneira, o desenvolvimento dos países que ainda mantinham a escravidão. Ao abolir a escravidão, os ingleses ficaram privados de certas vantagens e é evidente que não queriam permitir que continuassem a usufruir delas aqueles países que não seguiram seu exemplo (TOCQUEVILLE, 1994, p. 93).

João Marcos A. Romão, jornalista e referência na militância negra no Rio de Janeiro, nos anais da sessão solene realizada na Assembleia Legislativa no Palácio Tiradentes em 24 de agosto de 1984 em memória do advogado negro e abolicionista Luiz Gama e da entrega do Título de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro ao Professor e Deputado Federal Abdias do Nascimento⁵¹, também destacava a ação jurídico-institucional usada por Luiz Gama na contestação da escravidão:

[...] dentro da própria casa do branco, senhor de escravos, o aparato jurídico-administrativo que desde aquela época até hoje tem sabido zelar muito bem pelos interesses das minorias brancas, proprietárias e opressoras – veio se constituir num poderoso instrumento de luta contra a escravidão, que nunca é de mais lembrar, nunca foi aceita por nós, negros, desde que aqui pisou o primeiro homem cativo. Trocando em miúdos o que esse bastião da liberdade fazia na prática? Filho de uma escrava liberta e revoltosa, Luiza Mahin, com um colonizador, foi vendido ainda criança como escravo. A consciência de ser um homem livre o levou, ainda rapazinho, a lutar e reconquistar sua liberdade e tornar-se advogado. Assim iniciou uma batalha rigorosa contra a escravidão. Batalha cruel, contra os senhores de escravos, e proprietários de terras e todos os que se beneficiavam do trabalho servil. E dentro do campo de batalha do inimigo e com as regras estabelecidas pelo poder branco

51. Abdias do Nascimento nasceu em 14 de março de 1914 em Franca (SP) e é reconhecido como um dos mais influentes defensores da cultura e inclusão da população negra no Brasil. Político, ativista social, artista, poeta, dramaturgo e um dos criadores do Teatro Experimental do Negro (TEM-1944) que tinha por objetivo fazer emergir uma nova dramaturgia de valorização do negro no teatro, pois naquela época praticamente não tinha atores negros. “Como uma das estratégias de ação, o TEM contemplava atividades que contribuía para a consolidação da cidadania do ator e da atriz, por meio da alfabetização e conscientização do elenco sobre a situação da população negra no Brasil. Na sede da UNE, realizaram-se os primeiros cursos de alfabetização, treinamento dramático e cultura geral para os participantes da entidade”. Ver: A COR DA CULTURA (projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira). **Heróis de todo mundo – Abdias do Nascimento**, 2004. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/>>.

escravocrata é que ele cobrava o cumprimento da Lei de 1831, que declarava livres todos os escravos entrados no país a partir daquela data (NASCIMENTO, 1985, p. 38).

Tanto nas ações no campo jurídico quanto nos atos coletivos de rebeldia que, muitas vezes resultaram na formação de comunidades quilombolas, Luiz Gama demonstrou-se relevante no sentido de contribuir com a consolidação de um sentimento generalizado de que a escravidão representava um sistema ultrapassado e ineficiente. De forma voluntária, o abolicionista indicava o caminho no qual o Brasil deveria perseguir para a construção de um país mais justo e moderno. Entretanto apesar dos esforços para barrar a escravidão, com a abolição do tráfico e a crescente necessidade de mão de obra em virtude da expansão das plantações cafeeiras no sul do país, os fazendeiros procuraram soluções alternativas: o tráfico inter e intraprovincial que “permitiu o deslocamento da população de escravos dos setores rurais menos produtivos e das zonas urbanas para as plantações de café” (COSTA, 1998, p. 33):

A partir de 1850, o tráfico interprovincial fez com que grande parte dos escravos do nordeste fosse negociada com as províncias do sudeste que estavam em franca expansão com a agricultura cafeeira e necessitando cada vez mais de mão-de-obra (FONSECA, 2004, p. 3-4)⁵².

Passou-se a considerar também o imigrante estrangeiro como alternativa. O trabalhador europeu era o mais apropriado por se tratar de uma raça civilizada. Acreditava-se que os europeus eram laboriosos e hábeis no trabalho, qualidades que os distinguiam dos demais trabalhadores, além disso, por serem mais evoluídos, não aceitavam qualquer condição de trabalho:

Havia, realmente, a crença ingênua, da superioridade inata do trabalhador branco, particularmente daquele que, além de branco, era de ‘raça’ diferente da dos colonizadores lusos, isto é, os nórdicos, os saxões, os louros. Todos os problemas brasileiros estariam resolvidos com a ‘arianização’ da massa de trabalho. Nesse sentido, o Império consumiu grandes verbas para financiar a colonização (SODRÉ, 1968, p. 250).

52. “Em 1881, graças aos impostos provinciais, o comércio inter-regional estava praticamente morto. No ano seguinte, Cristiano Otôni constava que ‘as casas de comerciantes que se ocupavam com esse gênero de negócio fecharam as portas, e hoje raras são as vendas’. Entretanto, só em 1885, pela lei Saraiva-Cotegipe, o Parlamento do Império abolirá finalmente o tráfico interprovincial” (MELO, 1984, p. 47).

Para Couty (1988, p. 60) o trabalhador europeu era o único capaz de formar um povo que levaria o Brasil a uma “riqueza duradoura e produtiva”. No entanto, não se interessava pelo trabalho na lavoura, almejava possuir propriedade e recursos para voltar ao seu país de origem (SCHELBAUER, 1997, p. 33). Os hábitos e costumes modernos representavam um fator impeditivo para uma maior adaptação desse trabalhador nas fazendas:

[...] embora este (imigrante europeu) nunca pretendesse fixar-se no cultivo da terra, pois esse trabalho seria apenas uma fase de transição para galgar, futuramente, melhor posição na vida. O interesse imediato do estrangeiro era enriquecer depressa, fazer seu “pé de meia”, para, depois, estabelecer-se na cidade como comerciante ou industrial, receber honrarias e comendas, visitar, vez por outra, a terra natal, mandar vir parentes e aderentes, e também para lá remeter como ajuda a sobra dos lucros (LUNA, 1968, p. 194)

O preconceito em relação aos trabalhadores nacionais refletia-se na adesão progressiva de trabalhadores estrangeiros em diversos setores da sociedade. A destreza e o conhecimento básico faziam com que a maior parte dos estrangeiros emergisse em outras ocupações em detrimento dos serviços nas fazendas. Em São Paulo, por exemplo, os trabalhadores nacionais dominavam a lavoura:

Excetuando-se as ocupações agrícolas, nas quais sobre 2.456 trabalhadores, 1.673 eram nacionais (68%) e 783 estrangeiros (32%), no resto estes exerciam nítido predomínio. Nos serviços domésticos, em menor escala – sobre 14.104 trabalhadores, 5.878 eram nacionais (41,6%) e 8.226 eram estrangeiros (58,3%); mas de forma decidida e quase monopolista nos outros ramos de atividades, verdadeiramente ligados à dinâmica do novo mundo econômico, em nascimento: a) nas atividades manufatureiras – 3.667 trabalhadores, dos quais 774 nacionais (21%) e 2.893 estrangeiros (79%); b), nas atividades artísticas – 10.241 trabalhadores, dos quais 1.481 nacionais (14,4%) e 8.760 estrangeiros (85,5%); c) nas atividades de transporte e conexas – 10.525 trabalhadores, dos quais 1.998 nacionais (18,9%) e 8.527 estrangeiros (81%); d) nas atividades comerciais – 9.456 trabalhadores, dos quais 2.680 nacionais (28,3%) e 6.776 estrangeiros (71,6%). Em relação ao total considerado, 71,2% dos trabalhadores da cidade de São Paulo eram estrangeiros. Quanto aos setores que operavam como fulcro da rápida expansão urbana e da industrialização, a participação dos trabalhadores estrangeiros era da ordem de 82,5%! (FERNANDES, 1978, p. 14-15)⁵³.

53. Em outros estados não existem estatísticas dessa ordem; os documentos a respeito são escassos e incompletos (LUNA, 1968, p. 200).

O estrangeiro levava vantagem competindo com o trabalhador nacional, as melhores oportunidades eram dos imigrantes, principalmente dos europeus. Dominavam o artesanato e o pequeno comércio, sua predominância refletia em “todos os setores da vida nacional, na própria estrutura econômica, social e cultural do país” (LUNA, 1968, p. 199-200):

Das dezenas de milhares de imigrantes que o governo com os maiores sacrifícios de Estado tem conseguido atrair ao império nestes últimos anos, pode-se assegurar que nem dez por cento são empregados na grande lavoura do país (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1978, p. 63).

As correntes imigratórias se dirigiam preferencialmente aos Estados Unidos pelo fato de que lá se tinha melhores condições de trabalho e maior liberdade. Esse era o destino preferido inclusive de outras pessoas que sofriam perseguições na Europa. No Brasil era limitada a cifra de imigrantes que chegavam se comparada a de outros países⁵⁴:

Uma gama de fatores se interpunham à vinda de imigrantes para o Brasil, dentre eles, a política para a emigração que, no final do Império, era praticamente inexistente se comparada com a do sonho americano. Fato este que, acrescido aos maus tratos e à propaganda enganosa, levou a Europa a fazer propaganda contrária a emigração para o Brasil (SCHELBAUER, 1997, p. 24).

A elevação de salário para a classe de trabalhadores europeus era indispensável. Eram habituados a certos confortos da vida civilizada; além disso, “cumprir observar que a tendência natural do imigrante europeu não é para prestar-se ao serviço de assalariado, mas sim para constituir-se também proprietário” (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 128). O Brasil não representava um atrativo a esses imigrantes.

Esse era um dilema amplamente debatido em 1878 no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro e no Congresso Agrícola do Recife⁵⁵. Estiveram na pauta das

54. “Atualmente o Brasil recebe 24 mil estrangeiros, os Estados Unidos 700 mil, a Austrália 100 mil, a República Argentina 60 mil; e, no entanto, essas nações não têm escravos para substituir” (COUTY, 1984, p. 207). Esses países tinham uma boa política de imigração, além disso o número de escravos era menor se comparado ao Brasil o que tornava-os mais atrativos pelos imigrantes.

55. O Congresso Agrícola do Rio de Janeiro aconteceu primeiro e foi organizado pelo então ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Cansanção de Sinimbu, que reuniu cerca de 300 proprietários de terra e profissionais da agricultura dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Mi-

discussões as saídas para a crise da grande lavoura e para a substituição do trabalho servil. O Brasil vivia um momento particularmente difícil tendo em vista que grande parte da produção nacional era proveniente da agricultura e assentada no trabalho escravo, cujos braços representavam o sustentáculo da grande lavoura. Dessa forma, nas preocupações expressas pelos homens da época residem os dilemas vivenciados pela sociedade brasileira à medida que se aproximava o fim da escravidão e nas quais se insere o debate que serviu de panorama à transição para o trabalho livre.

3.4 O DEBATE SOBRE O FIM DA ESCRAVIDÃO E TRABALHO LIVRE NO BRASIL

Nas décadas finais do século XIX entrou na pauta das discussões políticas o empenho de fazer com que a transição para o trabalho livre ocorresse sem consequências econômicas à nação. Temia-se que a emancipação das pessoas de cor levasse o mundo colonial a confusão e a anarquia (TOCQUEVILLE, 1994, p. 79). Nos debates sobre a escravidão era comum a existência dos que lamentavam os males dessa instituição, mas também os que temiam as consequências da libertação dos escravizados. Tudo era pensado e analisado de modo que a transição para o trabalho livre se efetivasse sem maiores perturbações aos interesses da grande propriedade (SCHELBAUER, 1997, p. 28):

A abolição, reconheço, é uma empresa, senão extremamente perigosa, ao mesmo tempo muito considerável. É preciso que nos decidamos realizá-la, mas, ao mesmo tempo, é preciso buscar com o maior cuidado o meio mais seguro e o mais econômico de alcançá-la (TOCQUEVILLE, 1994, p. 90).

O objetivo maior neste processo era assegurar ao Brasil a entrada decisiva da forma burguesa de produção, já plenamente desenvolvida no continente europeu.

nas Gerais e Espírito Santo para discutir a crise da lavoura e suas possíveis saídas. Já o Congresso Agrícola do Recife, a partir dos mesmos temas e do mesmo questionário elaborado pelo Ministério da Cultura, foi organizado pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP). “Enquanto o congresso do Rio de Janeiro foi uma iniciativa do Governo do Império, o congresso do Recife foi organizado pelos próprios agricultores das províncias da região nordeste. Estes alegavam que haviam sido excluídos do debate sobre a crise e que o governo privilegiava a opinião dos produtores de café do sudeste” (FONSECA, 2004, p. 2).

Nesse aspecto, considerava-se que esse processo deveria ser lento e gradual a fim de evitar o risco de destruir a nação, uma vez que toda riqueza nacional até então fora realizada sob as expensas da exploração do trabalho escravo. Dizia Couty:

Nestas condições, suprir bruscamente a escravidão significaria suprimir ou reduzir todas as produções importantes, e fazer secar as fontes da renda nacional ou individual; significaria deixar este País novo, que obtém na Europa – e especialmente na França e na Inglaterra – os seus capitais e quase todos os seus produtos manufaturados, na impossibilidade de honrar seus compromissos e de dar continuidade ao seu comércio (1988, p. 51).

Couty considerava a abolição abrupta do tráfico um problema já que a lavoura absorvia grande número de escravos e ainda não existiam relações de trabalho livre estruturadas. Desse modo, defendia a extinção gradual da escravidão e utilizava como justificativa o fato de que o negro era “bem tratado, bem alimentado, cuidado se doente, conservado se está velho, tem seu descanso assegurado” (COUTY, 1988, p. 63), não sendo necessário, portanto, abolir a escravidão no Brasil imediatamente, provocando em consequência uma crise econômica.

Assim como outros abolicionistas, Couty temia que após a abolição a maioria dos negros se rebelasse e assumisse o controle do país. Para que isso não ocorresse e, sobretudo, para que o Brasil alcançasse o tão desejado desenvolvimento material defendia a imigração europeia, utilizando como argumento as seguintes proposições: 1) o progresso é fundamental; 2) para ter progresso é preciso ter mão de obra qualificada; 3) a escravidão representa o atraso; 4) a população brasileira é atrasada, pois em sua maioria é constituída por escravos 5) não há mão de obra qualificada no país (SANTOS, 2002, p. 84).

Henrique Augusto Millett tinha posição semelhante. Para ele a emancipação dos escravos deveria ser realizada “paulatinamente, precedida e acompanhada por medidas indiretas que tornem possível a metamorfose do trabalho servil em trabalho livre, [...], sem cataclisma financeiro e comercial” (MILLET, 1987, p. 135). O fato é que assombrados pela baixa imigração europeia e o temor de uma crise na economia do país por consequência da falta de braços, parte dos congressistas passou a defender a imigração chinesa. Moreira de Barros argumentava que:

Incontestavelmente são os chins. Ainda com quebra de nossos sentimentos de nacionalidade, e com algum pesar por introduzirmos esse elemento de raça inferior, aceitemos essa medida como uma necessidade; é o meio de termos trabalhadores. Em diferentes partes do mundo muitíssimas indústrias não poderiam existir hoje, como, por exemplo, a do guano, si não fosse o auxilio desses trabalhadores, que se sujeitam a serviços pesadíssimos (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 189).

Contra a inserção dos *chins* nos trabalhos da lavoura existia uma forte oposição. Entretanto havia parlamentares cientes de que o Brasil precisava utilizar-se dos meios viáveis no momento para alcançar o progresso econômico desejado pela elite brasileira da época. João Basptista Braziel, justamente com Moreira de Barros faz coro à causa ao dizer:

Há um preconceito sobre a colonização chinesa em nosso país, porque entre nós os chins em geral não tem procurado o país para esse trabalho manual; entregam-se a pequenos negócios, nos quais talvez nem sempre possam mostrar muita lisura. Mas andam erradamente aqueles que não sabem que o Império da China tem mais de quatrocentos milhões de habitantes, que ganham ou conquistam o pão com esforço extraordinário. Esses, que assim pensam, isto é, que combatem a introdução de asiáticos, não sabem que ali morrem milhares de indivíduos à fome, porque a terra negalhes o necessário sustento. Esses que não conhecem o trabalhador chinês, podem supor que os chins só servem para cozinheiros e para carregar cestos de peixe. Não é assim, E' a raça que melhor preencheria a necessidade de nossa lavoura quanto a colonos; mas é preciso que eles venham de centros agrícolas, e não dos focos populares das grandes cidades, onde a desmoralização é certamente muito adiantada, porque ela acompanha a idade dos impérios: a nação chinesa é a mais desmoralizada do mundo, porque é o império mais antigo que se conhece. Os americanos e os europeus, sobretudo os ingleses, atestam, todos os acordos, que os trabalhadores agrícolas chineses são os melhores do mundo; que são eles laboriosos, moralizados, pacíficos, sóbrios (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 141-142).

Braziel defende a ideia de que os trabalhadores agrícolas chineses são os mais indicados para substituir a mão de obra escrava e adverte a importância de se desconsiderar os preconceitos em relação a essa classe de trabalhadores, pois “o trabalho não tem nacionalidade, tem interesses a que se deve satisfazer” (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 142). Além do mais, se tratava de mão de obra barata. Dr. Eduardo A. Pereira de Abreu, em oposição à inserção do homem asiático na lavoura faz ressalvas:

A experiência tem demonstrado a negativa mais completa e os resultados perigosos, insuficientes e nulos que essa classe de homens, eivados de mãos costumes e corruptos por natureza e princípios de educação, tem acarretado consigo em todos os lugares em que como colonos se apresentam (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 39).

Por parte dos congressistas os *chins* eram tidos como fracos e indolentes por natureza. Uma raça inferior que “alquebrados pela depravação dos costumes e hábitos que desde o berço adquirem, narcotizados física e moralmente pelo ópio”, não poderiam suportar o árduo e penoso trabalho da cultura do café (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 39). Domingo Jaguaribe também contesta a utilização da mão de obra chinesa como meio de suprir a falta de braços. Em seu livro “Reflexões sobre a colonização no Brasil” destaca a opinião de um Dr. L. Werneck:

Sem força moral, sem fé, sem futuro, sem ideia de melhoramento, a raça chinesa, estacionária e de uma civilização duvidosa, inerte no progresso, há de ceder o lugar, e ser exterminada pelas nações prolectas da Europa e da America. A civilização chinesa é um obstáculo, porque ela disse ao homem – parai, quando o destino lhe brada- marchai (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 157).

A Inglaterra utilizava a mão de obra chinesa para suprir o trabalho escravo, por esse motivo espalhou sua propaganda anti-chinesa, pois tinha como objetivo assegurar a sua supremacia comercial já que a imigração chinesa representava menores custos e maior lucratividade (SCHELBAUER, 1997, p. 37), representando assim um grande negócio:

A importação de orientais – chineses, indianos, insulndios–, feita em larga escala pelos ingleses e holandeses para as Guianas e para o Caribe, foi defendida por capitalistas brasileiros que esperavam substituir o trabalho escravo africano pelo dos orientais, em regime de semi-escravidão. Essa ideia, porém, foi muito combatida no Parlamento, sobretudo por deputados abolicionistas que admitiam ser a adoção dessa linha política uma forma disfarçada de manter a escravidão. Os projetos em favor dessa importação não passaram, e o Brasil não teve em seu território a diversificação étnica, cultural e religiosa que se observa hoje nas Guianas e no Caribe. Deve-se levar em conta, também, que as classes dominantes brasileiras tinham a preocupação de fazer com que houvesse um maior

contingente branco em nossa população, em vista dos preconceitos dominantes contra os povos de origem não-européia; queriam europeizar a cultura brasileira (ANDRADE, 1987, p. 25).

Embora parte dos congressistas tivesse defendido a imigração chinesa, ela não chegou a ser uma possível saída ao problema de escassez de braços, levando os homens daquela época a pensar em outra forma para solucionar esse problema. Cogitou-se então que a conversão do trabalho escravo para o trabalho livre fosse feita pelo sistema de *parceria*:

Pensava-se assim transferir para a iniciativa particular a responsabilidade de promover a imigração. Sobre os particulares e não sobre a administração, deveriam 'recair todas as rixas e ódios que são inerentes a tais empresas'. O governo limitar-se-ia a oferecer garantia de financiamento (COSTA, 1998, p. 122).

A iniciativa particular de Nicolau de Campos Vergueiro foi quem realmente promoveu a primeira experiência de *parceria*. Tratava-se de um serviço público delegado pelo Estado à iniciativa particular. Os núcleos coloniais oficiais organizados segundo o *sistema de parceria* visavam à fixação dos colonos nas fazendas em substituição ao braço escravo:

Os colonos eram contratados da Europa e encaminhados para as fazendas de café. Tinham sua viagem paga, bem como o transporte até a fazenda. Essas despesas, assim como o necessário à manutenção, entravam como adiantamento até que pudessem sustentar-se pelo próprio trabalho. Atribuía-se a cada família uma porção de cafeeiros na proporção da sua capacidade de cultivar, colher e beneficiar. Era-lhes facultado o plantio de víveres necessários ao próprio sustento entre as filas de café, enquanto as plantas eram novas. Quando isso não era mais possível, podiam plantar em locais indicados pelos fazendeiros. Em caso de alienação de parte dos víveres caberia ao fazendeiro a metade. Vendido o café, obrigava-se este a entregar ao colono metade do lucro líquido, deduzidas todas as despesas com o beneficiamento, transporte, comissão de venda, impostos etc. (COSTA, 1998, p. 124)⁵⁶.

56. "Por esse sistema de parceria, foram introduzidos em São Paulo, principalmente por intermédio da casa Vergueiro, numerosos colonos. A maioria localizou-se no oeste paulista. A maior parte dos estabelecimentos foi criada entre 1852 e 1854. A firma Vergueiro e Cia. prosseguia importando colonos em número cada vez maior, chegando a estender suas atividades a outras províncias. A importação de colonos tornava-se uma empresa de consideráveis proporções. Os agricultores interessados na experiência recorriam à firma que lhes fornecia os trabalhadores" (COSTA, 1998, p. 125).

Em um primeiro momento o sistema de *parceira* parecia ter dado certo no que se refere à incorporação do imigrante, entretanto, dentro de pouco tempo revelou suas fraquezas. A permanência do trabalho escravo desestimulava qualquer tentativa de importar trabalhadores europeus. Aliado a isso, começaram a aparecer os primeiros conflitos entre fazendeiros e imigrantes:

[...] os proprietários que haviam arriscado a empresa declaravam-se, na maioria, desejosos de pôr fim à suas colônias. Queixavam-se de que os colonos eram indisciplinados, desordeiros, preguiçosos, dados ao vício da bebida, violentos e avessos a cumprir certas tarefas quando não se achassem especificadas em contrato. Recusavam-se mesmo a fazer cercados para suas pastagens, a não ser mediante indenização. Pouco produtivos, não eram capazes de ocupar-se de mais de mil e quinhentos a dois mil pés de café, por família (COSTA, 1998, p. 127).

Thomas Davatz, um colono suíço que veio ao Brasil trabalhar nas roças de café da fazenda Ibicaba, em São Paulo, vivenciou o sistema de parceria nos anos 1850. Ele registra em seu livro “Memórias de um colono do Brasil (1850)” as condições dos colonos dessa fazenda, propriedade do Senador Vergueiro. Ao criticar a diferença entre um contrato assinado e sua aplicabilidade na prática coloca-se como vítima da “febre de emigração”:

Em Ibicaba também sucedeu muitas vezes que os colonos, a despeito das proibições existentes, carregavam café das plantações para seu próprio uso. Não vou, porém, ao ponto de classificar isso entre os delitos. E por quê? Porque fora prometido aos colonos que receberiam do melhor café gratuitamente. Por conseguinte o café lhes seria debitado ao preço pelo qual lhes era pago durante o balanço anual. E ao cabo forneciam-lhes um café francamente detestável e mais caro do que custaria aos patrões. Diante disso a maioria dos colonos de Ibicaba chegou a conclusão de que para obterem o que lhes fora prometido, nada mais simples do que aproveitarem o que eles próprios colhiam nos cafezais (DAVATZ, 1980, p. 156).

Alguns contratos garantiam moradia gratuita por tempo determinado, porém, na prática, quando o colono chegava na fazenda o senhor cobrava aluguel desde o início da estadia. Nesse cenário de enganos e fraudes cometidos por contratos não cumpridos muitos colonos foram levados a se rebelar contra o *sistema de parceria* ou fugiam das fazendas. Desse modo, os insucessos experimentados na maioria

das fazendas em que se haviam estabelecido colônias de *parceria* desanimavam a grande maioria dos agricultores⁵⁷. Além disso, os imigrantes se revoltavam contra toda a exploração sofrida, suas queixas em relação ao *sistema de parceria* chegavam à Europa e desanimavam novos sonhos de emigração para o Brasil. Os colonos sentiam-se desamparados e reduzidos à condição de verdadeiros escravos. As insatisfações e descontentamentos chegaram a explodir em pequenas revoltas.

A preparação da população livre e pobre para constituir-se em mão de obra assalariada também representou uma possibilidade amplamente discutida, porém não menos polêmica. A população nacional representava fonte suficiente de trabalho braçal, faltando, somente, convertê-la ao trabalho livre na grande lavoura. Pedro Dias Gordilho Paes Leme, em discurso proferido na primeira sessão do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, faz apologia ao aproveitamento dos braços nacionais: “braços temos: com dez milhões de habitantes não ha razão para pedi-los ao estrangeiro” (CONGRESSO AGRICOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 132). No entanto, adverte que o operário nacional precisa ser educado:

[...] é necessário um pouco de energia para atraí-lo ao trabalho agrícola. A população está pobre de sangue, não se alimenta, não sabe o que é higiene, não sabe o que é civilização; deve ser guiada. Não é, porém, preciso procurar no estrangeiro elementos que temos em casa (CONGRESSO AGRICOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 133).

Em seu entendimento o que faltava para dar nova posição à lavoura é inteligência, por esse motivo questiona onde estão as escolas agrícolas e reconhece que essas associações, apesar da boa vontade, não produziam resultados significativos. Irenêu Francisco de Souza e Silva também defende a educação agrícola e o uso da mão de obra nacional nas lavouras:

57. “Diziam os fazendeiros que os colonos não se adaptavam aos trabalhos árduos que exigia a cultura do café. Passada essa, não mais se ocupavam das atividades necessárias à manutenção dos cafezais. Recusavam aceitar os pouco produtivos. Abandonavam, frequentemente, os que lhes haviam sido entregues, pondo em risco a produção. Na colheita, não tinham o menor cuidado, misturando bagas verdes e maduras. E o pior é que muitos deixavam a fazenda, sem saldar, previamente, suas dívidas” (COSTA, 1998, p.128). Para mais informações sobre como os colonos reagiam a toda exploração e suas queixas em relação aos proprietários de terra ver: COSTA, Emília da. **Da senzala à colônia**. 3ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 128-129 e DAVATS, Thomas. O tratamento dos colonos na província brasileira de S. Paulo. In: _____. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. Tradução, prefácio e notas Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

Entendo que, no seio de nossa sociedade, encontraremos grande parte dos braços que vamos buscar no estrangeiro, e que aqui vivem desocupados na ociosidade. O Governo no país faria grande serviço, si os procurasse e os obrigasse ao trabalho agrícola, distribuindo com eles as suas terras e parte dos capitais gastos com a introdução de colonos imprestáveis (CONGRESSO AGRICOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 41).

Para Souza e Silva a condição essencial a resolver era ofertar instrução agrícola nas escolas primárias, por meio de cursos apropriados em que “os ingênuos⁵⁸, filhos de escravas, serão sem dúvida para o futuro uma forte alavanca para a agricultura, si os abrigarmos á educação agrícola especialmente” (CONGRESSO AGRICOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 41). Cesario N. A. M. Magalhães Junior, tem posição semelhante ao considerar que somente por meio da educação as crianças libertas poderiam ser aproveitadas pelo trabalho:

Criem institutos, que formem professores; fazendas modelos em que eles se exercitem e onde lavradores possam ver os progressos realizados; fundem-se escolas municipais, onde esses professores ensinem teoricamente; fazendas-escolas em que façam os alunos praticar. [...]: tais escolas-fazendas receberiam os ingênuos e os órfãos. Sabe-se que aqueles, com uma educação nimamente abandonada pelo proprietário que já não vê neles um utilitário, trarão, em prazo não muito remoto, perturbação na organização do trabalho; educá-los nesses estabelecimentos seria torná-los incontestavelmente úteis (CONGRESSO AGRICOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 38).

Havia um entendimento de que o Brasil deveria aproveitar os milhares de braços ociosos que viviam nas grandes propriedades. André Pinto Rebouças, engenheiro e abolicionista negro brasileiro, também se demonstrou engajado na luta pela instrução do povo em sua obra “Agricultura Nacional. Estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática” ele diz:

Nós necessitamos de instrução e capital. E como não é possível construir escolas, comprar livros e pagar mestres sem capital, é preciso resolver simultaneamente o problema do capital e o problema da instrução: não se pode ensinar a ler quem tem fome! É preciso capital para instrução, e capital para a indústria. É preciso dar

58. Ingênuo, eram os filhos de mulher escrava libertados ao nascer a partir da data da Lei de 28 de setembro de 1871, conhecida também como a Lei do Ventre Livre que foi proposta durante o Ministério dirigido por José Maria da Silva Paranhos, também conhecido como Visconde de Rio Branco.

simultaneamente ao povo – instrução e trabalho. Dar instrução aos brasileiros para que eles conheçam perfeitamente toda a extensão de seus direitos e de seus deveres; dar-lhes trabalho para que eles possam ser realmente livres e independentes! (REBOUÇAS, 1988, p. 284).

Para Rebouças era primordial dar aos negros educação, pois só assim poderiam ajudar na construção de uma nação próspera e civilizada. Era urgente e indispensável educá-los para a agricultura, para o comércio, para o trabalho. Evidentemente, sonhava com uma sociedade capitalista, liberal e com padrões de civilidade. Desse modo, a educação se configurava num dos principais caminhos de ascensão social, considerada por ele “o alfa de toda reforma” (REBOUÇAS, 1988, p. 357).

Por meio da educação, um fenômeno essencialmente humano, as gerações transmitem conhecimentos: costumes, crenças e valores. Educar e instruir são termos dicotômicos, mas complementares. Segundo Gramsci (2001) o primeiro se refere a uma educação cultural que compreende os mais variados saberes práticos; enquanto o outro se refere à instrução para o trabalho. A educação, nesse sentido, é um processo de formação contínuo do homem na sociedade capitalista, onde o convívio social permite compreender a vida realizada naqueles moldes. A instrução, por sua vez, acontece na escola de forma sistematizada, entretanto, para o referido autor não é completamente correto determinar que a instrução não seja também educação:

Para que a instrução não fosse igualmente educação, seria preciso que o discente fosse uma mera passividade, um ‘recipiente mecânico’ de noções abstratas, o que é absurdo, além de ser ‘absolutamente’ negado pelos defensores da pura educatividade precisamente contra a instrução mecanicista [...] pode-se dizer que, na escola, o nexos instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o professor é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e cultura representado pelos alunos (GRAMSCI, 2001, p. 43-44).

A escola além de estabelecer o nexos entre instrução-educação deve contribuir para a unidade entre teoria e prática com o fim de alcançar a hegemonia da classe proletária de maneira sólida e definitiva. Contudo, numa sociedade capitalista, a educação é utilizada como reprodutora das relações de produção, nas quais o

proletariado está sujeito ao proprietário, detentor dos meios de produção e também do tipo de educação transmitida aos trabalhadores. A educação foi tida como o meio promissor para consolidar a sociedade burguesa no século XIX, bem como suas formas de subordinação. Desprovidos de criticidade, isto é, de consciência de classe, esses trabalhadores aceitam passivos as imposições do capital.

Intelectuais e abolicionistas, acompanhando as transformações das relações econômicas, consideravam que a verdadeira emancipação dos negros do Brasil estava no fato de que esses, ao receberem educação, constituir-se-iam em elemento de trabalho na grande propriedade. Entretanto, parte dos congressistas não considerava viável a substituição do escravo pelo trabalhador nacional. Joaquim Alvares dos Santos Silva foi um dos que se mostrou contrário a essa substituição durante as discussões no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro. Para ele o trabalhador nacional não era útil para o serviço nas fazendas:

O nosso povo é de um natural indolente e não se presta geralmente ao serviço da agricultura. Os operários nacionais entendem que com esse serviço se degradam e não querem prestar, preferindo comer lá no seu canto um pedaço de rapadura e beber uma xícara de café, a adquirir por meio do trabalho agrícola nas fazendas os meios de alimentarem-se melhor em suas choupanas (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 155).

Conforme Santos Silva, a escravidão havia degradado o trabalho ao ponto de ser impossível aproveitar o trabalho do homem nacional; cheios de vícios e maus costumes do cativo, o escravo era o menos indicado para o trabalho livre na lavoura do café. Para ele e parte dos congressistas, os trabalhadores livres viviam sem:

[...] raízes no solo nem espírito de família e levam uma vida quase nômade, contraindo hábitos de ociosidade, dissipação, imoralidade e anarquia, que os levam facilmente ao crime, donde não raro saem impunes, graças à intercessão do novo senhorio [...]. As coisas tem chegado a tal ponto, que para muitos homens pobres a única linha divisória entre o livre e o escravo é que este é obrigado a trabalhar e aquele não (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1978, p.91).

Couty, também adepto da ideia de que a escravidão havia degradado o trabalho, analisa a ociosidade da população livre e pobre. Existiam exímios

trabalhadores nacionais, mas ao receber a liberdade em geral viviam uma vida desregrada e ociosa, representando uma ameaça a ordem social e econômica:

Poderia citar fatos cotidianos, que todos já presenciavam: este escravo é bom cozinheiro, esse outro é carregador, carpinteiro ou pedreiro, e todos eles trabalham bem. Eles são libertos e, pouco tempo depois, tendo-se tornado beberrões ou preguiçosos só trabalham obrigados por necessidade muito limitada (COUTY, 1988, p. 66).

Depois de liberto o negro não se interessava pelo trabalho agrícola. Toda a exploração e maus tratos sofrido nas fazendas o faziam lembrar-se da sua condição miserável de escravo. Os recém-libertos preferiam não trabalhar para os seus antigos donos, buscavam se apartar de qualquer característica ou situação que lembrava a escravidão:

A verdadeira dificuldade não está, portanto, na emancipação dos negros. Se, ao invés de seis milhões de habitantes apáticos e sem exigências, o Brasil já dispusesse de seis milhões de trabalhadores ativos e úteis, este País, desenvolvido de preconceito racial, não teria dificuldade em suprimir seus escravos: a produção nacional continuaria a ser suficiente e sua evolução não seria perturbada. Mas a dificuldade está em formar esses trabalhadores livres e em constituir, como na Europa, camadas profundas e bem coesas de produtores (COUTY, 1988, p. 88).

Era preciso disciplinar e educar a mão de obra para as novas relações de trabalho. O lento desaparecimento da escravidão permitiria a transformação e a educação progressiva do escravo (COUTY, 1988, p. 57). Os recém-libertos precisavam ser convencidos de que o trabalho era o caminho mais indicado para garantir a sobrevivência e, assim os interesses econômicos da elite brasileira. Diante disso, a educação passa a ser responsável pelo combate à ignorância e, sobretudo, pelo disciplinamento de mão de obra para o trabalho livre:

A preocupação com a criação de escolas para treinamento de mão de obra surge vinculada aos debates sobre a transição para o trabalho livre, uma vez que ao se libertar o escravo, seu encaminhamento ao trabalho não mais poderia ser feito pelo chicote, mas, agora, pela persuasão. Logo, a disciplina e o amor ao trabalho passam a embasar os discursos, na época, ocupavam-se da questão e, conseqüentemente, da educação (SCHELBAUER, 1997, p. 44).

A crença de que a educação transformaria os ingênuos, a infância abandonada e os indolentes em trabalhadores úteis repercutiram nos debates dos Congressos Agrícolas sobre a instrução popular. Havia posições contrárias à inserção dos ingênuos e do homem livre devido a sua considerada natural indolência, no entanto, em consenso, prevaleceu a crença de que a esses indivíduos era imprescindível oferecer instrução para se constituírem em elemento de trabalho na grande propriedade:

[...] é de esperar que os ingênuos, filhos de escravas, constituam elemento de trabalho permanente: mas isto não dispensa o Governo de tratar da educação deles em escolas agrícolas, do mesmo modo que da educação dos meninos livres e em comum com estes (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1978, p. 413).

Viu-se a instrução como uma necessidade da grande lavoura. Observa-se, em ambos os Congressos, a vinculação entre educação e trabalho. Em inúmeros projetos e propostas educativas a relação entre esses dois termos era explícito e visava formar indivíduos qualificados para o trabalho livre, ao mesmo tempo, comprometidos com os direitos e deveres sociais:

O teor desses inúmeros projetos e propostas consistiam na criação de escolas, colônias agrícolas e/ou orfanológicas para o treinamento da mão-de-obra e disciplinamento para o trabalho, sob jurisdição do Governo ou de particulares, discussões esta que manifestava-se, fora dos Congressos (SCHELBAUER, 1997, p. 46).

As reivindicações dos agricultores procuravam amenizar o problema da mão de obra, ao mesmo tempo em que viam a educação como uma forma de disciplinamento e controle, sobretudo para os ingênuos, considerados como a geração de trabalhadores livres, movidos por um ideal republicano e progressista capaz de efetivar as transformações provenientes daquele estágio do capitalismo:

[...] os filhos de mulher escrava continuarão poderoso elemento de trabalho livre, contribuindo muito para o aumento e melhoramento da indústria agrícola; mas precisa-se educá-los [...]. É dessa geração e da que tem nascido livre, mas todos convenientemente educados, que sairá o trabalho livre (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1978, p. 419).

Era preciso colocar em prática algumas medidas disciplinadoras para os libertos do cativeiro, pois havia o receio de que não estivessem aptos à liberdade, tornando-se elementos de desordem e conflitos. Nesse sentido, a disciplina era o elemento essencial para a manutenção da ordem e garantia do progresso e civilidade na medida em que os interesses da classe dominante não fossem atingidos por atos de rebeldia social:

É nesse sentido que a instrução é pensada como ferramenta para a garantia do progresso e civilização, especialmente por viabilizar a disciplina e proporcionar o 'aprendizado da liberdade' para os escravos, libertos e ingênuos, vistos como indivíduos corrompidos pelos vícios do cativeiro (SILVA, 2013, p. 8).

Os projetos políticos para a instrução dos escravos libertos e ingênuos foram encabeçados por abolicionistas que, motivados pelas transformações materiais, explicitavam a necessidade da instrução como mecanismo de mudança e manutenção da ordem. Joaquim Nabuco, na obra "O Abolicionismo" (1883) analisa o sistema escravista brasileiro e, diante dos possíveis prejuízos a ordem social e econômica, defende uma abolição gradual. No processo de abolição o político pernambucano considerava a educação um caminho promissor na extinção dos maus costumes e do pouco crescimento material imposto pelo trabalho escravo:

Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativeiro, isto é, de despotismo, superstição e ignorância [...] Ihe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou (NABUCO, 2000, p. 38).

A educação tinha o objetivo de disciplinar os recém-libertos e ingênuos degradados pelo cativeiro e prepará-los para a liberdade, tarefa assumida aos poucos pelo Estado, ainda que de forma acanhada. Joaquim Nabuco clamava por medidas que compensassem os mais de três séculos de injustiças sofridos pelos escravizados:

O abolicionismo, [...]; não se reduz a sua missão a promover e conseguir – no mais breve possível – o resgate dos escravizados e ingênuos. Essa obra – de reparação, vergonha ou arrependimento, como a queira chamar – da emancipação dos atuais escravos e seus filhos é apenas a tarefa imediata do abolicionismo. Além dessa, há outra maior, a do futuro: a de apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores e que fez o Brasil o Paraguai da escravidão (NABUCO, 2000, p. 3).

A oferta da educação, de certa forma, seria um dos mecanismos de compensação dos males ocasionados pela escravidão, permitindo a liberdade e a formação dos direitos e deveres, sem, no entanto, consentir ao ex-escravo um posicionamento crítico em relação a sua condição de subserviência. Para tanto Joaquim Nabuco, assim como André Rebouças, defendia que a abolição deveria se dar no parlamento por meio de leis. Só assim o Brasil seria um país livre das injustiças que a escravidão apresentava: “É assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade” (NABUCO, 2000, p. 18).

Tavares Bastos, deputado e também defensor da educação como solução para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, na obra “A Província” (1870), enaltece o duplo papel da educação: emancipar e instruir, por isso, os recém-libertos deveriam ser “batizados” pela instrução para só assim vivenciar a liberdade, isto é, seu enquadramento as formas de trabalho livre e aos costumes e regras de uma sociedade moderna e civilizada:

[...] emancipar e instruir é a forma dupla do mesmo pensamento político. O que haveis de oferecer a esses entes degradados que vão urgir da senzala para a liberdade? O batismo na instrução. O que reservareis para sustentar as forças produtoras esmorecidas pela emancipação? O ensino, esse agente invisível, que, centuplicando a energia do braço humano, é sem dúvida a mais poderosa das máquinas do trabalho (BASTOS, 1937, p. 240).

A escravidão, segundo Bastos, era uma instituição que corrompia e degradava a sociedade. Só uma educação nova poderia evitar a deterioração da mente dos escravizados ocasionada pelos tempos de cativo, abrindo possibilidades de maior desenvolvimento social, político e econômico para o país.

Nesse aspecto, a instrução é tida como instrumento fundamental para a regeneração daqueles que a Lei de 1871⁵⁹ regenerou pela liberdade.

Após a Lei do Ventre Livre, um projeto que oferecia vantagens aos proprietários ao permitir que a escravidão desaparecesse ao longo prazo, sem transtornos para a economia, “dando aos proprietários bastante tempo para se acomodar sem dificuldades à nova situação e respeitava o direito de propriedade” (COSTA, 1982, p. 47), em 28 de setembro de 1885, foi promulgada a Lei do Sexagenário, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe. Esse foi outro momento importante na compreensão dos momentos finais da escravidão:

A lei, aprovada no gabinete Cotegipe depois da queda dos gabinetes Dantas e Saraiva, previa que os escravos maiores de 60 anos seriam libertos, ficando com a obrigação de prestar serviços aos seus ex-senhores por três anos, sendo que podiam ser dispensados dos serviços caso atingissem 65 anos ou pagassem uma multa estipulada. [...]. A lei previa, ainda, que todos os escravos seriam libertos no prazo de 13 anos (COSENTINO, 2010, p. 27).

A lei se mostrou um mecanismo pouco eficaz na luta pela abolição. Os maiores beneficiados foram os proprietários, que a viram como uma forma de se livrarem dos escravos improdutivos. Além disso, em razão da vida sofrida, poucos chegavam à idade de 60 anos. Somente em 13 de maio de 1888 a abolição definitiva da escravidão foi efetivada pela Lei Áurea⁶⁰ - “essa lei constituiu-se em um acontecimento revolucionário, pois determinou a libertação dos escravos sem que os seus senhores tivessem direito a indenização, ferindo, assim, o direito de propriedade” (ANDRADE, 1987, p. 8).

59. A Lei do Ventre determina que “os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”; entretanto o inciso primeiro explicitava que os ditos filhos menores ficarão em poder dos senhores de suas mães, os quais devem criá-los até a idade de oito anos completos, “chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos” (Lei nº 2.040, de 28 de setembro, de 1871). Desse modo, a lei não promulgava a extinção definitiva e nem imediata da escravidão. Segundo Fonseca (2002, p. 47) a criação dos ingênuos pelos senhores até 8 anos de idade não era diferente da criação assegurada pelos escravos, passavam toda a infância convivendo com os hábitos e estilo de vida dos escravizados, conseqüentemente, a desqualificação para a inserção no mundo da cidadania era notório.

60. A princesa Isabel chamou o conselheiro João Alfredo, conservador e partidário da abolição com indenização, para resolver definitivamente o problema da escravidão. Ele “organizou um ministério formado por pessoas não-comprometidas com a campanha abolicionista, obtendo o apoio do conselheiro Antônio Prado, líder paulista ligado aos produtores de café e grande proprietário de terras” (ANDRADE, 1987, p. 35).

O ministério, composto a 10 de março de 1888, estudou várias fórmulas de implantação da Abolição, deixando de lado a da indenização em dinheiro, pois o erário público não dispunha de capital para isso. Firmaram-se, então, duas alternativas: Abolição, com o estabelecimento de que os ex-escravos ficassem presos às fazendas, trabalhando para seus senhores por um prazo determinado, e a Abolição pura e simples. A agitação em que se encontrava a Nação, a revolta dos negros, a dificuldade de manter a disciplina no trabalho rural, a agitação nas cidades e a pressão da imprensa fizeram com que o experimentado estadista visse que a única solução possível era a Abolição pura e simples. Daí a apresentação à Câmara, no dia 8 de maio de 1888, de um projeto de lei que declarava extinta a escravidão no Brasil, devendo entrar em vigor imediatamente. Apesar da oposição de alguns deputados, sobretudo os do Rio de Janeiro, o projeto foi logo aprovado, na Câmara, por 85 votos contra 9, e em seguida, pelo Senado, mesmo com a oposição de Paulino de Souza e de Cotegipe. A 13 de maio de 1888 a princesa Isabel promulgava a Lei Áurea, que extinguiu uma instituição de quase quatro séculos (ANDRADE, 1987, p. 35).

A lei, apesar de determinar uma conquista importante para os negros do Brasil - a abolição do trabalho escravo, não definiu em nenhum de seus dispositivos como viveriam os libertos a partir daquela data. Sem proteção e ajuda financeira eles viveriam marginalizados e discriminados na sociedade. De modo geral, eram três correntes de opinião nos debates suscitados no Parlamento e na imprensa:

[...] a dos escravagistas, que defendiam a manutenção do sistema então vigente até que ele se extinguisse naturalmente, em vista das leis já promulgadas; a dos emancipacionistas, que defendiam a promulgação de leis que libertassem os escravos e abreviassem o fim da escravidão, mas que, reconhecendo o direito de propriedade do senhor sobre os mesmo, exigiam que eles fossem indenizados; finalmente, a dos abolicionistas, acusados de comunistas e de incendiários – a expressão mais usada, na época, era petroleiros –, que exigiam a Abolição sem indenização (ANDRADE, 1987, p. 31).

É fato que as leis que beneficiavam os escravos foram muitas vezes burladas. As autoridades não tinham condições ou interesse de impor sua aplicabilidade por estarem comprometidas com os proprietários de terra. Os subornos, prática comum às partes, davam o tom das relações de domínio e subordinação:

Assim, muitos escravos nascidos após 28 de setembro de 1871 foram registrados como nascidos antes da data que os beneficiava. [...], e numerosos escravos com mais de 65 anos de idade continuaram no cativeiro, após a aprovação da Lei dos Sexagenários (ANDRADE, 1987, p. 33).

Essas legislações e os debates sobre a abolição da escravatura representam um marco histórico relevante para se compreender a lenta e gradual introdução do trabalho assalariado, mas, sobretudo, refletem a necessidade de uma educação capaz de promover a formação da sociedade burguesa, sem, no entanto, causar perturbações à ordem econômica. Nessa altura, a abolição ganhava força por motivos econômicos, deixando de ser uma questão partidária para se tornar uma questão nacional (VIANNA, 1959, p. 68).

Educar tornou-se uma necessidade fundamental a partir das transformações econômicas requeridas pelo capitalismo e que definiram as políticas educacionais, bem como o contexto de reformas nos anos oitocentistas. Na obra “A instrução agrícola e o trabalho livre” (1880), Domingos Maria Gonçalves considera que os recém-libertos poderiam ser “verdadeiros obreiros do progresso agrícola brasileiro” se recebessem instrução:

[...] eu também desejo a liberdade de todos os filhos desta terra; mas o libertar não basta; antes de tudo é necessário, que os recém-libertos encontrem a instrução, que lhes dará então a verdadeira liberdade. Sem moral, e sem uns rendimentos de conhecimentos, pelo menos, das coisas mais necessárias á vida, não há liberdade possível (GONÇALVES, 1880, p. 1).

Para Gonçalves, a necessidade de criar estabelecimentos agrícolas era urgente para a promoção do trabalho livre: “Libertem-se os negros, mas dê-se escolas agrícolas a este povo” (GONÇALVES, 1880, p. 3). Os libertos pela Lei do Ventre Livre trouxeram um problema aos homens daquela época. A massa de mão de obra disponível se isentava de qualquer instrução que pudesse tornar os ingênuos em habéis trabalhadores livres. Para atingir esse fim, Augusto de Milet, no Congresso Agrícola do Recife, corrobora a importância do papel do Estado na instrução dos ingênuos e defende a criação de colônias agrícolas:

Fundar colônias agrícolas, como Isabel, para recolher e educar os libertos- denominados ingênuos contra todas as regras da etimologia, é medida não somente útil, mas de urgência, pois 1879 nos bate a porta e de 28 de Setembro de 1879 em diante hão de afluir os tais ingênuos, sem o Governo estar pronto para acomoda-los: sem contar, que este é o único meio de utilizar para a produção agrícola parte daquela geração, pois, como mui acertadamente disse o Sr. Barão de Muribeca, é preciso não conhecer a natureza humana para crer, que criados até 21 anos pelos senhores de suas mães ficarão no lugar onde elas forem cativas e ocupando-se na lavoura da cana, que lhes recordaria a meios escravidão em que permaneceram até então (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1978, p. 150).

As colônias agrícolas tinham a função de abrigar os ingênuos educando-os para as novas relações de trabalho na grande lavoura. Milet lembra que após sete anos da promulgação da Lei do Ventre Livre (em 1879), os senhores poderiam entregar os ingênuos ao Estado que tomaria às medidas necessárias a educação destes (SCHELBAUER, 1997, p. 49). Entretanto, o artigo 2º da lei já prontamente estabelece que o Governo poderia entregar a associações por ele autorizadas os filhos das escravas nascidos desde a data da lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores das mães, ou tirados do poder destes em virtude do artigo 1º e inciso 6º, o qual estipula que cessado a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado (até 21 anos), por sentença do juízo criminal caso se reconheça que os senhores das mães os maltratam, impondo-lhes a castigos excessivos; nestas associações até a idade de 21 anos completos os negros prestariam serviços gratuitos, mas seriam obrigadas a criar e educar os menores (Lei nº 2.040, de 28 de setembro, de 1871).

Desse modo, apesar da lei não promulgar a extinção imediata da escravidão já representava um avanço em relação à emancipação dos escravizados, por se tratar de um dos primeiros documentos oficiais voltado para a educação dos escravos e libertos, considerando-a como elemento fundamental para o processo de abolição do sistema escravista (FONSECA, 2002, p. 34). Para o referido autor a lei continha “uma dimensão pedagógica no sentido de submeter os negros a certas práticas educacionais vistas como indispensáveis à liberdade” (FONSECA, 2002, p. 37). Apesar disso, na visão de André Rebouças era uma lei “falha e manca, triste e arrastadamente executada, e mais nada!”, pois ainda havia quatro mil homens escravos devido a “relaxação administrativa” que, segundo ele, após três anos de

sua promulgação não deram “a mínima providência sobre a educação dos ingênuos e dos emancipados!” (REBOUÇAS, 1988, p. 190).

A preocupação com uma possível desorganização econômica que a escassez de braços poderia ocasionar também fez João Fernandes Lopes, com o mesmo intuito, propor ao Congresso Agrícola do Recife a criação de colônias orfanológicas – “para os ingênuos, devem criar-se colônias orfanológicas, [...] onde a par da instrução obrigatória eles recebam noções de agricultura; pois que só assim poderão vir a ser bons agricultores” (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1978, p. 136). Vicente Cysneiros também compartilha dessa ideia ao defender a:

[...] criação de colônias orfanológicas, uma pelos menos em cada município, quer para acultura de cana, quer para a cultura do cafeeiro, mantidas as ditas colônias pelo governo durante seis anos, para a cultura da cana e durante doze para a do café; findos s quais, o governo nenhuma despesa fará com ditos estabelecimento, que ficarão a cargo dos proprietários, tendo somente o governo a fiscalização, criando-se assim focos de trabalhadores, em vez de lançar-se ao meio da rua mais desfavorecidos da fortuna, que iriam aumentar o número de assassinos e ladrões (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1978, p. 230).

Para a maioria dos congressistas os ingênuos era uma classe que começava a se formar e que deveria ser aproveitada pela escola. Se soubessem educar poderiam fazer dela elemento de trabalho e de progresso do país. Diegues Junior, em discurso no Congresso Agrícola do Recife adverte que a população nacional livre e pobre via o trabalho como degradante e que a única forma de reverter esse problema seria ofertar educação para formar uma noção de trabalho vinculada à grandeza e ao progresso para convergi-los em trabalhadores úteis à grande propriedade (SCHELBAUER, 1997, p. 50). A educação, nesse sentido, deveria formar a ideia de que o trabalho dignifica o homem, tornando-o útil, mas, acima de tudo, garantindo à dominação de uma classe sobre a outra e, conseqüentemente, os interesses do capital:

Mas se, pela educação, virem no trabalho, não um aviltamento, mas um título de nobreza, não cuidarão das cogitações que ocupam os ociosos, e teremos, nessa concorrência do trabalho livre e inteligente, uma fonte perene de recursos e uma sólida garantia de progresso (CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1978, p. 263).

Os lavradores da região de Baependy, no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, também enalteciam a educação pública como uma necessidade da grande lavoura. Para eles, a educação era o meio mais adequado e eficaz no combate a ignorância, sem o qual o Brasil não chegaria ao desenvolvimento pleno da sociedade burguesa:

Uma sólida educação moral, religiosa, cívica, intelectual e profissional, por meio da qual não só a lavoura, com seus recursos atuais de braços e capitães, conseguirá a dupla vantagem de aumentar melhorando seus produtos, como ainda adquirirá milhões de operários ociosos no país, uns, os camponeses, em quase barbaria, outros, o índios, em completa barbárie, e que neste triste estado pouco ou nada trabalham, porque habituaram-se ao pouco e mesmo á miséria, e porque, imersos na ignorância, não consideram o trabalho sob seu verdadeiro aspecto- como uma lei da natureza humana e uma necessidade social (CONGRESSO AGRICOLA DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 54).

Se bem dirigido, pela educação, o homem nacional poderia vir a ser elemento de trabalho. Em consenso, os grandes proprietários de terra acreditavam que a educação mudaria a concepção de trabalho. Percebe-se que nas falas dos proprietários o treinamento da mão de obra e a disciplina para o trabalho só seriam possíveis por meio da educação. Era preciso libertar o cativo da ignorância, os ingênuos e os braços nacionais da ociosidade: “a escola também era vista como instituição que criaria a disciplina e o amor ao trabalho, duplicando as forças do ex-escravo, educando-o para a liberdade, ou seja, transformando-o em trabalhador assalariado” (SCHELBAUER, 1997, p. 54). Por meio da escola os ingênuos e homens livres seriam transformados em trabalhadores a serviço do capital, no entanto, verifica-se que foram criadas poucas escolas, porém, era um tema constante nos discursos governamentais como um mecanismo de correção de problemas sociais e econômicos.

Apesar dos projetos e propostas educativas, de modo geral, os poderes públicos deixaram os negros entregues à própria sorte. A sociedade os recebeu “como elemento desprezível, anti-social, em condições equivalentes à do animal semi-domesticado. Passou-se a tratar o liberto e a encarar seu trabalho de modo pejorativo” (LUNA, 1968, p. 187). Segundo Sodré (1968, p. 253) a massa escrava em 1888 tendeu a dois destinos: ser incluída no

processo de trabalho em regime de servidão ou semi-servidão e tornar-se sobra humana marginalizada pelas condições locais. Dessa forma a escravidão deu origem a homens livres expropriados que não foram integrados à produção mercantil e formaram uma ralé de homens “a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade [...] sem razão de ser” (FRANCO, 1969, p. 12). Verifica-se que a marginalização dos homens livres e pobres permaneceu com uma nova roupagem e encontrava respaldo nas determinações gerais do capital, as quais estabeleciam as formas de domínio presentes após a abolição.

É vigente a “naturalização” da ideia de que o trabalho do negro é inferior, além disso, se comparado o trabalho dos negros com o trabalho dos imigrantes brancos estrangeiros é consenso se considerar que os imigrantes estrangeiros deram expressiva contribuição à construção do país enquanto os negros, nesses apontamentos, são situados como coadjuvantes. No entanto a historiografia tem mostrado que os negros deram substancial contribuição para edificar e compor a sociedade pelo fato de serem por quase três séculos o sustentáculo da economia brasileira. Os quadros de permanência da exploração agrícola permaneceram, foram recriados e tendem a resistir para atender ao fim a que se propõe: o lucro, proveniente da produção e do trabalho excedente.

O fato é que, com a proclamação da independência, em 1822, o país deveria fazer o possível para se libertar da dominação das grandes potências e progredir como uma nação autônoma e livre rumo ao padrão de civilidade desejado pela elite brasileira. O Brasil não podia mais continuar sendo uma “nação capenga e coalha, [...], condenada ao complexo de inferioridade de um povo colonizado, que não reconhece a sua condição de classe, raça, sexo e cultura”, tornando-se assim, facilmente dominada pelos exploradores nacionais e multinacionais de casta “neocolonial racista, européia, opressora e branca” (NASCIMENTO, 1985, p. 38). Além de o abolicionismo ser uma “causa generosa e cristã e falava aos sentimentos filantrópicos que a sociedade cultivava”, admitia o progresso e a civilização, sendo “uma causa nobre; a defesa da escravidão odiosa” (COSTA, 1982, p. 63).

A campanha abolicionista, assegurada por intelectuais e políticos, criou uma ideologia que justificava a revolta dos escravos que encontraram “juízes

decididos a julgá-los com imparcialidade, advogados dispostos a defendê-los, uma população inclinada a encará-los com simpatia e conferir-lhes proteção e apoio” (COSTA, 1982, p. 85-86). Porém é preciso não esquecer que essa campanha só foi possível porque as condições de trabalho se modificaram no decorrer do século XIX, de modo a tornar o trabalho escravo cada vez mais dispensável ao desenvolvimento material do Brasil.

4 O CARÁTER EDUCATIVO DA CAMPANHA ABOLICIONISTA DE ÂNGELO AGOSTINI NA *REVISTA ILLUSTRADA* (1876-1888)

As caricaturas de Agostini, publicadas na *Revista Illustrada*, no entendimento deste estudo expressaram caráter educativo na medida em que os ideais políticos e sociais que previam uma sociedade progressista e liberta do trabalho escravo atuavam em nome da formação da opinião pública, visando criar a consciência necessária a esse estágio. É objeto desta seção a análise dessas caricaturas, realizada no sentido de investigar os códigos educativos que continham e se contribuíram efetivamente com o debate abolicionista nas décadas de maior afluência da *Revista*.

Os desenhos caricaturais de Agostini eram o ponto alto da *Revista*. Eles ultrapassavam as dificuldades existentes na utilização da linguagem escrita levando-se em consideração de que, no século XIX, a maior parte da população brasileira era analfabeta, o que tornava a arte visual uma estratégia precisa quando se pretendia a inoculação das mensagens contidas nas caricaturas. As caricaturas chamavam a atenção para fatos e traços específicos de seus personagens, esboçavam uma nova visão de sociedade e de seus costumes, enfim, marcavam a natureza dos personagens históricos retratados e dos fatos e acontecimentos a eles relacionados.

As críticas do caricaturista sobre a forma de ser da sociedade brasileira e de seus atores principais acompanhavam a conjuntura sociopolítica. No período estudado (1876-1888) a *Revista* se mostrou mais atuante na causa abolicionista, assumindo o dever de honrar o seu programa: “falar a verdade, combater os abusos e distribuir justiça”. Desde o início apresentou-se como um veículo de resistência às pressões escravocratas e agiu de forma didática e contextualizada.

4.1 A CARICATURA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

O uso das imagens como fonte na História da Educação é recente. Os historiadores tradicionalmente dedicavam-se nas suas pesquisas ao estudo de documentos oficiais, leis, decretos, debates parlamentares, relatórios, regulamentos e estatísticas, etc., por considerá-los concretos e suficientes para a pesquisa na área. Entretanto, com as inovações historiográficas nascidas em meio a diversas correntes teórico-metodológicas, passou-se a utilizar outras espécies de fontes. Percebeu-se que, as imagens, assim como os documentos escritos constroem uma “imagem reflexa” do desenvolvimento histórico (LOMBARDI, 1993, p. 28-29).

No decorrer da apreensão desse novo fazer na pesquisa historiográfica se tornou patente que apenas classificar e descrever as fontes sem a contraposição com a realidade que as produziram, desconsiderando as relações de classe das quais emergiram, significava retirar desses empreendimentos humanos que chegaram até os dias atuais na forma de vestígios e traços qualquer afinidade com a própria história produzida.

Dentre os novos objetos eleitos pela pesquisa historiográfica a iconografia, “o estudo e descrição de representações figuradas” (HOUASSIS, 2010, p. 416), afirma-os por registros “com os quais os historiadores e os professores de História devem estabelecer diálogo contínuo” (PAIVA, 2006, p. 17), evitando assim uma análise puramente descritiva.

A iconografia é, certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutida as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada. Nesse aspecto, ela é uma fonte como qualquer outra e, assim como as demais, tem que ser explorada com muito cuidado (PAIVA, 2006, p. 17).

De acordo com determinada abordagem teórico-metodológica, vinculada a um desvendamento mais preciso da realidade, as diferentes interpretações acerca do objeto, o contexto em que foram produzidas bem como as intenções de seu produtor devem ser levados em conta. Dessa forma, o estudo de materiais iconográficos exige reflexão acerca da sua historicidade, pois ali

estão presentes ideias, objetivos e a forma de ser da sociedade, questões que nem sempre estão explícitas nas imagens. “Portanto, é preciso que se busquem pistas” (LITZ, 2009, p. 10) do contexto social, político e econômico para decifrá-las e interpretá-las.

Desse modo, a análise das imagens como ferramenta para compreender a realidade além de envolver o contexto em que foram produzidas também compreende o conhecimento do historiador acerca das questões relacionadas a elas:

Como a leitura de imagens implica compreensão, entendimento e significação, é preciso ir além do que se vê, romper com a superficialidade do visível e imediato, aprofundar o diálogo sugerido e implícito na obra. A apreciação e a análise de imagens, por meio do conhecimento e da sensibilidade, tornam possível identificar as posições éticas, estéticas e políticas que o indivíduo, como autor da obra, assume diante das lutas históricas do presente em que vive, como aprovação ou negação, que são as formas de se relacionar com o mundo (RUBIM e OLIVEIRA, 2010, p. 1).

Entre os estudos sobre imagens considera-se um problema dar a elas a condição de verdade “porque estariam retratando fielmente uma época, um evento, um determinado costume ou uma certa paisagem” (PAIVA, 2006, p. 17), por isso alguns historiadores e professores de história não as questionam. Saviani (2004, p. 5-6) destaca que “as fontes constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica”, mas não atuam como fonte da história por si só, isto é, a história não nasce e escoa delas. Enquanto registros históricos, as fontes servem de apoio para o conhecimento produzido a respeito da história.

Outro problema consiste em atribuir a uma época ou a um personagem ideias, sentimentos e desejos de outra época histórica. Ao analisar uma imagem tais confusões podem ser cometidas, nesse contexto, não trazer à tona valores do passado, validados como valores do presente e valores do presente validados como valores do passado, torna-se essencial para que o teor original da imagem, ou seja, a mensagem que pretende transmitir não seja alterada:

É preciso saber filtrar todas essas imagens, todos esses registros iconográficos. Para tanto nunca é demais voltar aos velhos ensinamentos em torno da crítica interna e externa das fontes, que todo historiador deve empreender, talvez sem a rigidez modelar, esquemática e classificadora que se pretendeu e se praticou no passado. Mas é certamente fundamental que nunca nos esqueçamos de fazer aos registros históricos, iconográficos ou não, as perguntas que caracterizam o início de todos os nossos trabalhos e de nossas reflexões. Quando? Onde? Quem? Para quem? Para quê? Por quê? Como? (PAIVA, 2006, p. 17).

Aliado a essas perguntas deve-se considerar as apropriações sofridas ao longo do tempo por essas imagens e os silêncios e ausências que compõem o conjunto em análise. A imagem, embora não seja a realidade histórica em si traz “porções dela, traços, aspectos, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas” (PAIVA, 2006, p. 19) que devem ser trabalhadas, decodificadas pelo historiador. É nesse momento que recebem o estatuto de fonte:

[...] documentos, vestígios, indícios que foram acumulando-se ou foram sendo guardados, aos quais recorreremos quando buscamos compreender determinado fenômeno. A rigor poderíamos, pois, dizer que a multidão de papéis que se acumulam nas bibliotecas e nos arquivos públicos ou privados, as miríades de peças guardadas nos museus e todos os múltiplos objetos categorizados como novas fontes pela corrente ‘nova história’ não são, em si mesmos, fontes. Com efeito, os mencionados objetos só adquirem o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa, delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas. Em consequência, aqueles objetos em que real ou potencialmente estariam inscritas as respostas buscadas erigir-se-ão em fontes a partir das quais o conhecimento histórico referido poderá ser produzido (SAVIANI, 2004, p. 6-7).

O historiador analisará atenciosamente os objetos de estudo (LOPES e GALVÃO, 2001) e não deve tratar as fontes como atos prosaicos, pois foram produzidas com propósitos e intenções, por isso precisa-se contextualizá-las corretamente, estabelecendo relações entre elas e os fatores sociais, políticos e econômicos que as produziram:

A História e os diversos registros históricos são sempre resultados de escolhas, seleções e olhares de seus produtores e dos demais agentes que influenciaram essa produção. Esses registros também são vistos e compreendidos de maneiras diferentes pelos historiadores, pelos professores de História, por alunos e por observadores em geral, muitos anos depois. Isso significa que as fontes nunca são completas, nem as versões históricas são definitivas. São, ao contrário, sempre lidas diversamente em cada época, por cada observador, de acordo com os valores, as preocupações, os conflitos, os medos, os projetos e os gostos (PAIVA, 2006, p. 20).

O historiador, ao visar um tratamento aprofundado das fontes e captando as relações que estão nelas presentes, exige “[...] dominar métodos de interpretação, entendendo que as fontes devem ser criticadas e historicizadas” (XAVIER; CUNHA, 2010, p. 642). Para Janotti a pesquisa historiográfica requer do historiador a compreensão de que o “objeto” deve ser concebido “como um elemento de um processo” de tal forma que:

A validade dos estudos de historiografia supõe um julgamento da obra de história, não como simples trabalho de inspiração individual, mais ou menos bem sucedida, segundo a formação cultural do autor, mas compreendida como o resultado material e intelectual de uma determinada sociedade com problemas econômico-sociais, políticos e ideológicos bem definidos (JANOTTI, 1977, p. 10).

Na busca dos problemas mais constantes no trabalho com imagens verifica-se que a imagem não se esgota em si mesmo: “Isto é, há sempre muito mais a ser apreendido, além daquilo que é, nela, dado a ler ou ver” (PAIVA, 2006, p. 19). Nessa perspectiva, a imagem atua como ponte entre a realidade do passado e outras realidades, podendo abarcar outros assuntos, sejam eles do passado ou do presente. Por meio e a partir dela pode-se fazer comparações com outros temas dos mais diferentes contextos.

4.2 EDUCAÇÃO E CAMPANHA ABOLICIONISTA NA *REVISTA ILLUSTRADA* (1876-1888)

A *Revista Ilustrada*, no contexto de luta pela emancipação dos escravizados, participou ativamente do processo de abolição. A lei n. 3353 de 13 de maio de 1888 decretou extinta, a partir dessa data, a escravidão no Brasil. Na primeira página do número com o qual comemorou a grandeza do evento histórico, enfatizava o festejo da vitória do princípio da liberdade.

Desde o dia 13 de Maio, às 3 horas da tarde, que raiou para o Brasil uma Era Nova! A integridade nacional é hoje, um fato, tornando em realidade o artigo primeiro da nossa Constituição, que diz: - 'O Brasil constitui uma nação livre e independente.' Com orgulho, podemos levantar a cabeça e encarar as nações livres do nosso continente e do mundo e fraternizar com elas, pois a palavra *escravo* deixou, também, de ter significação, na língua que falamos. Uma grande glória temos a escrever em nossos *Annaes*: O Brasil extinguiu a escravidão, como nenhum mando lágrimas de júbilo sobre a raça redimida e levantando um altar ao esquecimento! Glória aos propugnadores da grande reforma! Somos, finalmente, um povo livre! (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 13, n. 498, 1888, p. 2 – “A Pátria Livre!”).

Agostini, na caricatura com qual retrata a abolição da escravatura (Fig. 3) ilustra a euforia do povo com a aprovação pela princesa Isabel da lei com a qual os escravos deixavam de sê-lo. Um aglomerado de pessoas encontra-se à frente da redação da *Revista* comemorando o fim do trabalho escravo. A caricatura que ilustra a capa é um agradecimento pelas saudações recebidas durante o festejo. As camélias do Quilombo Leblon, símbolo abolicionista na segunda metade do século XIX, enfeitam as sacadas, os mariolas acenam para a multidão em festa, eles representam a pessoa de Agostini no processo da abolição. Tomados de satisfação e orgulho os mariolas manifestam sua gratidão a todos os envolvidos na vitória da liberdade.

Figura 3: Comemoração da Lei de 13 de maio de 1888



A Revista durante os festejos comemorativos da Abolição.
 — Faltariam a mais sagrada das chapas, se, antes de encetarmos a reprodução dos festejos, não gravassemos, n'esta primeira pagina, os nossos agradecimentos a todas as sociedades, corporações e classes, que tanto nos saudaram durante essas festas!

Agostini constrói uma periodização linear do processo ao datar os eventos que contribuíram para a abolição do trabalho escravo, salientando pontos de referencia importantes para a sociedade da época. Essa linearidade revela o progresso das conquistas abolicionistas diante dos obstáculos apresentados pelos escravocratas. Por exemplo, em 7 de novembro de 1831 proibiu-se o tráfico de escravos para o Brasil:

A despeito da importância inegável da lei, era de conhecimento geral que o tráfico perdurou por pelo menos 20 anos, quando foi definitivamente extinto pela lei n. 581, de 04 de setembro de 1850, que estabelecia medidas para repressão do tráfico de Africanos no Império do Brasil, mais conhecida como lei Euzébio de Queiroz (BALABAN, 2005, p. 38).

Outro momento importante para o processo de abolição do trabalho escravo retratado pelo caricaturista é a data de 28 de setembro de 1871, quando foi aprovada a Lei do Ventre Livre. “Além de libertar o ventre, a lei garantia alguns direitos aos escravos, dentre os quais o de comprar sua liberdade” (BALABAN, 2005, p. 38). O controle dos senhores sobre seus escravos foi enfraquecido com o Estado intercedendo na relação senhor/escravos ao permitir o acumulo de pecúlio para a compra de alforrias e determinar um fundo de emancipação.

A seleção dessas duas datas históricas configura um passo importante para proibição do tráfico de escravos e a liberdade do ventre e se justifica porque ambas atacavam as fontes do sistema escravista. A Lei Áurea é o marco final e estava de acordo com a configuração do movimento abolicionista progressista imprimido à luta ao longo da década de 1880.

Outro artefato importante são os nomes dos que seriam os principais responsáveis pela vitória. Entre os personagens ilustres estão o Senador Dantas, relator da comissão responsável por redigir a Lei Áurea e o chefe do Ministério, José do Patrocínio, promotor do debate a respeito da Lei dos Sexagenários: “o conhecido abolicionista negro que fez da imprensa o seu principal fórum de luta pela libertação dos escravos”; João Clapp, “importante líder da Confederação Abolicionista e comerciante descendente de norte-americanos” e Joaquim Nabuco, considerado o principal nome em torno dos

demais citados, “visto como o político que tratava no parlamento a batalha da abolição” (BALABAN, 2005, p. 40).

Não há uma única imagem de escravos em todo o desenho, o que sugere a ideia de que os abolicionistas os viam como pessoas inferiores, sem poderes na esfera política e social, corroborando o fato de que não eram considerados cidadãos. A ilustração ainda indica a apatia do negro em relação ao momento vivido; a falta de inteligência e iniciativa seriam os motivos para que tivesse uma maior participação ao longo do processo de abolição do trabalho escravo, o que caracteriza a intenção educativa da ação abolicionista nos impressos dedicados a essa causa. De acordo com Balaban:

Sustentavam a idéia de que a violência da escravidão produzia seres passivos, sem consciência e, portanto, incapazes de ação política autônoma. Além de supostamente não terem participado do processo que culminou com sua libertação, eles nem mesmos teriam festejado sua liberdade, como sugere o desenho de Agostini. É uma ausência muito significativa, que faz crer que para o grupo de Agostini os negros não deveriam ser levados em conta (BALABAN, 2005, p. 40).

Na caricatura em questão Agostini se voltou ao retrato de uma “Pátria Livre”, na qual as condições necessárias ao progresso podiam ser obtidas com a supressão do trabalho escravo. O dia 13 de maio de 1888 expressava um novo tempo e aos abolicionistas cabia a responsabilidade por efetivar as transformações que estavam por vir:

Em muitos lugares do centro da cidade do Rio de Janeiro, as pessoas se juntavam para comemorar a pátria livre. Pequenos e espontâneos comícios foram realizados em frente às redações das principais folhas da cidade, no Paço Imperial e outros locais públicos. Nos dias e até meses seguintes as comemorações continuaram (BALABAN, 2005, p. 42).

A luta pela abolição, desempenhada por políticos, intelectuais e negros e a conseqüente libertação dos escravos foi maior do que as questões internas da produção econômica combatida e exprimiu as necessidades de uma fase do capital em busca da expansão do mercado mundial:

No caso brasileiro, a abolição (1888) resultou de um longo processo em que se deu a conjunção de fatores externos (pressão inglesa contra o tráfico negreiro) e internos; o regime escravista travava o desenvolvimento do capitalismo nas regiões em expansão do país (principalmente a zona cafeeira de São Paulo), e tornara-se cada vez menos viável economicamente, sobretudo depois que a supressão do tráfico (1850), além de libertar capitais que se investiram numa 'modernização' do país que tornava ainda mais anacrônico o escravismo, afetara os limites de elasticidade do sistema escravista. O movimento abolicionista foi levado avante pela parte mais progressista da elite branca; a participação nele de libertos, embora não ausente, foi mínima (a história 'oficial' tende a salientá-la por razões ideológicas) (CARDOSO, 1979, p. 106).

Agostini entendeu a escravidão como um malefício ao desenvolvimento econômico-social, os escravos não consumiam nem gastavam por serem justamente trabalhadores isentos de recompensa salarial, assim, não possuíam poder de compra. As roupas, moradia e alimentos eram minimamente oferecidos pelos seus senhores. Essa condição passou a ser alvo de críticas inglesas, maior produtor de mercadorias. Os defensores das ideias progressistas viram que ter escravos consistia em um fator impeditivo ao avanço material no Brasil. A libertação plena do povo negro era uma garantia de que o mercado consumidor interno e mundial se expandiria, modificando o modo de vida de uma grande parcela da população em aspectos econômicos, sociais e culturais.

As condições materiais aos poucos demonstravam indícios de progresso e assinalavam a compreensão de que ter um público consumidor ativo significava ganho para a economia e para o desenvolvimento da sociedade. Ao comprar suas próprias roupas e alimentação o negro se enquadraria na sociedade de consumo da época. As vestes, os alimentos, valores, comportamentos e estilos de vida afluídos com os novos padrões de modernidade e, ao mesmo tempo o aburguesamento social levariam o Brasil a alcançar o novo patamar socioeconômico idealizado pela elite europeia e incorporado pela elite branca brasileira. Desse modo "a escravidão e o império já não faziam sentido no contexto de modernidade e civilidade nascente" (FERREIRA et al., 2011, p. 2):

Se no início do século XIX a produção burguesa no Brasil só poderia se expressar pela agricultura e extração de matérias primas, enviadas para transformação em mercadorias nos países industrializados, bem como os metais preciosos que serviam para impulsionar a manufatura inglesa, na década de 40 do mesmo século, a burguesia internacional, como reiteramos várias vezes, urgia em criar nos países libertos das Metrôpoles, a necessidade do trabalho livre (PERIOTTO, 2001, p. 147-8).

Devido às pressões inglesas e ao desenvolvimento da indústria e do comércio a necessidade de um mercado consumidor que satisfizesse as pretensões econômicas da pequena burguesia industrial e comercial em crescimento, passou a ficar cada vez mais explícita. Hobsbawm avalia que:

[...] as revoluções industriais pioneiras ocorriam em uma situação histórica especial, em que o crescimento econômico surge de um acúmulo de decisões de incontáveis empresários e investidores particulares, cada um deles governando pelo primeiro mandamento da época, comprar no mercado mais barato e vender no mais caro. Como poderiam eles descobrir que o lucro máximo devia ser detido com a organização da revolução industrial e não com atividades comerciais mais conhecidas (e mais lucrativas no passado)? Como poderiam saber, o que ninguém sabia até então, que a revolução industrial produziria uma aceleração impar na expansão dos mercados? Dado que as principais bases de uma sociedade industrial tinham sido lançadas, como quase certamente já acontecera na Inglaterra de fins do século XVIII, duas coisas eram necessárias: primeiro uma indústria que já oferecesse recompensas excepcionais para o fabricante que pudesse expandir sua produção rapidamente, se necessário através de inovações simples e razoavelmente baratas, e, segundo um mercado mundial amplamente monopolizado por uma única nação produtora (HOBSBAWM, 1982, p. 48-49).

Na Inglaterra⁶¹ a ascensão da sociedade capitalista em sua forma mais desenvolvida se deu no século XIX e provocou a acumulação de produtos excedentes que precisavam ser escoados para o mercado externo garantindo estabilidade à produção burguesa e dos lucros.

As transformações sociais fortaleciam a burguesia como classe dominante, entretanto, “enquanto o mundo passava por transformações e revoluções que mudariam a maneira de agir e pensar da humanidade, o Brasil ainda era um país agrário, escravista e sem uma real identidade” (FERREIRA

61. Ver capítulo três dessa dissertação.

et al., 2011, p. 4). Por isso a Lei Áurea, embora representasse uma ruptura com velhas práticas coloniais, abrindo perspectivas para uma sociedade mais moderna e civilizada, pautada no trabalho livre, não foi propriamente a vitória da liberdade, pois o trabalho escravo mesmo após a lei tendeu a persistir em razão dos interesses particulares e econômicos da burguesia agrária e da herança cultural deixada pelos tempos de escravidão e ainda guardadores de um modo colonial persistente.

Com o decreto oficial do fim da escravidão a ideia de realizar uma grande obra de reparação das anomalias deixadas pelo sistema escravista se fortaleceu. Nesse processo considerou-se a educação como o principal instrumento para manter a ordem, a permanência dos ex-escravos no trabalho e criar o sentimento de patriotismo que faltava ao povo. A falência completa desse sistema era questão de tempo. As novas exigências materiais reclamavam “a consolidação de um regime político compatível com a nova organização do trabalho que se estava consolidando” (SCHELBAUER, 1997, p. 61) e, nesse cenário, tornou-se imprescindível efetivar as reformas nas instituições monárquicas como uma possível saída para concretizar em definitivo o regime republicano. A escola, portanto, passa a ser vista como o espaço responsável pela formação da cidadania desses homens livres, dada nos moldes dos países civilizados:

O papel atribuído a educação escolar era criar uma unidade nacional em torno da qual cada indivíduo, que havia abandonado sua antiga relação de dependência, seja com a natureza pródiga ou com seu senhor, fosse mobilizado a trabalhar mais em nome do progresso da nação (SCHELBAUER, 1997, p. 131-132).

No Brasil o século XIX viu crescer o número dos debates a favor da educação, entretanto, apesar dos esforços pouco se conseguiu avançar na aplicação de medidas realmente capazes de suprir a demanda por escolarização nas províncias. De modo geral a instrução pública, segundo os relatórios ministeriais e as falas das autoridades, enfrentou diversos problemas como a precariedade dos estabelecimentos de ensino, a insuficiência no número de alunos, a falta de preparo e parca remuneração dos professores

(SAVIANI, 2006, p. 5374) que, em razão dessas fragilidades trabalhavam desmotivados.

Além disso, a elite, em nome de seus privilégios, colocava em segundo plano a instrução. Os próprios negros não viam qualquer necessidade de se instruir, pois passavam a vida toda realizando atividades que não exigiam esforço intelectual. Nesse aspecto, a tarefa dos reformadores deparava-se não apenas em modificar a legislação educacional vigente, mas também a consciência de um povo ignorante de conhecimentos.

As condições reais da sociedade não comportavam o projeto de modernização pensado pela elite político-econômica brasileira. A partir dos debates ocorridos no Parlamento e na imprensa os reformadores se inspiraram a efetivar mudanças e reformulações no processo de instauração de “um plano de escolarização sistemático que favorecesse a formação dos homens pobres e livres” (PERIOTTO, 2012, p. 54), porém, o Brasil só viria a conhecer um debate mais consequente e ao mesmo tempo transformador da prática escolar no século XX. Isso significa que, no século XIX, os discursos permaneceram discursos enquanto as transformações sociais não atingiam o status de modernidade (SCHELBAUER, 1997, p. 136).

Agostini, no decorrer da campanha abolicionista, se absteve de retratar o negro num papel preponderante na luta pela abolição, embora tivesse participado de movimentos rebeldes populares contra a escravidão e a política conservadora do governo imperial. Sem voz, encontrava apoio aos seus anseios nos intelectuais abolicionistas que entendiam a necessidade de libertar e educar o povo escravizado.

As corporações abolicionistas, os comícios e as manifestações seriam uma corrente de mesmas simpatias e aspirações que agitavam o país. Votou-se a lei de 13 de maio de 1888 numa atmosfera de exaltação, a qual proclamava a Pátria Livre das correntes da escravidão. Na imagem apresentada, na parte inferior, se reafirma a ausência de negros na conquista. Agostini saúda as sociedades, corporações e classes sem, no entanto, citar a presença de negros no âmbito da luta:

A Revista durante os festejos comemorativos da Abolição.

- Faltaríamos a mais sagrada das chapas, se, antes de encetarmos a produção dos festejos, não gravássemos, n'esta primeira página, os nossos agradecimentos as todas as sociedades, corporações e classes que tanto nos saudaram durante as festas! (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 13, n. 498, 1888, p. 1).

Na caricatura abaixo (Fig. 4), a causa da abolição continua a ser incitada ao apresentar-se uma imagem que enaltecia o dia 28 de setembro de 1871. Na legenda o artista considera os políticos hipócritas, pois durante o período em que estava sendo formulada a lei se punham contrários ao projeto do ministério Rio Branco: "Depois de a terem tão guerreado, hoje eles abraçam essa lei com entusiasmo! Que ridícula incoerência!" (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 9, n. 387, 1884, p. 4).

Figura 4: Lei do Ventre Livre / 28 de Setembro de 1871



*Depois de a terem tão guerreado, hoje elles abraçam essa lei com entusiasmo!
Que ridícula incoerência!*

Fonte: *Revista Illustrada*, n. 387, ano 9, 1884, p. 4.

A imagem revela a falta de empenho na libertação dos cativos mais velhos ao retratar dois políticos conservadores apoiados sobre os ombros de um escravo e de uma escrava acorrentados a uma grande seringa usada para vacinação com a inscrição “Lei do Ventre Livre / 28 de Setembro de 1871”. Populares espantados com a atitude dos políticos encontram-se ao fundo, muitos deles de boca aberta observam a cena.

A Lei do Ventre Livre foi vista pelos políticos conservadores como uma possível saída para se evitar a aprovação do projeto do Ministério Dantas, o qual previa a libertação de escravos com 60 anos sem qualquer tipo de indenização aos proprietários, o que desencadeou protestos antes mesmo do projeto ser apresentado à Câmara. Em contrapartida, a Lei de 1871 admitia indenização pelo Estado ou o uso dos serviços do ingênuo até a idade de 21 anos, constituindo-se assim em um elemento para retardar a abolição definitiva do trabalho escravo. A imagem reproduz o temor dos proprietários, a seringa expressa a solução do problema:

O caricaturista usa a seringa como símbolo de crítica à posição dos políticos conservadores, que buscavam na Lei de 1871 uma solução para evitar a aprovação do projeto do Ministério Dantas, de 1884. A lei abolicionista anterior seria a vacina que previne o fim da escravidão aos cativos sexagenários, pois a nova proposta acabaria com o que os políticos consideravam ser uma proposta contra o direito de propriedade. O artista usa novamente o humor para ridicularizar o posicionamento dos políticos conservadores, representando-os abraçados à seringa, como se estivessem apavorados diante da possibilidade de retirar deles a possível solução para seus problemas. O escravo e a escrava amarrados à grande seringa representavam o fato de escravos adultos não terem perspectiva sobre a possibilidade de se tornarem, um dia, livres (PEREIRA, 2010, p. 38).

Outro personagem aparece para compor a crítica de Agostini. Acima de uma colina está o personagem Zé Caipora⁶². A ideia de colocá-lo sobre a montanha de braços cruzados assistindo a cena que Agostini ilustra pode significar que ele seria a opinião pública, superior e capaz de influenciar os discursos políticos dos conservadores sobre a falta de legalidade do projeto do Ministério Dantas por não proteger o direito de propriedade. Segundo Ribeiro:

62. “As aventuras de Zé Caipora” constituía-se numa história em quadrinhos que configurou as páginas centrais da *Revista Illustrada* entre os anos de 1883 e 1888. Com um roteiro leve e sem muitas preocupações, Agostini criou o Zé Caipora, um caipira que vivia no Rio de Janeiro e tinha como objetivo divertir o público com humor.

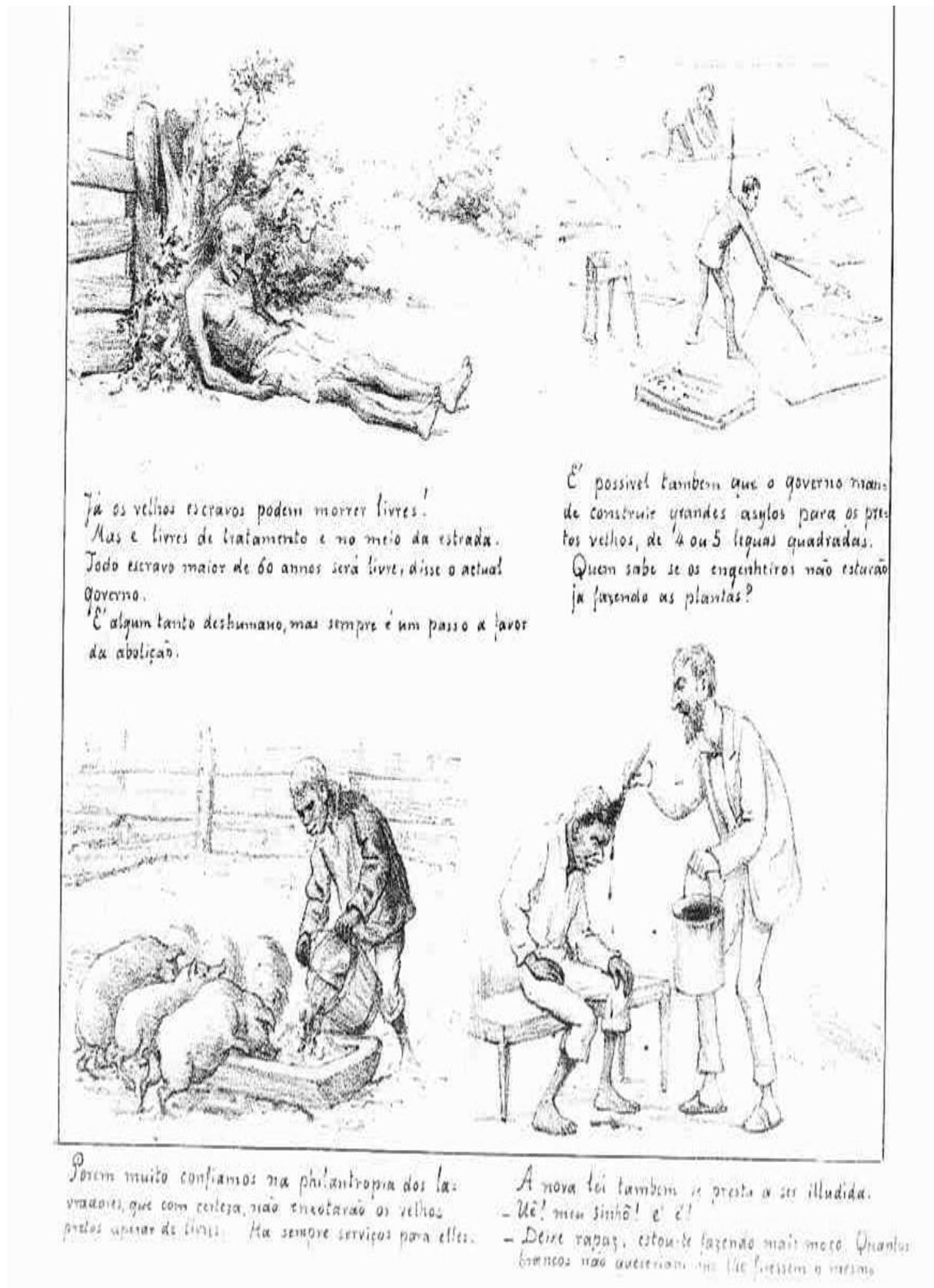
[...] após 1880, com a retomada, no Parlamento, das pressões emancipacionistas do escravo, o discurso da 'Revista' será inteiramente conduzido para a questão da Abolição da escravatura, denunciando, agora, não mais a omissão governamental, mas, basicamente, a resistência deste setor àquele movimento. Neste contexto, o trabalho de Agostini adquire importância profunda e encontra sua maior expressão. Em resumo, o pensamento político-humanístico de Ângelo Agostini como fonte de inspiração artística será a tônica discursiva desta 'Revista' na fase inicial de sua existência (RIBEIRO, 1988, p. 218).

A *Revista*, ao apoiar a causa da abolição, fez dela o sentido de sua existência. As ilustrações representavam os fazendeiros como malfeitores dos negros, da sociedade; enquanto os negros tinham uma imagem de vítima, reforçando assim o ideal de obediência, docilidade e respeito, estabelecido por uma vinculação do negro com seu "dono" por meio de violência e ameaças.

Em tom de denúncia e, ao mesmo tempo, elogios e críticas às leis e projetos abolicionistas a *Revista* atuou de forma incisiva em sua primeira fase. Na edição de 14 de junho de 1884 o caricaturista critica a Lei do Sexagenário (Fig. 5). O primeiro quadro ilustra um velho escravo, liberto pela lei, deitado embaixo de um arbusto do lado de fora de uma fazenda. Para Agostini a lei proporcionaria aos senhores se livrarem dos escravos improdutivos com mais de sessenta anos, além disso, havia poucos escravos de idade avançada, não sendo assim um mecanismo efetivo na causa da abolição, uma vez que a expectativa de vida dos escravos era a mesma proposta pelo projeto de lei. Desse modo, o artista demonstra que a lei é falha por não cumprir o prometido - dar liberdade aos escravos com mais de sessenta anos, bem como não proporcionar nenhum tratamento aos recém-libertos, que logo morriam a míngua sem nenhum tipo de assistência. Porém, mesmo com essas fragilidades, a lei já era alguma coisa a favor da abolição do trabalho escravo. A legenda de forma sarcástica ironiza a cena:

Já os velhos escravos podem morrer livres!
 Mas é livres de tratamento e no meio da estrada.
 Todo escravo maior de 60 anos será livre, disse o atual governo.
 É algum tanto desumano, mas sempre é um passo a favor da abolição (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 9, n. 383, 1884, p. 7).

Figura 5: Crítica a Lei do Sexagenário



Depois de ter criticado a falta de assistência aos libertos com mais de sessenta anos, Agostini, no segundo quadro, defende uma possível solução para aqueles que fossem deixados ao relento pelos seus senhores.

Preocupado com a situação de desabrigo e desamparo o caricaturista propõe que o governo crie asilos aos idosos: “É possível também que o governo mande construir grandes asilos para os pretos velhos, de 4 a 5 léguas quadradas. Quem sabe se os engenheiros não estarão já fazendo as plantas?” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 9, n.383, 1884, p. 7). Na ilustração aparecem dois engenheiros projetando a planta de um asilo que está no chão, “um dos homens segura, em sua mão direita, um compasso, símbolo maçônico que representa a justiça” (PEREIRA, 2010, p. 33). Isso pode significar que para o artista essa proposta é justa, em conformidade com o que é direito dos recém-libertos devido aos quase quatro séculos de escravidão.

No terceiro quadro Agostini desenha um velho escravo liberto, mas que permanece na fazenda de seu senhor trabalhando em troca de alimentação, residência e um salário facultativo, conforme prevê a lei no inciso quarto: “os libertos obrigados a serviço [...], serão alimentados, vestidos e tratados pelos seus ex-senhores, e gozarão de uma gratificação pecuniária por dia de serviço” (Lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885). O escravo deveria prestar serviços a seus ex-senhores por mais três anos para pagar a indenização pela sua alforria. Mesmo depois do prazo previsto, muitos permaneciam nas fazendas realizando serviços mais simples, como alimentar os animais: “Porém muito confiamos na filantropia dos lavradores que com certeza não enxotarão os velhos pretos apesar de livres. Há sempre serviços para eles” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 9, n.383, 1884, p. 7).

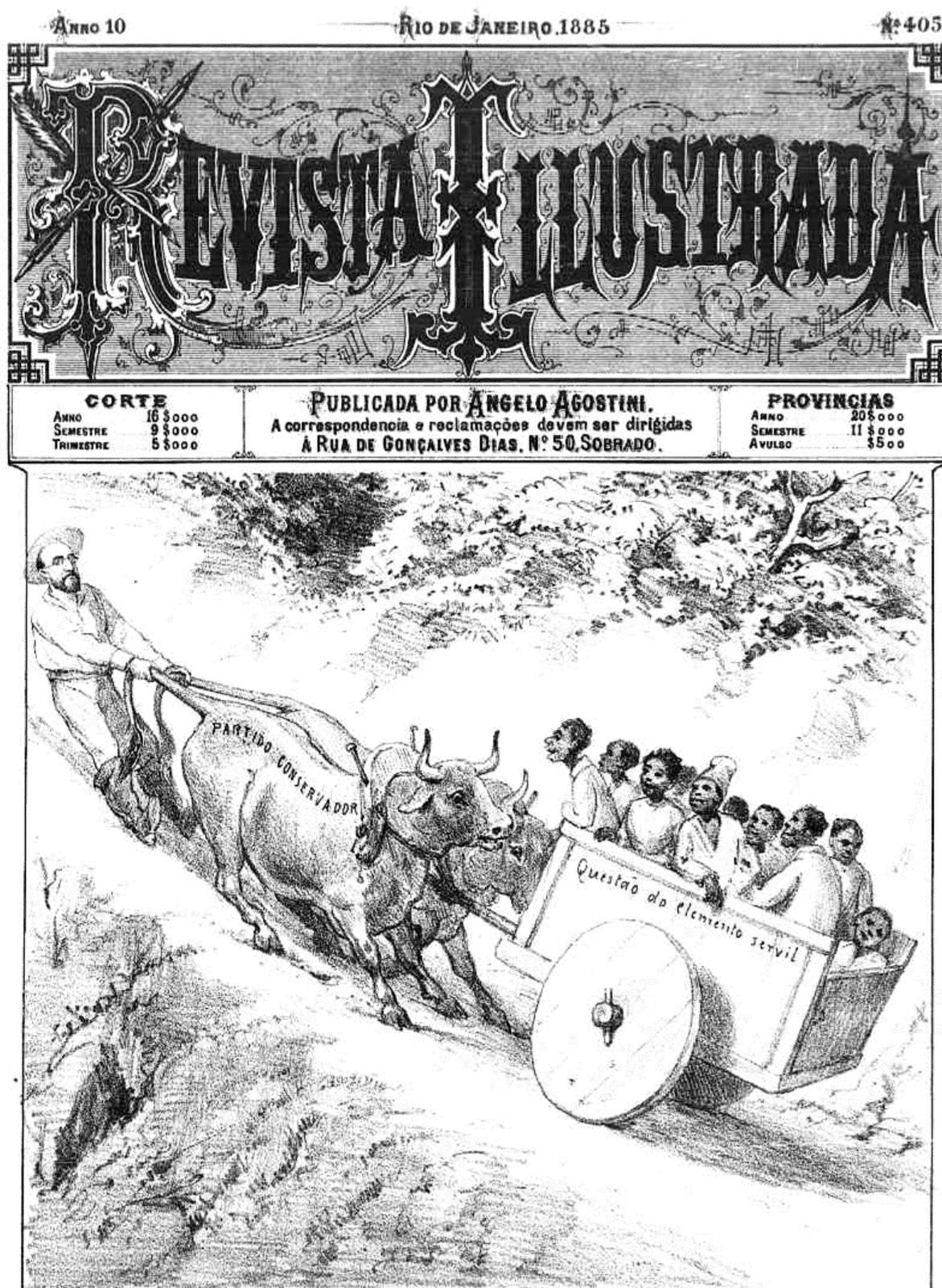
No último quadro o caricaturista ilustra um velho escravo sentado em um banco, com seus cabelos brancos sendo pintados de preto pelo senhor, com o propósito de rejuvenescê-lo, como consta na legenda: “Deixe rapaz, estou-te fazendo mais maço. Quantos brancos não queriam que lhe fizessem o mesmo” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 9, n.383, 1884, p. 7). Essa era uma forma dos senhores mentirem sobre a idade dos escravos quando os registravam. Entretanto, nota-se que apesar das tentativas dos escravocratas em propagar o trabalho escravo, a causa da abolição se fortalecia, tornando-se o motor de novas críticas e discussões.

A questão da abolição tomou conta do cenário político nas últimas décadas do século XIX devido às discussões proclamadas no parlamento e na imprensa. As pressões inglesas, o interesse de muitos fazendeiros em substituir a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, as fugas constantes dos cativos, bem como o alto preço dos negros fomentavam os debates. Ao longo de todo o processo a ação do governo foi mais favorável às medidas abolicionistas, entrando em choque com os proprietários de terra. Dessas divergências surgiram mudanças políticas que contribuíram para o fim do trabalho escravo e do sistema Imperial.

Agostini, na edição de número 405 (Fig. 6), ilustra o momento de efervescência das ideias abolicionistas ao desenhar uma ladeira bem inclinada em que um senhor de escravos conduz um carro de bois, no entanto, a carroça encontra-se à frente dos bois, dificultando o controle do homem que a conduz. “Como fazendeiro, conduzindo o carro de bois, o artista ilustra a figura do Senador e grande latifundiário Paulino de Souza, que tinha em posse muitos escravos” (PEREIRA, 2010, p. 40).

Na ilustração, os bois representam o Partido Conservador conduzido pelo ideal de Paulino de Souza. À frente dos animais está a carroça cheia de cativos, representando a questão servil. A falta de competência do Senador fazendeiro em conduzir a carroça sugere que o Partido Conservador estaria com dificuldades para defender e aplicar as ideias escravocratas. E a ladeira significa, possivelmente, a opinião de Agostini de que a escravidão estaria em plena decadência, a ponto de ser inevitável o seu fim e sua manutenção significava andar na contramão da modernização necessária ao capital.

Figura 6: Partido Conservador X Questão Servil



O que é o partido conservador, na opinião do illustre fazendeiro senador Paulino de Sousa. A boiada conservadora que lhe agradeça.

Fonte: Revista Illustrada, n. 405, ano 10, 1885, p. 1.

O avanço das ideias abolicionistas não impediu a tentativa de reforma do projeto de Lei do Sexagenário, proposta anteriormente pelo Ministério Dantas. O novo ministério constituído e chefiado pelo Ministro Senador Saraiva, apesar de manter alguns princípios, visava favorecer economicamente os escravocratas:

Para se tornarem livres, os escravos de sessenta anos teriam que obrigatoriamente trabalhar, por um prazo de três anos, com o intuito de indenizar seus senhores. Outra modificação foi a alteração de impostos para alimentar o Fundo de Emancipação. O Projeto Saraiva visava à taxação de 5% adicionais, sobre todos os impostos, executando-se os de exportação. A proposta que mais gerou discussão na Câmara dos Deputados, dizia respeito aos valores a serem pagos pelo Fundo de Emancipação para a compra de alforrias (PEREIRA, 2010, p. 40).

A valorização dos escravos alforriados pelo Fundo de Emancipação gerou discussões acaloradas. Por um lado, a elevação dos preços impossibilitava a libertação de um número maior de escravos, por outro apaziguava o temor dos escravocratas de que uma libertação em massa causaria a formação de bandos saqueadores e homicidas nas cidades. De modo geral as mudanças na Lei do Sexagenário rendaram muitas críticas. O liberal baiano Senador Saraiva foi um dos políticos mais ridicularizado nas ilustrações de Agostini.

O caricaturista parece depositar toda sua expectativa de libertação dos escravos com mais de sessenta anos no Ministério Saraiva. Na edição de número 413 (Fig. 7) Agostini apelida o Senador de “Coveiro dos Sexagenários” por não se esforçar para resolver o problema de escravidão dos “pretos velhos” que, segundo o caricaturista, se dependesse dele, nunca conheceriam a liberdade em vida.

Debaixo de uma árvore, ao lado de uma cova com dois cativos encontra-se um escravo de cabelos brancos e de mãos e pés acorrentados sendo colocado na cova pelo Senador Saraiva, sugerindo que morreu nessas condições, sem conhecer a liberdade.

Figura 7: O Coveiro dos Sexagenários

ANNO 10 — RIO DE JANEIRO. 1885 — Nº 413

REVISTA ILUSTRADA

CORTE		PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI. A correspondência e reclamações devem ser dirigidas À RUA DE GONÇALVES DIAS. N.º 50, SOBRADO.	PROVINCIAS	
ANNO	16 \$000		ANNO	20 \$000
SEMESTRE	9 \$000		SEMESTRE	11 \$000
TRIMESTRE	5 \$000		AVULSO	\$600

*O Coveiro dos sexagenários! disse Joaquim Nabuco, no seu primeiro discurso na
Camara dos deputados. (5 de Julho)
Pobres velhos! O Dantas deu-lhes esperança de moverem livres. O Saraiva quer
enterrá-los atômados!*

Fonte: Revista Illustrada, ano 10, n. 413, 1885, p. 1.

Desse modo a caricatura esclarece que, para o autor, a partir da data em que Saraiva assumiu, dia 28 de março de 1880, todos os escravos sexagenários estariam condenados a morrer cativos em vista das alterações na lei, as quais exprimiam um forte elo com os escravocratas por retirar a possibilidade de se libertar um maior número de cativos:

A partir da época em que Saraiva passa a ocupar a presidência do Conselho de Ministros, as críticas da 'Revista' em relação ao Governo assumem uma linguagem agressiva. O projeto para a lei dos Sexagenários deste político estava muito aquém do que foi idealizado por seu antecessor. Além de alterar a idade que permite a emancipação do cativo para 65 anos, a lei concedia diversas vantagens, dentre as quais a indenização, aos senhores de escravos que optassem pela alforria espontânea. Por essa razão, os ataques deste periódico a Saraiva bem como a seu projeto foram constantes (RIBEIRO, 1988, p. 254-255).

José Antônio Saraiva era membro da maçonaria, entretanto, na ilustração, ele aparece alheio ao princípio da Liberdade – ideal maçônico – para satisfazer seus interesses de fazendeiro e dono de escravos. Em diversas caricaturas Agostini critica o político, a fixação de preços para o comércio de escravos representou a ação mais recriminada pelo artista, como demonstram as figuras 8 e 9.

Para senador Saraiva e demais fazendeiros os escravos não passavam de mercadoria em que os preços variavam conforme o sexo, idade, a procedência e destino. O “dono” tinha total domínio sobre o cativo, poderia vendê-lo, dar ou trocar por uma dívida. Os escravos eram expostos em armazéns onde funcionavam os mercados de escravos, comercializados e, posteriormente, distribuídos para as diversas regiões do Brasil.

Numa outra ilustração (Fig. 8) Senador Saraiva surge vendendo escravos a fazendeiros como se fossem animais. Tratados como tal, nas fazendas trabalhavam de sol a sol, recebendo apenas trapos por vestimentas e uma alimentação composta pelos restos descartados pela Casa-Grande. A legenda é crítica a esse estado de coisas:

Vocês compreendem que, sendo eu lavrador, não podia deixar de tranquilizar a lavoura, garantindo a propriedade escrava e ficando-lhe o valor. Podem, pois, continuar a considerar o escravo como um animal como qualquer outro sujeito a ser comprado, vendido, surrado etc., pelo menos nestes dez anos. É o que lhes garanto o meu projeto (*REVISTA ILLUSTRADA*, , ano 10, n. 413, 1885, p. 4).

O Senador Saraiva, na ilustração, surge em um local de encontro de fazendeiros para comercializar escravos e animais. O político aparece tentando vender aos outros fazendeiros alguns de seus escravos. Há cavalos, burros, dois porcos e dois carneiros no canto esquerdo da imagem indicando que escravos e animais recebiam a mesma consideração por parte dos fazendeiros, não havendo assim diferenças entre um e outro. Para Pereira (2010, p. 48), na opinião de Agostini, Saraiva “considera os animais mais importantes do que os escravos”, pois na placa de preços os cativos são menos valorizados que os animais:

Uma besta para cangalha 80\$000
 8 Porcos gordos a 30h 240\$000
 6 Carneiros a 15h 90\$000
 Uma vaca tourina 80\$000
 Agostinho, preto velho doente 60\$000
 Ignez, preta, velha, doente 10\$000
 Luiz, crioulo, 28 anos 900\$000
 Joana e um ingênuo 600\$000
 Antonio, 50 anos, aleijado 70\$000 (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 10, n. 413, 1885, p. 4).

O comportamento dos fazendeiros em relação aos cativos era representado como natural e fazendo parte da natureza do ser senhor de escravos. Na ilustração ainda se pode ver um dos fazendeiros segurando em suas mãos um chicote como símbolo da força e do poder que os senhores tinham sobre seus escravos. Além de domesticar os animais, o instrumento também servia para punir os cativos.

Os escravos estão com fisionomia desolada diante da situação, de cabeça baixa, consternados por não saberem ao certo o seu destino. O ingênuo é o único que olha fixamente para os fazendeiros, segura a mão da mãe que está ao seu lado e parece não entender as consequências da separação que advirá após a venda de suas pessoas.

Na condição de propriedade de seu senhor o escravo devia a ele incondicional obediência. Os elementos básicos à sua sobrevivência eram fornecidos minimamente pelo proprietário que o explorava. Os chamados capitães do mato os vigiavam e também capturavam os escravos fugidos lhes aplicando os mais diversos tipos de castigos, como açoites, o tronco e a peia. Geralmente o castigo era em praça pública ou nas fazendas na presença de outros escravos, para que servisse de exemplo. Como reação, durante todo o período imperial foram constantes os atos de resistência e rebeldia. Sem perspectivas de viver em liberdade muitos escravos morriam de doença ou excesso de trabalho.

O projeto Saraiva foi visto como um meio para dificultar a libertação plena dos cativos de sessenta anos, pois tinha como ideia-força o princípio da indenização e os preços dispostos na tabela eram maiores do que o estabelecido pelo senador Dantas. Por esse motivo recebeu muitas críticas dos abolicionistas, entretanto foi mais bem aceito porque atendia aos interesses dos escravocratas.

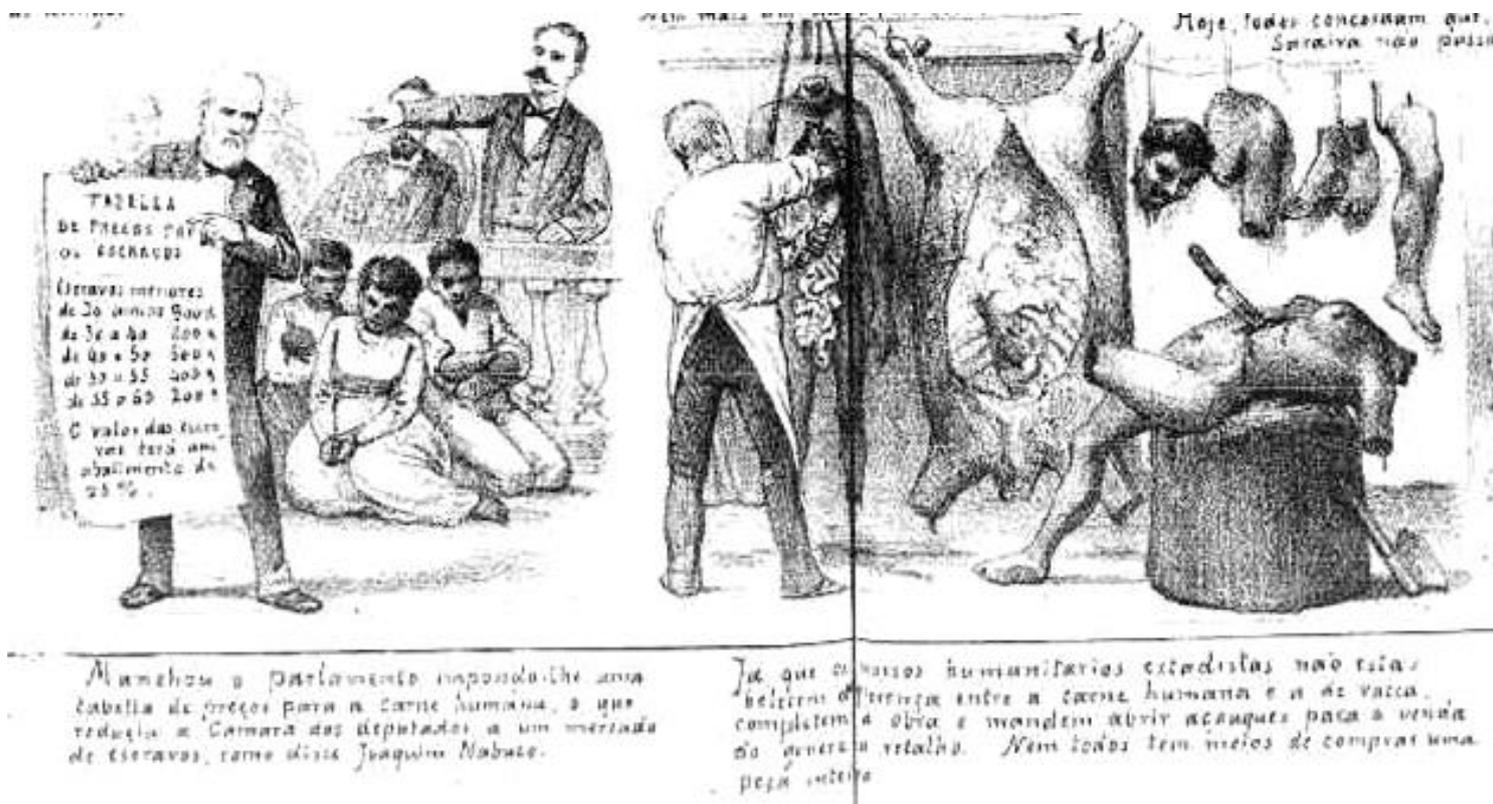
Na edição de 1885, número 416 (Fig. 9), tece críticas ainda mais enérgicas ao senador Saraiva. No primeiro quadro Agostini ilustra a figura de Joaquim Nabuco com o dedo indicador apontado para o Ministro Saraiva, representando as críticas dos abolicionistas contra o projeto de sua autoria e que, por sua vez, segura na mão direita uma tabela com os valores indenizatórios da proposta. Ao desenhá-lo nessa situação, o caricaturista demonstra a efetividade política de seu posicionamento a favor da abolição,

fazendo dele um campo de lutas. A cena também ratifica o conflito entre os conservadores e liberais.

A legenda informa a presença de Nabuco na condição de deputado no interior do plenário da Câmara agitando as discussões em torno do projeto. Ao lado dele, há políticos sentados ouvindo as discussões: “Manchou o parlamento impondo-lhe uma tabela de preços para a carne humana, o que reduziu a Câmara dos Deputados a um mercado de escravos, como disse Joaquim Nabuco” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 10, n. 416, 1885, p. 4).

Os três escravos sentados à frente no chão representam a escravidão. Aparentemente estão cabisbaixos, calados, dois deles se encontram de braços cruzados demonstrando que o futuro da escravidão era discutido sem a participação dos maiores interessados. Entregues a própria sorte, só lhes restava esperar a boa vontade de seus senhores para libertá-los ou adquirir recursos para a compra da alforria.

Figura 9: A grande novidade política



Fonte: *Revista Illustrada*, ano 10, n. 416, 1885, p. 4.

No segundo quadro Agostini utiliza de um forte apelo visual ao desenhar o senador Saraiva como um açougueiro de carne humana. A cena é maquiavélica exatamente para demonstrar o sangue frio do Senador, representado de costas para o leitor dissecando um corpo humano. Com roupas semelhantes à de um açougueiro senador Saraiva parece ter experiência no que está fazendo, corta e separa de maneira metódica e organizada as partes do corpo. À direita há outro corpo já esquartejado e pendurado numa parede. Uma cabeça de homem, um ombro com metade do braço, dois pés, e uma perna com pé exposto à venda. À frente o caricaturista ilustra o corpo de uma mulher decapitada, metade da perna esquerda e um dos braços estão decepados. A legenda, de forma crítica e irônica, complementa o desenho e a ideia de que para o político o escravo seria como a carne de animal para um açougueiro:

Já que os nossos humanitários estadistas não estabelecem a diferença entre carne humana e a de vaca, completem a obra e mandem abrir açougues para a venda do gênero em retalho. Nem todos têm meios para comprar uma peça inteira (*REVISTA ILLUSTRADA*, n. 416, ano 10, 1885, p. 4).

De acordo com Pereira (2010, p. 50) as partes corporais dos escravos representam a ideia de Antônio Prado de colocar preço nos escravos a fim de indenização, discutida em plenário e com possibilidade de se enquadrar na composição final do projeto Saraiva “em colocar preços nos escravos com mais de sessenta anos de acordo com as condições de trabalho dos cativos”.

Apesar dos protestos, os conservadores, em geral, votaram a favor do projeto Saraiva. Os abolicionistas, com Nabuco à frente na Câmara e Dantas como seu defensor no Senado não conseguiram impedir que a reforma alterada passasse na Câmara no dia 13 de agosto de 1885. Após este feito Saraiva renunciou em 20 de agosto daquele mesmo ano:

Ele compreendeu que isso só fora possível graças ao apoio da minoria conservadora; também entendeu que não poderia governar com aliados tão suspeitos e não poderia esperar que o Senado, sob controle da maioria conservadora, passasse a reforma enquanto ele fosse primeiro-ministro. Ele e os demais liberais compreenderam que sua capacidade tanto para

governar quanto para conter o abolicionismo era nula; estavam divididos demais como partido para qualquer das alternativas. De fato, após a aceitação da renúncia pelo imperador, ele buscou encontrar um líder liberal disposto a governar. Absolutamente ninguém pensou que ele pudesse ter sucesso onde Saraiva receava uma derrota. Por fim, o monarca foi abrigado a voltar-se para os conservadores (NEEDELL, 2013, p. 297).

O Barão de Cotegipe, senador pela Bahia, escolhido para substituir Saraiva, anunciou publicamente apoio a reforma abolicionista conservadora no final de 1884 (NEEDELL, 2013, p. 297). Além de ter grande influência na maçonaria, assim como seu antecessor era um estimado latifundiário. Essa situação política de prestígio contribuiu para convencer o Senado a aprovar o projeto sem mais emendas. “Quando os liberais recusaram-se a governar, o imperador viu-se forçado a procurar Cotegipe (20 de agosto de 1885). O barão prometeu passar a reformar Saraiva no Senado, e o fez (28 de setembro de 1885)” (NEEDELL, 2013, p. 297). O projeto foi novamente aprovado e a Lei ficou conhecida como a Lei do Sexagenário, mas também Lei Saraiva-Cotegipe, pois foi aprovada com os esforços dos dois políticos baianos.

Embora Cotegipe não recebesse tantas críticas quanto Saraiva, o lápis nevrálgico do caricaturista registrou a lentidão com que ambos os políticos conduziram a aprovação do projeto. Agostini representa Cotegipe e Saraiva sentados sobre um burro (Fig. 10), “símbolo do atraso” (PEREIRA, 2010, p. 53)⁶³. Na literatura o burro tem a fama de um animal com comportamento difícil e ignorante. Nas atividades da fazenda e viagens dos tropeiros não era tão ágil quanto o cavalo. Sua imagem vulgarmente é aliada a incapacidade para aprender algo. Desse modo, ao desenhá-lo o caricaturista representa não somente a lentidão dos políticos em relação à aprovação da Lei do Sexagenário, mas também o atraso com que os demais conservadores condiziam às questões ligadas a abolição do trabalho escravo e acabavam por obstar a marcha das práticas econômico-sociais progressistas.

Responsável pela aprovação da Lei na Câmara dos Deputados, Saraiva aparece agarrado à cintura de Cotegipe. Ao desenhar o político nessa situação o caricaturista demonstra a cumplicidade das ideias políticas entre Saraiva e Cotegipe, o responsável pela aprovação da Lei no Senado e condutor do burro.

63. Ver: CZYZEWSKI, Analice. O “poeta do lápis”: o jornal Diabo Coxo e a ação educativa da imprensa nos anos de 1864-1865. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). 2015, a qual também analisa as caricaturas de Agostini que representam o burro como símbolo do atraso material e social do Brasil.

Atrás do animal há uma escrava de saia com uma argola no pescoço e as mãos acorrentadas. Novamente Agostini desenha o cativo com a cabeça baixa. A cena representa claramente a visão do artista e de outros abolicionistas de que a Lei Saraiva-Cotegipe levaria ao fim da escravidão lentamente, assim como uma viagem de burro, portanto, não se saberia dizer em que século a abolição, naquele cavalgar lento, aconteceria:

No horizonte, Agostini representa a velocidade com que a campanha abolicionista avançava. Agostini utiliza a locomotiva para simbolizar os ideais abolicionistas. Nos vagões, estão embarcando escravos que se, dependessem dos esforços dos abolicionistas, conseguiriam a sua liberdade rápida como uma viagem de trem. A locomotiva é um símbolo de progresso, indicando que o Brasil progrediria assim que a escravidão acabasse em todas as províncias (PEREIRA, 2010, p. 53).

Nos vagões há os seguintes dizeres – elemento servil, trem abolicionista. Naquele contexto, a locomotiva, um símbolo de modernidade, representa esperança de desenvolvimento material para a sociedade. Na legenda Agostini assinala que:

Cada dia o trem do progresso vai tomando passageiros. De muitas localidades e, sobretudo da província de S. Paulo, os próprios lavradores não hesitam em embarcar. A iniciativa particular, vencendo sempre a oficial! Que figura ridícula fazem, hoje, estes dois estadistas, com a sua famosa lei de 20 de setembro de 1885, que prolonga o prazo da escravidão até o fim do século, quando em menos e três anos ela ficará sendo extinta! (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 12, n. 462, 1887, p. 4).

Na legenda Agostini reafirma a proporção tomada pelo movimento abolicionista ao ponto de até mesmo os próprios escravocratas estarem simpatizados com a causa, embarcando junto com os abolicionistas e escravos no trem com destino a modernidade, isto é, ao progresso material. Desse modo, a lei de 28 de setembro de 1885 não refletia as transformações econômicas, sociais e políticas da época. A lentidão na condução de propostas abolicionistas era uma das características da política conservadora que atendia, prioritariamente, aos interesses dos grandes proprietários de terra e dominava o cenário geral brasileiro.

Na ilustração Agostini traça o contraste entre o moderno e o atraso na intenção de fazer o público leitor a entender o problema da escravidão como fruto da política conservadora que, além de ser lenta, acirrava o embate entre visões diferentes por beneficiar apenas os fazendeiros. Com humor, o caricaturista retratou o panorama social da época. Sua obstinação em culpar os responsáveis pelo atraso material do Brasil bem como enaltecer os “protagonistas” que contribuíram com a causa da abolição, revelam o desígnio de seu lápis por questões sociais e econômicas. Frente aos acontecimentos e para além das imagens, se firmava a posição política do artista.

Agostini (Fig. 11), numa espécie de história em quadrinhos, narra as cenas da escravidão destacando as formas de maltrato contra os cativos e a crueldade dos proprietários de terra em relação aos seus escravos. Com ironia, o caricaturista ridiculariza o partido da ordem sob o reinado de D. Pedro II, deixando claro que na condução do país não havia ordem, nem sequer o mínimo de consideração por aqueles que representavam o sustentáculo da econômica brasileira.

No primeiro quadro o caricaturista desenha um escravo com as mãos amarradas para trás e a boca amordaçada sendo colocado à força por policiais em uma carruagem. Na ilustração, um dos policiais traja roupa oficial, enquanto os outros vestem roupa comum. Dois deles seguram um porrete e possivelmente estão prestes a golpear o cativo que luta para se livrar da agressão. “Ângelo Agostini constrói esse quadro para indicar que tais atitudes são tomadas, não só por policiais, cumprindo determinações oficiais, mas também por determinações extra-oficiais” (PEREIRA, 2010, p. 74), o que sugere uma espécie de “milícia” civil. O cocheiro, na condução da carruagem, assiste à cena de forma passiva. Seu rosto não é retratado pelo artista, sugerindo que ele representa populares que, do mesmo modo, assistiam à cena sem se pronunciarem contra ou a favor.

Tanto o primeiro quadro quanto o segundo se referem a um traslado de cativo de uma cadeia para a propriedade de seu senhor. Entretanto, no segundo quadro, há dois cativos com as mãos amarradas para trás sentados no chão dentro de uma carruagem em movimento. Agostini desenha dois policiais de pé, um deles repreende o cativo sentado à direita com uma espécie

de cabo. O propósito do caricaturista, com esses dois primeiros quadros, é retratar os maus tratos dos escravos da prisão até o seu destino.

O terceiro quadro segue a linha de maus tratos idealizada pelo caricaturista. Nele, Agostini desenha Honório, um cativo levado no trem pelo senhor. Ele está deitado de barriga para baixo com a boca amordaçada, os pés, a cintura e a cabeça amarrados ao banco de um vagão. Nesse quadro completa-se a ideia de que não importava a forma de traslado, os cativos sofreriam com os maus tratos do mesmo modo. A locomotiva, símbolo de modernidade para Agostini, mais uma vez apresenta o contraste entre o moderno e o atraso. Nesse aspecto, a forma com que os negros eram tratados representa o atraso provocado pelos tempos de escravidão e a locomotiva representa o avanço da sociedade mesmo com o sistema escravista operante.

O quarto quadro é uma extensão do terceiro. Agostini ilustra a chegada do escravo Honório ao seu senhor. De acordo com a legenda o cativo passou dois dias sem beber e nem comer. Na estação de trem a Confederação Abolicionista o aguardava com sua carta de alforria que possivelmente foi comprada enquanto o cativo estava em trajeto. Um dos meios da Confederação para barrar a escravidão era a compra de alforrias, prática que se tornou cada vez mais comum com o progresso da causa abolicionista.

No outro quadro Honório segura um chapéu na mão direita, parado no centro do grupo dos abolicionistas. Ao fundo o trem está partindo, as pessoas dentro dos vagões acenam para os que estão na estação. O quadro representa a luta ferrenha da Confederação Abolicionista para conter a escravidão:

Antes de chegar à presença de seu senhor, Honório recebeu a sua carta de liberdade. Enquanto o pobre escravizado viajava no trem, passando dois dias sem comer e nem beber, a Confederação Abolicionista da Corte telegrafou ao benemérito e humanitário Dr. Ant^o Bento para este dar providências a fim de libertar o infeliz que já não esperava senão a morte (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 11, n. 427, 1886, p. 4).

O quinto quadro é a ilustração de um cativo tentando fugir do traslado até o seu proprietário. O medo do que poderia encontrar ao chegar à fazenda era grande a ponto de muitos cativos burlarem a vigilância. No desenho, o escravo em fuga cai e acaba morrendo entre as rodas do trem, como indica a legenda: “Um outro escravo, que ia reconduzido a seu senhor, conseguiu frustrar a vigilância de seus guardas e precipitou-se entre as rodas do trem, morrendo despedaçado” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 11, n. 427, 1886, p. 4). A ação derradeira do escravo sintetiza o fato de que era preferível a morte a ser escravo.

No sexto quadro o autor critica a falta de prudência dos responsáveis pelo traslado, pois não se importavam com as condições de chegada dos escravos ao seu destino. As mãos e os pés dos cativos eram amarrados tirando-o qualquer apoio durante o trajeto: “Outro, bateu com a cabeça de encontro a uma janela do vagão para cortar o pescoço com os estilhaços de vidro, o que conseguiu no meio de horríveis dores” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 11, n. 427, 1886, p. 4).

O sétimo quadro está dividido ao meio e ilustra duas das atitudes de suicídio tomadas pelos escravos para se livrar dos maus tratos de seus senhores. No primeiro quadro Agostini desenha um cativo se enforcando em uma árvore e, no segundo, outro cativo estaria tão desesperado que se joga no rio mesmo sem saber nadar: “São inúmeros os casos de suicídio, uns enforcam-se, outros atiram-se ao mar, outros afogam-se em rios” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 11, n. 427, 1886, p. 4). A ilustração demonstra que a morte

seria uma forma de liberdade para o cativo, pois a partir daquele momento estariam livres das condições de plena exploração.

No oitavo quadro o caricaturista retrata outro tipo de morte, causada pelo açoite. Um escravo com apenas as partes íntimas cobertas com trapos encontra-se amarrado a um tronco de madeira. Ele é chicoteado por dois homens que foram designados para realizar o serviço, possivelmente capitães do mato. Próximo à cena está o senhor sentado numa cadeira fumando charuto. A forma com que Agostini representa o fazendeiro indica o seu prazer ao ver o cativo naquela situação. Os agressores tanto o açoitam que uma cascata de sangue jorra de suas costas. A violência acontece com crueldade, pois ao chicote foi adicionado vinagre e areia: “Todos esses desgraçados preferem o mais horrível suicídio à morte lenta e dolorosa por meio do chicote molhado em vinagre e areia, despedaçando-lhe as carnes” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 11, n. 427, 1886, p. 4).

O nono quadro ilustra a criatividade dos senhores na elaboração dos castigos de morte dos escravos. O desenho mostra um cativo amarrado pelo pescoço, cintura e pés a um pedaço de madeira colocado por outros escravos a mando do senhor em um forno ardente. Os olhos do cativo estão arregalados e as mãos soltas como se estivesse pedindo perdão, seu desespero é visível: “Contam-se horrores sobre as atrocidades dos bárbaros senhores. Escravos têm sido metidos vivos em fornos incandescentes” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 11, n. 427, 1886, p. 4). O senhor foi desenhado com os braços para trás, à direita, bem próximo à cena.

Na ilustração, mais uma vez, Agostini registra o desprezo dos senhores em relação aos seus escravos, a forma com que os braços foram desenhados indica uma condição de conformismo e concordância com tudo o que está acontecendo. A pessoa atrás do fazendeiro, “provavelmente um homem, em penumbra, com seu rosto ilegível”, representa as pessoas que conheciam as atrocidades cometidas pelos senhores, mas não se pronunciavam (PEREIRA, 2010, p. 78).

No décimo quadro um escravo é lançado em uma caldeira com água fervendo: “Outros, precipitados em caldeiras de água fervendo, nos engenhos de açúcar” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 11, n. 427, 1886, p. 4). Os pés do cativo, amarrados por uma corda, são segurados por um homem; suas mãos,

atrás das costas, também amarradas, sugerem a impossibilidade de qualquer tentativa de libertação bem sucedida. Nessa cena o senhor participa da tortura, em suas mãos segura uma corda amarrada ao pescoço do cativo. Agostini evidencia que os fazendeiros também participavam das atrocidades como uma forma de satisfazer a mórbido prazer.

O décimo primeiro quadro relata outra forma de tortura com o propósito de levar o cativo à morte. Dois homens enterram um escravo vivo: “Outros enterrados vivos” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 11, n.427, 1886, p.4). Não se tem como saber, ao certo, a situação do cativo devido à qualidade da figura e a dobradura da revista, mas possivelmente encontra-se amarrado ao fundo da cova.

O décimo segundo quadro segue a mesma linha de raciocínio – tortura e morte – mostra uma escrava recebendo pontapés na barriga por estar grávida: “Não há muito tempos os jornais traziam o horrível fato de um fazendeiro, furioso de ver uma sua escrava não poder mais trabalhar por ter chegado a hora de dar a luz, matá-la a ponta pés na barriga” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 11, n.427, 1886, p. 4). O senhor empunha um chicote que não está sendo usado, como consta na legenda, mas sugere seu poder sobre o cativo. A agressão acontece em uma lavoura, atrás da cena de tortura estão três cativos que aparentemente estão colhendo café. Os escravos, passivos diante da cena, indicam que a violência era uma prática tão comum a ponto de terem se acostumado com aquela forma de vida. “Os seios à mostra significam o desejo sexual do senhor pela escrava” (PEREIRA, 2010, p. 79).

No último quadro concentram-se todas as críticas dos quadros anteriores: “Apesar de todos esses horrores, não se vê um só senhor nas prisões do Estado! Em compensação, elas estão cheias de infelizes que tiveram a ousadia de se revoltarem contra seus algozes” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 11, n. 427, 1886, p. 4). Agostini ilustra dois cativos presos, cada um em uma pequena cela. O escravo da esquerda encontra-se de pé e o da direita sentado, ambos estão encostados na parede. Parecem desolados e entristecidos por estarem naquela situação. No quadro, a percepção da escravidão e a falta de punição dos senhores são representadas como uma injustiça, sentimento difundido pelos abolicionistas e que envolveu um crescente número de pessoas comprometidas com a luta pela abolição.

Ao narrar uma sequência de violências cometidas pelos senhores aos escravos o caricaturista expõe toda a sua indignação contra o sistema econômico escravista, marcando o caráter educativo subsumido às caricaturas, pois que com os traços fortes de seus desenhos expunha a iniquidade da escravidão e buscava apoio contra ela na opinião de seus leitores. Da violência característica desse sistema originava a dominação dos senhores no interior das fazendas sobre os negros. A ilustração mostra a violência física que induziam muitos cativos à fuga e na busca de refúgio nos quilombos.

A análise das caricaturas permite observar que Agostini teve uma maneira muito própria de expor as suas ideias a respeito da abolição. De modo geral os escravos eram desenhados cabisbaixos enquanto os senhores eram retratados com ar de indiferença em relação aos cativos. O chicote, símbolo de poder do senhor sobre os escravos era uma imagem corriqueira nos desenhos.

A prática da violência adotada pelos senhores e o refinamento das formas de castigo tinham um objetivo claro, ou seja, afirmar a preponderância do senhor sobre aquelas vidas e demonstrar aos que não se sujeitassem a um mundo de trabalho duro e estafante seriam levados à aplicação de penas bárbaras. Os quadros de Agostini marcam a violência na relação senhor-escravo. Marx, no livro primeiro d'*O Capital*, capítulo 14, analisa como se produziu o modo de produção capitalista. Entre aspectos históricos que conformaram a nova sociedade nascida da destruição do mundo feudal Marx afirma a violência como uma necessidade da classe em ascensão e revela a dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas na forma de qualquer estágio da sociedade capitalista. Marx entendeu que a violência assume um papel preponderante nas mudanças do modo de produção, ou seja, na transição de uma sociedade para outra: “É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravidão, pela rapina e pelo assassinato, em suma pela violência (MARX, 1987, p. 829).

No Brasil a violência era a única forma de impor o poder do proprietário e, ao mesmo tempo, sua dominação sobre os cativos como meio de alimentar o sistema escravista e os interesses econômicos. Mas, embora fosse concebida de forma natural por uma parcela dos homens da época, paulatinamente deixou de ser vista como designo divino. As bases de produção da sociedade estavam se modificando e o pensamento de cunho liberal e

progressista se consolidava à medida que as transformações sociais e econômicas aconteciam, afluindo a ideia de que toda a violência era resultado da exploração do homem pelo homem e contrária à nova fase do capitalismo.

Nos poucos registros feitos por Agostini sobre a participação dos negros no processo de abolição (Fig. 12) ela é considerada uma consequência e obra dos abolicionistas. Essa ideia é reforçada pela primeira caricatura desta seção (Fig. 3). O caricaturista não considerou a participação dos escravos em todo processo de abolição por não haver nenhum negro na festa da “Pátria Livre”. No entanto, na prática, as rebeliões, assassinatos de fazendeiros, fugas individuais e coletivas contribuíram para criar um ambiente mais favorável à abolição do trabalho escravo: “Enquanto no parlamento só se discursa e nada se resolve, os pretinhos raspam-se com toda ligeireza. Os lavradores mal podem segurá-los” (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 12, n. 466, 1887, p. 4).

As atitudes tomadas pelos escravos não foram tão somente um reflexo dos maus-tratos, mas alternativas ao seu alcance para conquistar a liberdade. A resistência escravista não pode ser encarada como um processo passivo. [...]. Não só de rebeldias eram feitas as ações de resistência escrava. Documentos relatam a procura pelo escravo do direito à liberdade por vias legais⁶⁴ (SILVA; SILVA, 2010, p. 336-337).

Embora o pensamento sociopolítico presente na *Revista Illustrada* exalte certa apatia e passividade dos escravos em relação aos maus tratos e, de modo geral, a todo o sistema escravista, sabe-se que “a sociedade se mobilizou, [...], muito longe do imobilismo que usualmente se lhe atribui” (ALONSO, 2014, p. 133).

64. Os autores ressaltam o caso de uma escrava que, por meio de vias legais, requereu sua liberdade no ano de 1879 ao Visconde Rio Branco: [...] Ante as Augustas plantas de V. Ex^a., vem a misera escrava Pretildes, implorar de V. Ex^a. com as mãos postas o benefício de sua liberdade. [...] Exmo Senhor, a suplicante nascida na Província da Bahia, e em um país livre como é o Brasil por que tem a felicidade de ter magistrados como V. Ex^a. não pode deixar de recorrer à aquele que deu liberdade a seus filhos, e cujo braço poderoso é a esperança da Pátria, e também da implorante que da sua Alta Compaixão espera o benefício que impetra na condição de escrava do Exmo Senhor Chefe de Esquadra, Victor José Barbosa da Lomba [...] (apud SILVA e SILVA, 2010, p. 337).

Figura 12: Atualidades!

Fonte: *Revista Illustrada*, ano 12, n. 466, 1887, p.4.

A imagem se refere à fuga em massa dos escravos nas grandes fazendas. Ao todo são sete escravos e uma escrava que segura em seus braços uma criança protegida pela Lei do Ventre Livre. De acordo com Pereira (2010, p.89), o caricaturista desenhou os cativos tomando diferentes direções, pois alguns iam para quilombos, outros para as matas, e alguns seguiam para cidades que já tinham abolido a escravidão, como Santos e cidades da província do Ceará e do Amazonas.

O senhor, com feição furiosa, tenta impedir a fuga segurando pelo menos um dos cativos. Mas a tentativa é em vão, os “pretinhos” estão dispersos. Na ilustração há representado possivelmente a figura do mentor da fuga, designado pelo cativo com o chapéu diferente dos demais e caçoando do fazendeiro ao fazer careta.

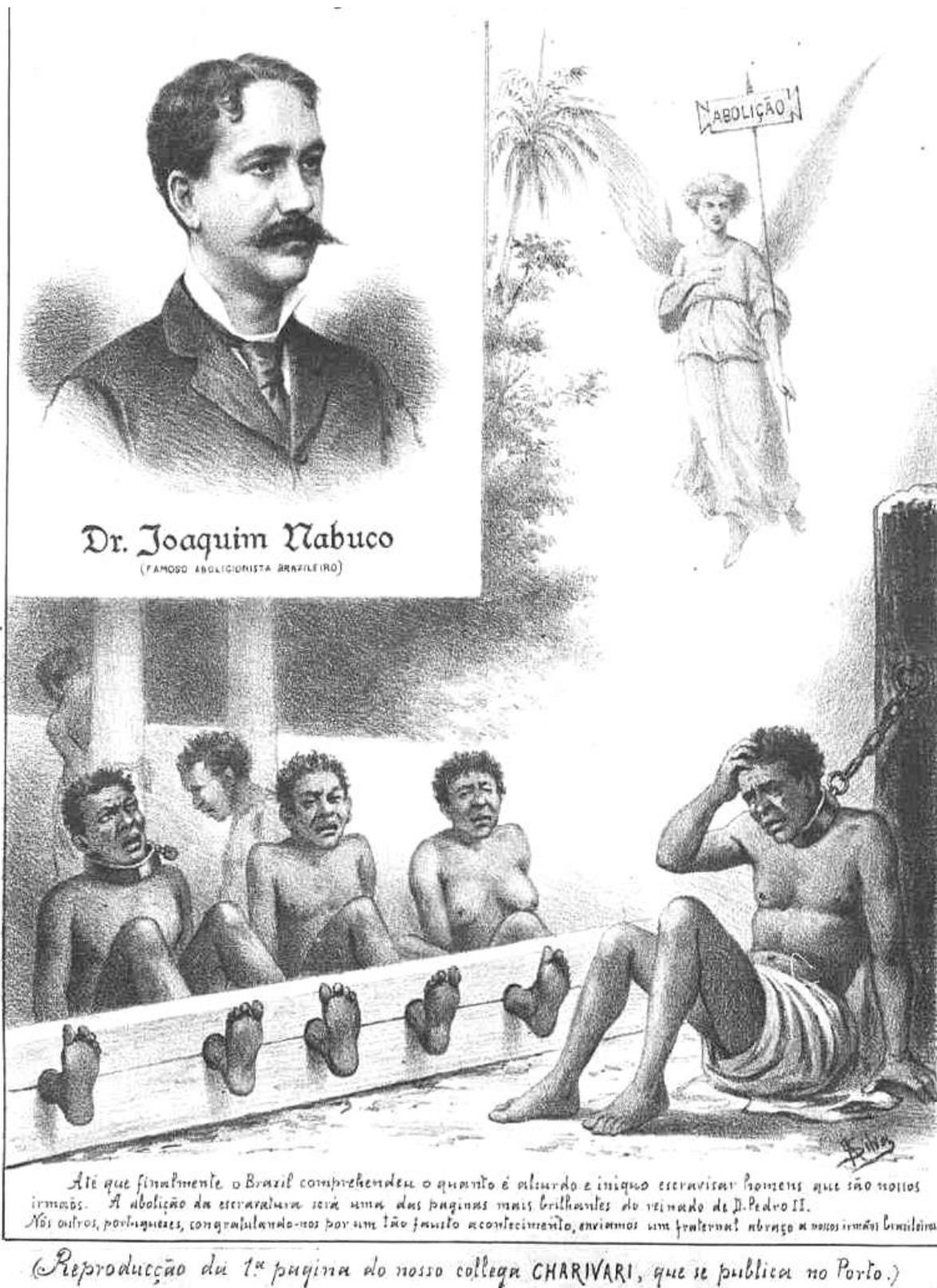
O movimento abolicionista brasileiro encontrou ressonância na imprensa estrangeira. Agostini (Fig. 13) reproduz uma caricatura do humorístico português *Charivari*, na qual compartilha a ideia defendida pelo jornal luso de que os escravos eram irmãos, por isso, tratá-los com desdém e irresponsabilidade representava uma injustiça:

Até que finalmente o Brasil compreendeu o quanto é absurdo e iníquo escravizar homens que são nossos irmãos. A abolição da escravatura será uma das páginas mais brilhantes do

reinado de D. Pedro II. Nós outros portugueses, congratulando-nos por um tão fausto acontecimento, enviamos um fraternal abraço a nossos irmãos brasileiros (*REVISTA ILLUSTRADA*, ano 13, n. 506, 1888, p. 8).

Joaquim Nabuco encimava o lado superior esquerdo da página – “famoso abolicionista brasileiro”. No lado superior direito, o caricaturista ilustra o anjo da abolição representando que a grandeza do feito era tão gloriosa como se fosse uma benção divina. Abaixo estão dois escravos e uma escrava sentados e presos pelos pés, atrás deles encontra-se um dos cativos de pé, preso pelas mãos a um tronco enquanto o outro se encontra sentado, provavelmente preso a outro tronco, no entanto, não é possível ver as amarras devido aos escravos sentados à frente. Outro cativo está acorrentado pelo pescoço, preso a um tronco, leva a mão à cabeça expressando sua fisionomia amargura. Os cativos estão com feição triste e aparentam não ter qualquer consciência dos rumos que o movimento abolicionista havia tomado, porém o anjo da abolição se aproxima indicando que os tempos de sofrimento se findaram com a lei de 13 de maio de 1888.

Figura 13: A abolição da escravidão no Brasil



Fonte: Revista Ilustrada, ano 13, n. 506, 1888, p. 8.

De fato, mesmo após a Lei Áurea a escravidão na sua forma mais bárbara e retrógrada continuou a persistir por alguns anos, contrariando leis e autoridades que protegiam os escravos. Na visão de Agostini os verdadeiros protagonistas da libertação dos escravos foram os abolicionistas e políticos (Fig. 14), por isso, embora na prática a lei não fosse aplicada imediatamente com eficácia devido à herança cultural deixada pelo legado da escravidão, o impacto da ideia de liberdade representou significativa vitória aos negros, pois ampliou o movimento de mobilização para tentar reverter, na realidade, a permanência do trabalho escravo depois de ser decretado oficialmente o seu fim:

Figura 14: 13 de maio de 1888. Brasil



Fonte: Revista Illustrada, ano 13, n. 498, 1888, p. 1.

Nesta imagem, do lado direito, Agostini retrata o Senador Dantas (líder do Senado), Senador João Alfredo (presidente do Conselho), princesa Isabel (a Redentora), Senador Cruz Machado (presidente do Senado), Deputado Federal Ferreira Viana (ministro da Justiça), Deputado Costa Pereira (ministro do Império) e José do Patrocínio (representante da imprensa abolicionista). À esquerda está Joaquim Nabuco (líder na Câmara), desembargador Lucena (presidente da Câmara), senador Vieira da Silva (ministro da Marinha), deputado Rodrigo Silva (ministro da Agricultura), senador Thomaz Coelho (ministro da Guerra) e João Clapp (presidente da Confederação Abolicionista). Na visão do caricaturista, além de serem os verdadeiros responsáveis pelo feito da abolição eram os herdeiros de um pensamento de cunho mais republicano e liberal que estava em conformidade com as novas exigências materiais da época.

A seleção das imagens voltou-se para o movimento abolicionista geral brasileiro, sem se deter a uma província em específico. Entretanto, a pesquisa verificou que Agostini produziu caricaturas exaltando a abolição do trabalho escravo no Ceará – a primeira província do Brasil a abolir a escravidão da raça negra em 25 de março de 1884 –, criticou o falta de atuação dos padres na causa, a escravidão indígena e defendeu a liberdade de culto.

A *Revista Illustrada*, mais do que um meio de informações revelou-se como um veículo educativo ao ter o objetivo de formar um público ciente da necessidade de encontrar saídas para o problema da escravidão e contribuiu, em virtude das transformações no modo de produção capitalista, com o debate sobre colocar o Brasil nos trilhos do progresso, do desenvolvimento material e da civilização exigidos à época.

CONCLUSÃO

Esta dissertação analisou as caricaturas sobre a escravidão brasileira publicadas na *Revista Illustrada*, órgão de imprensa fundado no Rio de Janeiro no ano de 1876 por Ângelo Agostini. O propósito do estudo foi compreender a ação político-educativa da *Revista*, cujas caricaturas estiveram relacionadas ao processo de abolição da escravatura no século XIX no Brasil. A luta pela abolição do trabalho escravo e a aplicação do trabalho livre caracterizou-se numa atuação preferencial dessa revista visando influir no processo de formação da opinião pública contra a escravidão.

As caricaturas de Agostini, retrato real da escravidão, constituíram-se em arma contra a tirania dos senhores, permitindo ao público leitor formar uma consciência política que colocava o sistema de trabalho escravo contrário as condições necessárias à modernização do Brasil.

A análise dessas caricaturas procurou determinar a influencia que tiveram na percepção dos fatos análogos ao processo de abolição e os estratagemas artísticos utilizados pelo autor em construir imagens que retratassem a escravidão tal como era praticada, ressaltando a violência e crueldade dos senhores e a indiferença por parte da sociedade acostumada a vivenciar as cenas cruéis como naturais.

As caricaturas de Agostini levam a compreender a luta pela abolição do trabalho escravo como uma necessidade da época e das novas demandas capitalistas em busca da ampliação de mercados consumidores para seus manufaturados. Nesse quadro, as caricaturas analisadas revelaram que os excessos na relação do senhor para com os escravos e a violência mórbida com qual eram tratados, pintados pelo autor com as cores fortes da realidade, eram armas manejadas a favor da libertação, mas visavam também medidas modernizadoras e abrangentes em termos sociais.

O caráter político-educativo, intrínseco ao propósito de luta expresso na *Revista Illustrada*, imprimiu às caricaturas uma linguagem adequada ao processo de instruir a opinião pública e de ensinar aos indivíduos os conteúdos inovadores da sociedade que se transforma, incentivando-os a incorporar os novos elementos que regram as condutas, mas que também constroem um

novo modo de pensar. Refletir a escravidão como um embaraço ao progresso social, defender a libertação dos escravos e o trabalho livre são sintomáticos a esta necessidade, cabendo aos “esclarecidos” popularizar a nova verdade.

A crítica político-social realizada na *Revista Ilustrada* apontou o sentido de modernidade requerido pela consolidação do trabalho livre como o eixo produtor da riqueza, verbalizando no âmbito da crítica o envelhecimento da sociedade escravagista e das práticas produtivas assentadas apenas na agricultura, bem como do regime monárquico.

A circulação de jornais abolicionistas na década de 1880, voltados ao convencimento dos leitores a aderirem à causa da abolição conciliavam sentimento humanitário e interesse econômico. Frente a um panorama social premente por mudanças, progresso e atraso mesclavam-se, tornando lento o movimento de assimilação de novas práticas produtivas e sociais.

As caricaturas de Agostini expressam a inquietação e incompatibilidade das ideias do caricaturista com aquele arranjo social. Há nelas uma sintomática militância, oriunda de um entendimento que considerava os processos sociais continuamente mobilizados pelo fazer humano, portanto sempre em transformação.

A ambiência política e os debates sobre a escravidão no processo de modernização do Brasil apresentavam contradições e dissonâncias onde despontavam os interesses de conservadores e liberais, diferenciados na forma de pensar o Brasil, muito embora, em outros momentos, se assemelhassem no cotidiano da prática política. A imprensa foi primordial na elaboração e divulgação dos discursos representativos de cada um dos lados e na arregimentação da opinião pública. Nesse ponto destaca-se a relevância dos jornais abolicionistas na composição e influencia desses debates visto que familiarizavam o público leitor com assuntos políticos expandindo a luta pela abolição. A escravidão passou a ser vista como a causa do atraso material do Brasil e o sustentáculo do sistema monárquico, por isso, sua extinção significava proporcionar desenvolvimento mais consequente do comércio e, posteriormente da indústria.

O objetivo maior era de que o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre ocorresse sem maiores prejuízos à economia brasileira. O aproveitamento de mão de obra asiática, europeia e do trabalhador nacional

tornaram-se ideias amplamente discutidas. A abolição abrupta, devido ao fato de grande parte da economia pautar-se no trabalho escravo e a falta de relações de trabalho livre estruturadas, não era vista como o meio mais promissor e a não sujeição dos imigrantes europeus à jornada demasiada de trabalhos na lavoura, o trabalhador nacional se destacou como possível elemento de trabalho. A educação, desse trabalhador tornou-se a principal questão discutida da época. Disciplinar os recém-libertos e ingênuos degradados pelos vícios do cativo e prepará-los para uma vida de liberdade e cidadania representou a solução para efetivar essa transição. Entretanto, apesar dos projetos e propostas educativas e das leis abolicionistas verifica-se que, de modo geral, os poderes públicos deixaram os negros relegados à própria sorte, sem proteção.

A posição de Agostini na causa da abolição expressava seu pensamento sociopolítico. A *Revista Ilustrada* fez-se um longo e influente impresso dedicado a uma campanha destemida a favor da abolição do trabalho escravo. Agostini soube explorar com propriedade o contexto político e social que se constituiu na base de criação de seus desenhos. Suas críticas audaciosas tinham fundamento e encontravam respaldo nas determinações gerais do capital. Em seu trabalho era latente o desejo de transformação da sociedade. Com clareza o artista demonstrava a decadência de um sistema de trabalho que, aos poucos, ia se desfazendo à medida que as ideias abolicionistas se consolidavam revelando-se ser a locomotiva de todo o processo.

O caricaturista didaticamente explicava as ilustrações - por meio do título e da legenda - para depois julgá-las, demonstrando assim seu entendimento sobre questões socioeconômicas. De forma consciente, o caricaturista examinava a realidade e propunha aos seus leitores o mesmo exercício, o questionamento, a crítica para se chegar à transformação desejada.

Em síntese, as imagens mostravam as mudanças sociais e econômicas pelas quais o Brasil passava. Educavam o olhar do leitor para as novas demandas da sociedade, ao mesmo tempo em que buscava despertar o senso crítico aguçando o questionamento e a reflexão sobre a economia e política. A *Revista*, como formadora de opinião influenciou e modificou opiniões sobre a questão servil, tornando-se um veículo educativo importante, justamente por

usar caricaturas para formar uma atmosfera de aprendizado que contribuiu na educação de letrados e analfabetos, marcando a sua época pela independência de pensamento e ação ideológica.

Os meios adotados pela época para educar os indivíduos sobre a ineficácia da escravidão frente ao estágio de desenvolvimento material e tecnológico são questões que interessam a História da Educação e com ela contribuem. A educação constitui-se num fenômeno realizado nos mais diversos âmbitos sociais e, nesse aspecto, a análise do debate político e das caricaturas em torno do tema da escravidão permite compreender os processos de luta e de formação das ideias da sociedade do século XIX, as quais até os dias de hoje ainda perduram no movimento histórico-social.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

A COR DA CULTURA (projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira). **Heróis de todo mundo – Abdias do Nascimento**, 2004.
Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/>>. Acesso em: 08/07/2016.

ALONSO, Ângela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. In: **Seminário Temático Sociologia, História Política**. Programa de Graduação em Sociologia, USP, 2010, p. 1-22.

_____. O abolicionismo como movimento social. In: **Novos estudos – CEBRAP** [online]. 2014, n. 100, p. 115-127.

ALVES, João Victor Caetano. O modelo inglês: gabinete de deputados e maioria parlamentar. In: **A câmara na coroa: ascensão e queda do gabinete de 20 de novembro de 1827 (1827-1829)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, p. 29-88.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e Reforma Agrária**. São Paulo: Ática, 1987.

ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. **O Centro Liberal**. Brasília: Senado Federal, 1979.

ARTIGA, Larissa Silva; MARINHO, Lucas Lima; DIAS, Luciene de Oliveira. **Imprensa abolicionista brasileira e as teorias do jornalismo: influencia midiática**

nas informações políticas e sociais. In: **2º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia: Mídia, memória e verdade 50 anos depois do Golpe**. 2014, p.1-13.

BAHIA, Juarez. Fase inicial. In: _____. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. 4ª ed., São Paulo: Ática, Vol. 2, 1990, p. 9-93.

BALABAN, Marcelo. **Poeta do lápis**: a trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888. 2005. 344 f. (Tese de Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.inicamp.br/document/?code=vtls000375076&fd=y>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

BARATA, Márcos. A obra de Ângelo Agostini e a litografia como arte na luta pela abolição da escravatura. In: **Ciência e Trópico**, v. 16. Recife, 1988, p. 19-28.

BARREIROS, Rubiana de Souza. **Revista Ilustrada**: Romances e Leitura no Brasil dos fins do século XIX. 2006. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/abralic/>>. Acesso em: 02/01/2016

_____. **A presença de romances na Revista Ilustrada**. Campinas: SP. Dissertação. (Mestrado em Teoria e História Literária – UNICAMP), 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000443039>>. Acesso em: 08 jan. 2016

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **A Província**: Estudo sobre a descentralização no Brasil. 2ª edição. 1937.

BASTOS JÚNIOR, Luiz Magno Pinto. **Para uma conceituação de opinião pública a partir das categorias Gramscianas de hegemonia e bloco histórico**. s/d. p. 1-22. Disponível em:

<<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/1182-1196-1-PB.pdf>>. Acesso em: 1/01/2017.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1986.

BONET, Carmelo Melitón. **Crítica Literária**. São Paulo: Mestre Jou, 1969.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Bernardino José de Campos**. Brasília, DF, [2016]. Disponível em:

<<http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/bernardino-jose-de-campos>>. Acesso em: 18/11/2016.

CALÓGERAS, Pandiá. Regências. Sucessão. Levantes. Maioridade de D. Pedro II. In: _____. **Formação Histórica do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, (Edições do Senado Federal; v.118), 2009, p. 134-176.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Fundamentos históricos do “problema negro” no continente americano. In: **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 95-110.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. Educação e positivismo: algumas reflexões. In: LOMBARDI, José Claunei (Org.). **Temas de pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador: Unc, 2003, p. 209-217.

CARVALHO, José Murilo de. Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia. In: _____. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2ª ed. Rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 181-208.

CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, (1.: 1878: Recife) **Anais**. Introdução de Gabriel Perruci. Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978. (Edição Fac-similar comemorativa do primeiro centenário 1878-1978) **USP/FFLCH**.

CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO (1.:1878: Rio de Janeiro) **Anais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. **FCRB**

CORRÊA, Arsênio Eduardo. O pensamento político de Campos Sales. In: **Revista Estudos Filosóficos**. DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG, n. 3, 2009, p. 142-153.

COSENTINO, Daniel do Val. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre e as raízes das desigualdades sociais no Brasil. **Anais do II Congresso Latino Americano de História Econômica**, 2010, p. 1-37. Disponível em: <http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/448_abstract.pdf> Acesso em: 07/07/2016.

COSTA, Carlos. **A revista no Brasil do século XIX**: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro. São Paulo: Alameda, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Editora Global, 1982.

_____. **Da Senzala à Colônia**. 3ª ed., São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. Liberalismo: teoria e prática. In: _____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 131-168.

COUTY, Louis. **A escravidão no Brasil**. Trad.: Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: Fundação de Rui Barbosa, 1988.

COUTY, Louis. **O Brasil em 1884: esboços sociológicos**. Trad: Ligia Vasalo. Rio de Janeiro: Fundação Cada Rui Barbosa, 1984.

CUNHA, Bebiana; PARADA, Filomena. O ovo de Colombo nas práticas de orientação. In: **XII Congresso Internacional de Formação para o Trabalho Norte de Portugal/Galiza** - Guimarães, 8 a 9 de Julho de 2010, p. 141-145.

CZYZEWSKI, Analice. **O “poeta do lápis”**: o jornal diabo coxo e a ação educativa da imprensa nos anos de 1864-1865. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). 2015.

DAVATS, Thomas. O tratamento dos colonos na província brasileira de S. Paulo. In: _____. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. Tradução, prefácio e notas Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 85-157.

DINIZ, Lília. **O primeiro redator de jornais do Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/o-primeiro-redator-de-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 08/11/2016.

Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. Abigail de Andrade. Disponível em: < <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22147/abigail-de-andrade> >. Acesso em: 02/02/2017.

Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. Rafael Mendes de Carvalho. Disponível em: < <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa24118/rafael>>. Acesso em: 18/11/2016.

FERNANDES, Florestan. O negro na emergência da Sociedade de Classes. In: **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978. 3ª ed., p. 15-60.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, jul./dez., 2004, p. 179-200.

FERREIRA, Maria Clara Carismo, et al. Diários da liberdade: uma análise da imprensa abolicionista no final do século XIX. In: **VIII Encontro Nacional de História e Mídia**. 2011, p. 1-12.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura**: a imagem gráfica do humor. Artes e Ofícios Editora Ltda.: Porto Alegre, 1999.

FONSECA, Marcus Vinícius. A educação dos negros na legislação abolicionista: a Lei do Ventre Livre (1871). In: _____. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF; 2002, p. 9-45.

_____. Escolas para crianças negras: uma análise a partir do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro e do Congresso Agrícola do Recife, em 1878. **Anais do III Congresso de História da Educação**, 2004, p. 1-8.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo (USP). 1969.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. In: **Domínios da imagem**, Londrina, ano I, n. 2, maio, 2008, p. 7-26.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 70-212.

GOMBRICH, Ernst Hans. **Arte e Ilusão: Um Estudo da Psicologia da Representação Pictórica**; Editora Martins Fontes, São Paulo, 2007.

GONÇALVES, Domingos Maria. **A Instrução agrícola e o trabalho livre**. Rio de Janeiro: Typ. Central, de Evaristo Rodrigues da Costa, 1880.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O trabalho. In: **Proteção e obediência**. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). São Paulo: Campanhia das Letras, p. 45-72, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 2ª ed., 2001.

HERMES, Gilmar Adolfo. As ilustrações jornalísticas: definição e história. In: **ENCONTRO NORDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA**, 2., 2012. Teresina. **Anais...** : Teresina: EDUFPI, 2012, p. 1-15.

HOBBS, Thomas. **A Natureza Humana**. (Trad. João Aloisio Lopes), Lisboa: FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. **A Revolução Industrial**. In: A Era das Revoluções. Trad. de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 43-69.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4 ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 2010 (Novo acordo ortográfico).

JANOTTI, Maria de Lourdes M. Introdução. In: **João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador**. São Paulo: Ática, 1977, p. 9-20.

LEAL, Carlos Eduardo; SANDRONI, Cícero. Jornal do Comércio. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, Vol. 3, 2001.

LEÃO, Múcio. **Autores e Livros**, Suplemento Literário de *A Manhã*, Rio de Janeiro, 1943, vol. 10, n. 19. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=066559&pagfis=17&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: 08/03/2016.

_____. **Autores e Livros**, Suplemento Literário de *A Manhã*, Rio de Janeiro, novembro de 1949, vol. X, n.14. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=066559&pagfis=17&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em: 08/03/2016

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão (et al.). 3ª ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1994, p. 167-202.

LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Ed., 3 v., 1963a.

_____. **História da Caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Ed., 2 v., 1963b.

LITZ, Valesca Giordano. O uso da imagem no ensino de História. In: **Universidade Estadual do Paraná**, 2009, p. 1-16. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1402-8.pdf>>. Acesso em: 04/02/2017.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1999.

LOMBARDI, José Claudinei. Introdução. In: **Marxismo e História da Educação**: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente. Tese de Doutorado em Educação - UNICAMP. 1993, p. 1-35.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. Editora Leitura: Rio de Janeiro, 1968.

LUSTOSA, Isabel. Tirania e humor no país do homem cordial. **Revista de Ciências Sociais** (Fortaleza), Fortaleza/Ceará, v. 29, n.1/2, 1998, p. 73-83.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro. In: **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa. 2003, p. 1-8.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. São Paulo: HUCITEC, 5ª ed. 1989.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da econômica política - O Processo de Produção do Capital. Livro primeiro. Vol. II. Ed. 11ª. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil - DIFEL, 1987

MELO, Evaldo Cabral de. O norte, o sul e a proibição do tráfico interprovincial de escravos. In: _____. **O norte agrário e o Império**. Editora Nova Fronteira/Pró-memória. Instituto Nacional do Livro, 1984, p. 19-56.

MENEZES, Raimundo de. **Dicionário Literário Brasileiro**. - 2ª edição. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MERCADANTE, Paulo. A dinâmica conservadora. In: _____. **A consciência conservadora no Brasil**. Contribuições ao Estudo da Formação Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2ª ed., 1972, p. 217-235.

MILLET, Henrique A. **O quebra-quilos e a crise da lavoura**. 2. Ed. São Paulo: Global; Brasília: INL, 1987.

MOYA, Álvaro de. "Um ítalo-brasileiro pioneiro dos quadrinhos". In: **História da história em quadrinhos**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha. (Grandes nomes do pensamento brasileiro). 2000.

NASCIMENTO, Carla Silva do. **Revista Ilustrada**. s/d ,p. 1-6. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20ILUSTRADA.pdf>>. Acesso em: 29/04/2016.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Dois negros libertários**: Luiz Gama e Abdias do Nascimento. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1985.

NASCIMENTO, Milton Meira do. **Opinião Pública e Revolução: aspectos do discurso político na França revolucionária**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, EDUSP. 1989.

NEEDELL, Jeffrey D. O chamado às armas: o abolicionismo radical de Nabuco em 1885-1886. In: **Rev. Bras. Hist. [online]**. Vol33, n. 65, São Paulo, 2013, p. 291-312.

OLIVEIRA, Gilbderito Maringoni de. **Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)**. Tese de Doutorado em História Social. USP: São Paulo, 2006.

PAIVA, Eduardo França. **História e Imagens**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

PEREIRA, W. K.. **O traço e a pena**: a campanha abolicionista de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada (1884-1888). 142 f. Dissertação. (Mestrado em História Social), PUC-SP, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=193386>. Acesso em: 29/04/2016

PERIOTTO, Marcília R. **O “espiral do progresso” e a felicidade da nação: a instrução do povo para o advento do trabalho livre no Brasil de 1840 a**

1850. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, SP, 2001.

_____. O Correio Braziliense (1808-1822), o ensino mútuo e o desenvolvimento material do Brasil. In: **Revista HISTEDBR On-line**, n.45, mar/2012, p. 49-61.

PINTO JÚNIOR, Ábdon Dimas de Oliveira. A história do jornalismo no Brasil. In: **Da marsehesa ao tetra italiano: uma análise da cobertura jornalística da revista placar nas copas do mundo de 1998, 2002 e 2006.** Universidade Federal de Viçosa. Monografia (Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo), 2008, p. 7-12.

QUEIROZ, Adolpho; ROMANINI, Mauricio Guindani. Prudente de Moraes e os primórdios da propaganda política. In: **I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política.** Salvador, 2006, p. 1-15.

QUEIROZ, Suely R. Reis de. **Escravidão Negra no Brasil.** São Paulo: Ática, Série Princípios. 1987.

QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

REBOUÇAS, André Pinto. **Agricultura nacional. Estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora: Massangana, 1988.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. **Antônio Prado**. s/d, p. 1-11. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>>. Acesso em: 18/11/2016.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. **Revista Ilustrada (1876-1898), síntese de uma época**. Dissertação. (Mestrado em História). 369 f. IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1988.

RIZZINI, Carlos. Afinal, a Tipografia. In: _____. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S. A. Imesp, 1998, p. 309-340.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Contrato social**. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Os Pensadores).

RUBIM, Sandra Regina Franchi; OLIVEIRA, Teresinha. A imagem como fonte e objeto de pesquisa em História da Educação. In: **Seminário de Pesquisa do PPE**, 2010, Maringá. Anais...Maringá, 2010, p. 1-15.

SANT'ANNA, Benedita de Cassia Lima. **D'o Brasil Ilustrado (1855-1856) a Revista Ilustrada (1876-1898)**: Trajetória da imprensa periódica literária ilustrada fluminense. Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In. LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas (SP): Autores Associados, 2004, p. 1-12.

SCHELBAUER. Anaete Regina. **Idéias que não se realizam. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1997.

SCHULZ, Marcos. **A grande virada da Inquisição:** heresias, tribunais e judeus na Península Ibérica – séculos XV-XVII. 2013. Disponível em: <
[http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC13/MARCOSSCHULZ.p
df](http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC13/MARCOSSCHULZ.pdf)>. Acesso em: 18/11/2016.

SILVA, Noemi Santos da. Instrução, trabalho e liberdade: escravos, libertos e ingênuos nas escolas públicas do Paraná Provincial. In: **XVII Simpósio Nacional de História**, 2013, p. 1-18.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A idade d' Ouro do Brasil e as formas de sociabilidade baiana. In: NEVES, Lúcia Maria. B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (Org.). In: **História e Imprensa:** representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006a, p. 155-175.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. A crítica pelo riso: o olhar satírico de Ângelo Agostini para o encaminhamento legal da abolição da escravatura. In: **Justiça e História**, vol. 6, n.11, 2006b, p. 276-300.

_____. O fim do tráfico atlântico de escravos e a política de alforrias no Brasil. In: **VI Seminário do Trabalho: trabalho, economia e educação no século XXI.** Marília - SP, 2008, p. 1-27.

SILVA, Rosangela de Jesus. Angelo Agostini: crítica de arte, política e cultura no Brasil do Segundo Reinado. **Revista de História da Arte e Arqueologia**. v. 1, 2006c, p. 107-122.

_____. A Crítica de Arte de Ângelo Agostini e a Cultura Figurativa do Final do Segundo Reinado. 325 f. (Mestrado em História), UNICAMP. SP: Campinas, 2005. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000350282>>.

Acesso em: 29/04/2016

_____. Crítica de arte e caricatura: Reflexões sobre arte brasileira no Segundo Império. In: 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais, Salvador. **Anais do ... Encontro Nacional da ANPAP (Online)**, 2009, p. 2670-2681.

SILVA, Tiago Cesar da; SILVA, Vanessa Faria. O outro lado da abolição: o envolvimento dos maçons e dos negros no processo de emancipação do trabalho escravo. In: **Escritos IV**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, set. 2010, p. 319-339.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck. Império. In: _____. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense. 5ª ed. 1968, p. 222-277.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Comércio proibido de escravos**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A emancipação dos escravos**. Trad.: FanyGoldfard Figueira. Campinas: Papyrus, 1994.

TORRES, João Camilo de Oliveira. Introdução. In: _____. **Os construtores do Império** - Ideias e lutas do Partido Conservador Brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 1-12.

VERGUEIRO, Waldomiro. O humor gráfico no Brasil pela obra de três artistas: Ângelo Agostini, J. Carlos e Henfil. **Revista USP**, Brasil, n. 88, fev. 2011, p. 38-49.

VIANNA, Oliveira. O movimento abolicionista e a monarquia. In: _____. **O ocaso do Império**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959, p. 62-84.

XAVIER, Erica da Silva; CUNHA, Maria de Fátima da. Ensino e história: o uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico. In: **Anais do VIII Semanário de Pesquisa em Ciências Humanas**. Londrina, 2010, p. 639-654.

Fontes primárias

Cabrião: Semanário humorístico editado por Angelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manuel dos Reis; 1866-1867 / Introdução de Délio Freire dos Santos. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed. Unesp, Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Cidade do Rio, ano II, n. 35, 1888

Gazeta da Tarde, ano 5, n. 5, 1884

Jornal do Comércio, 08/abr/1943

Manifestação da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Da Gazeta Nacional, 1883

O abolicionista, 1º nov. de 1880

O libertador, n. 25, ano II, 1882

Revista Illustrada (1876-1888)

Leis

BRASIL. **Lei de 25 de Março de 1824.** Constituição política do império do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 18/08/2016.

BRASIL. **Lei nº 581, de 04 de setembro, de 1850.** Lei Eusébio de Queiroz. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm>. Acesso em: 24/06/2016.

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro, de 1871. Lei do Ventre Livre.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm>. Acesso em: 24/06/2016.

ANEXOS

Anexo A: Febre amarela

Anno 1 Rio de Janeiro, 4 de Março de 1876 N.º 10

REVISTA ILUSTRADA

CORTE		PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI	PROVINCIAS	
Anno	16 \$ 000	As correspondências e reclamações devem ser dirigidas a Rua da Assembleia 44-Officina Lithographica da Revista Illustrada	Anno	20 \$ 000
Semestre	9 \$ 000		Semestre	11 \$ 000
Trimestre	5 \$ 000		Avulso	\$ 500

Febre amarela.— Ex.^o Sr. ministro do Imperio, estou-lhe muito agradecido, ja fazo uma colheita de 80 a 100 por dia graças ao seu valioso auxilio.

Ministro do Imp.^o— Ex.^o Sr. Febre, é para mim bastante lisonjeiro este seu agradecimento, mais observe-lhe que não deve esquecer se dos meus allados a Ill.^{ma} Camara Municipal e a Junta de hygiene que muito me coadjuvão nessa ardua tarefa.

Fonte: Revista Illustrada, ano 1, n. 10, 1876, p. 1.

Anexo B: A sujeira no Rio de Janeiro

Anno 1 Rio de Janeiro, 3 de Fevereiro de 1876. Nº 6

REVISTA ILUSTRADA

CORTE		PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas à Rua da Assembleia, 44 Officina Lithographica da Revista Illustrada.	PROVINCIAS	
Anno	16 \$ 000		Anno	20 \$ 000
Semestre	9 \$ 000	Semestre	11 \$ 000	
Trimestre	5 \$ 000	Aviso	5 \$ 000	

D. Beltrano — O que é isso! Como é que sujarão-se tanto!
Reporters — E' que ... nos fomos à cata de noticias pelas ruas da Cidade ...

Fonte: *Revista Illustrada*, ano 1, n. 6, 1876, p. 1.

Anexo C: José Ribeiro Dantas Júnior

Anno 11 RIO DE JANEIRO, 1886 Nº 428

REVISTA ILUSTRADA

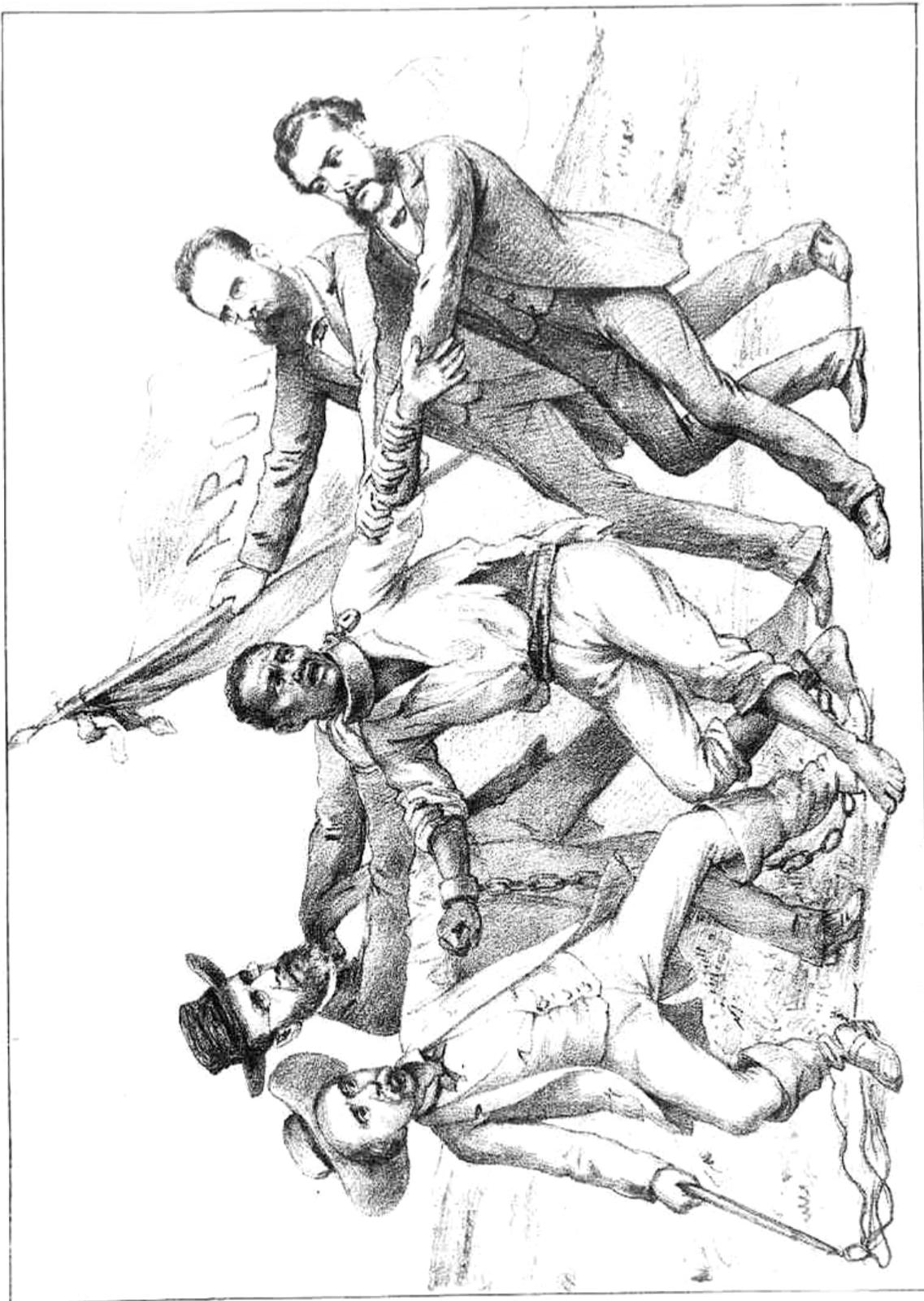
CORTE		PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI. A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas À RUA DE GONÇALVES DIAS, N.º 50, SOBRADO.	PROVINCIAS	
ANNO	16 \$000		ANNO	20 \$000
SEMESTRE	9 \$000		SEMESTRE	11 \$000
TRIMESTRE	5 \$000	AVULSO	1 \$000	



José Ribeiro Dantas Júnior

Anexo D: Aspecto atual da questão servil

Aspecto actual da questão servil.



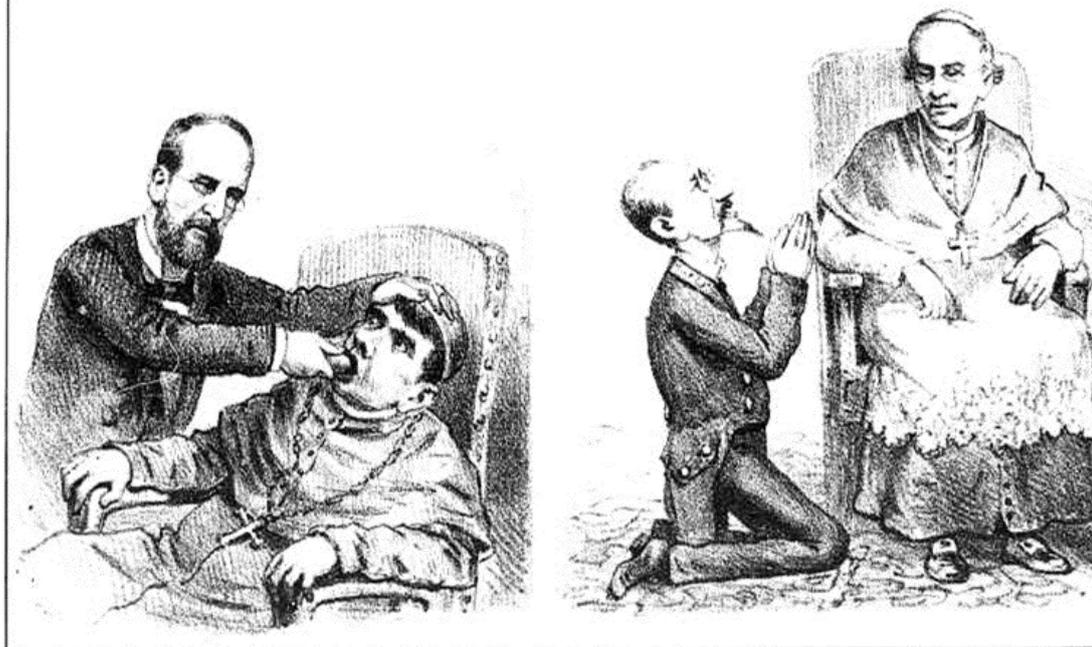
Já não há mais partidos políticos. Nem liberais, nem conservadores. Ou abolicionistas, ou negreiros!
 Os Drs. Paulino e Moreira de Barros procuram segurar o misero escravo; os Drs. Prado e Leoncio de Carralho, estor-
 cam-se para o arrancar das garras dos ferozes escravocratas! Em que ficamos?

Anexo E: Os bispos e a escravidão

Os bispos e a escravidão.



Afinal, os bispos do império não podem mais conter a sua indignação diante das torturas infligidas aos miseráveis escravizados!



*Só os bispos do Rio de Janeiro e Pará é que ainda não se pronunciaram, até hoje!
O do Rio está envolvido pelo sr. Paulino, que lhe proibiu, expressamente, declarar-se abolicionista.*

O do Pará cedeu às supplicas do sr. Mac-Dowell, que não quer massacres com o sr. Colégio.

Anexo F: Direito Pátrio

ANNO 15 RIO DE JANEIRO, 1888. Nº 496

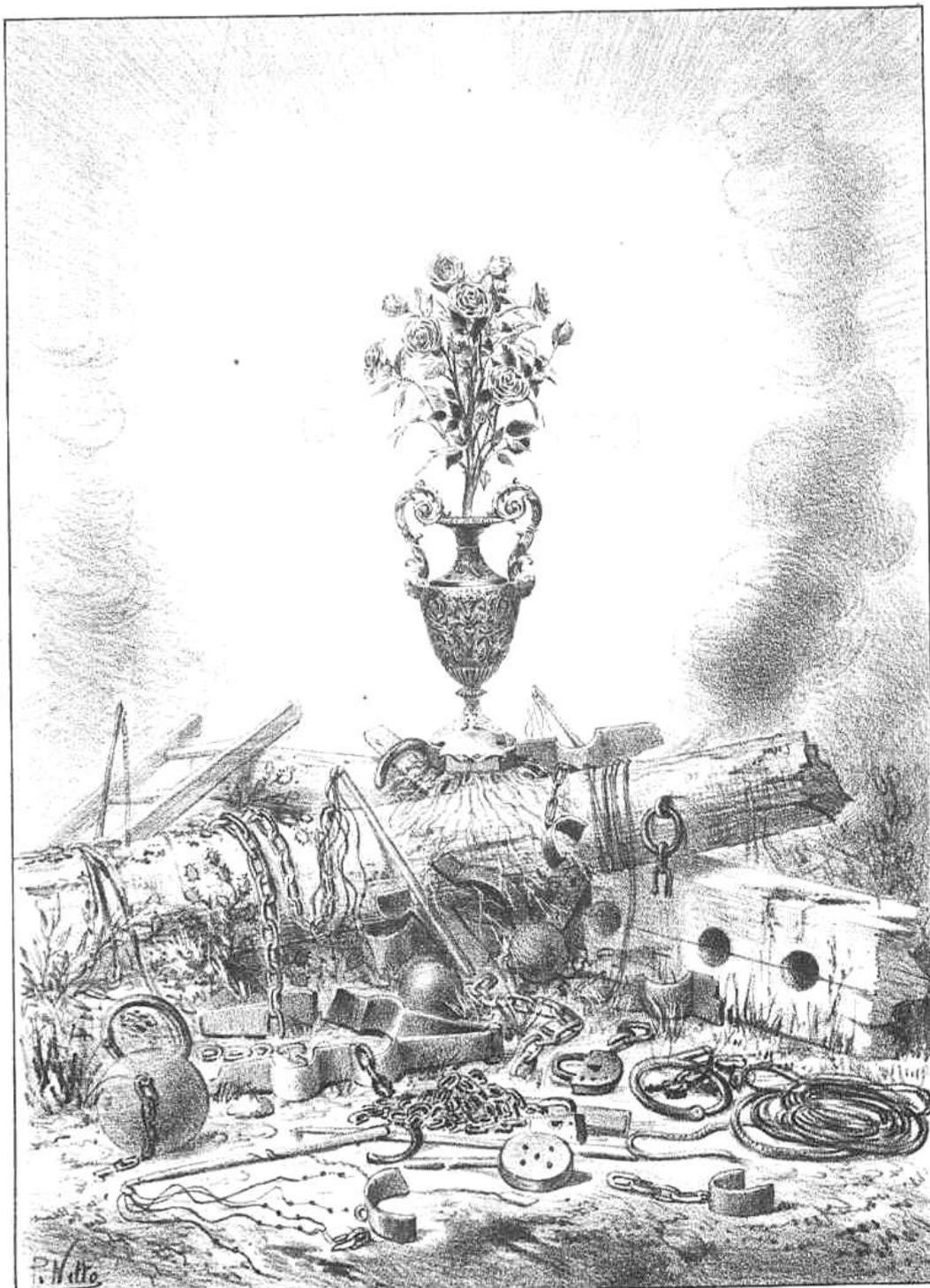
REVISTA ILUSTRADA

CORTE		PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI. A correspondência e reclamações devem ser dirigidas À RUA DE GONÇALVES DIAS, Nº 50, SOBRADO	PROVÍNCIAS	
ANNO	16 \$000		ANNO	20 \$000
SEMESTRE	9 \$000		SEMESTRE	11 \$000
TRIMESTRE	5 \$000		AVULSO	1 \$000

DIREITO PATRÍO
ESCRIVIDÃO
LEI
SARAIVA-COTEG
CAMARA
SENADO

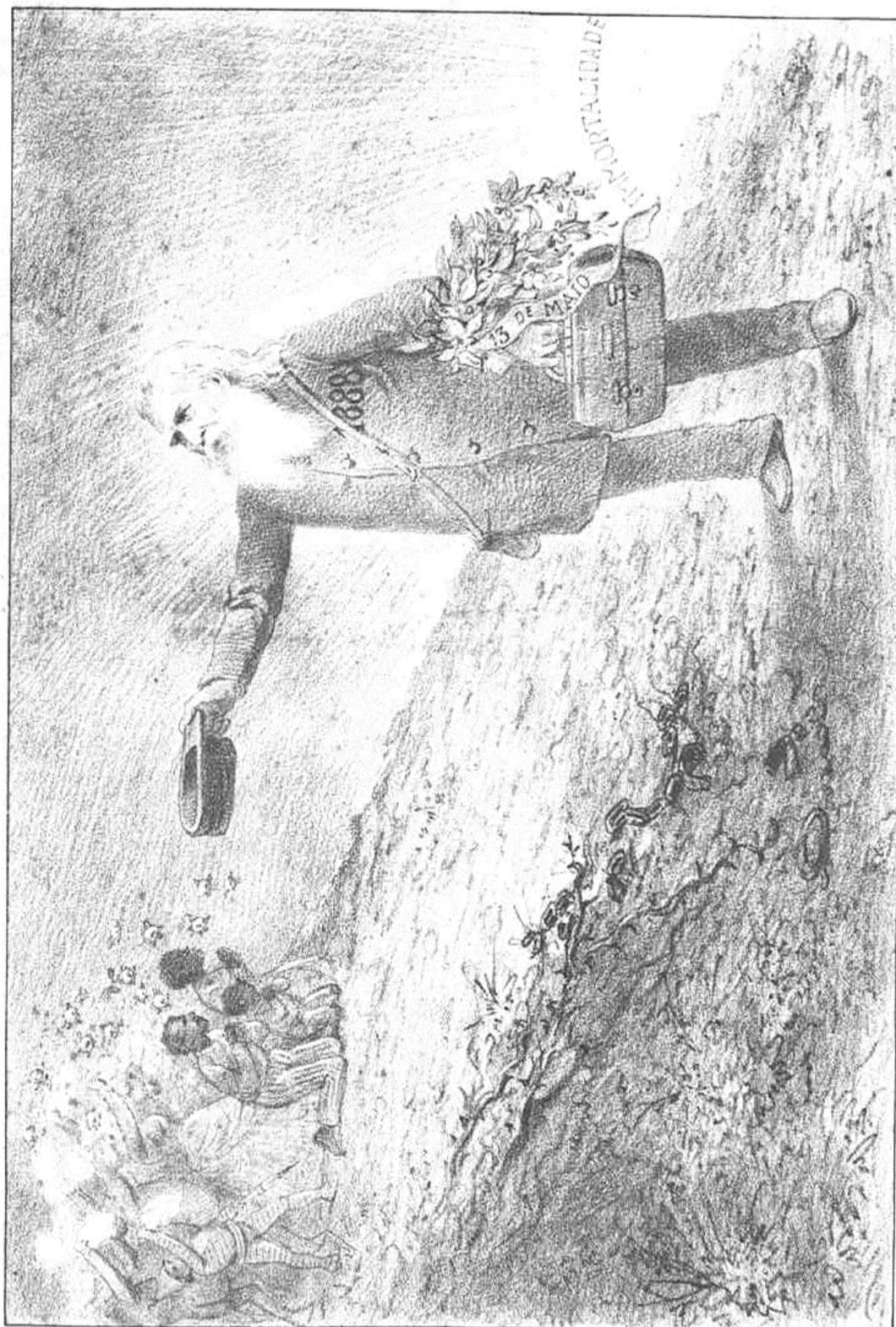
Avista do topico da Jalla do Throno, que diz: - Confio que não hesitareis em abagar do direito patrio a infeliz heranca etc, etc - esperamos que o parlamento empregue todo o entusiasmo, uma boa esponja e todos os ingredientes necessarios, para fazer desaparecer, para sempre, essa hedionda mancha.

Fonte: Revista Illustrada, ano 13, n. 496, 1888, p. 1.

Anexo G: A rosa de ouro*A Rosa de Ouro.*

No Brasil, a rosa de ouro floresceu sobre os destroços de uma instituição nefanda, banhada pelos clarões do sol de 13 de Maio. Sendo assim não há a recear que os seus espinhos firam a liberdade.

Anexo H: Adeus ao ano de 1888



Um adeus ao anno de 1888, no Brazil. Salve!